

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Luiz Mario Behnken

JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007:
uma avaliação social

Abril de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

VERSÃO PRELIMINAR DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

LUIZ MARIO BEHNKEN

TÍTULO

JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007: UMA AVALIAÇÃO SOCIAL

ORIENTADOR ACADÊMICO

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

VERSÃO PRELIMINAR ACEITA, DE ACORDO COM O PROJETO APROVADO EM:

DATA DA ACEITAÇÃO: _____ / _____ / _____

ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO

Para a minha mãe Nelly
e
à memória do meu pai Mario.

Para a Carly, por tudo que vivemos e o que
temos muito para viver.

Para o meu filho Alexandre, a razão e a emoção
de se lutar por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto da minha persistência em ir contra a corrente e encarar horas de estudos e pesquisas nessa altura da vida. Porém, ela não existiria sem a ajuda e o incentivo de muita gente.

No momento, o meu maior temor é de esquecer alguém, mas quero e devo agradecer:

À equipe do Fórum Popular do Orçamento, pois foi, sem dúvida, a responsável pela minha entrada no mestrado. Camilla, Ruth e Mirelli formaram um poderoso trio de convencimento que não pude resistir. Já o Eduardo e o Bruno, com olhares aguçados, fizeram valiosas colaborações. A Dani, minha veterana, demonstrou o caminho. Aliás, a Mirelli, o Bruno e a Dani me deram a honra de serem colegas de classe. A Nandica contribuiu em terrenos que não ousou percorrer. Enfim, todos que passaram e passam pelo FPO me beneficiaram com o seu diálogo. Muitos erros foram sanados graças a esse pessoal do qual tenho orgulho de desfrutar a amizade e o convívio.

Ao meu chefe e vereador Eliomar Coelho pela compreensão, sem a qual não teria sido possível cursar o mestrado.

Ao pessoal do Comitê Social do Pan pela escolha do objeto dessa dissertação e pelas valiosas informações, experiências e conhecimentos que procurei incorporar a este ensaio teórico. Gilmar, Inalva, Joylce, Nelma e Zezé foram fontes permanentes de estímulo e desafio em transformar um trabalho acadêmico em instrumento do movimento social.

À minha amiga Guida Maria, exemplo sob todos os aspectos, pelo carinho e leitura cuidadosa.

Aos amigos do curso, mesmo correndo o risco da memória falhar... André, Adriana, Átila, Camila, Carina, Eduardo, Felipe, Juliana, Ludovic, Maiby, Milos, Pedro, Rodrigo, Sérgio, Talita e Tarsila pelas inúmeras sugestões, críticas, contribuições e cumplicidades em diversos momentos, alguns de angústia e muitos de felicidade.

Ressalto a participação do Milos, cuja arte de ensinar estatística evitou a minha desistência do mestrado.

Aos incontáveis favores e bate-papos com o Ronaldão e com a Cordélia, exemplos de trabalhadores dos quais a FGV tem que reconhecer e se orgulhar.

À Prof^a. Denise Gentil Lobato pelo alerta ideológico e ensinamentos nas ciências econômicas, simplesmente, indispensáveis.

Aos meus mestres Carlos Eduardo, Oswaldo, Sônia, Armando e Sylvia pela produção acadêmica e por demonstrarem o que é um trabalho científico.

Por fim, ao meu orientador, Prof. Paulo Emílio, criador da original Administração Brasileira, pela generosidade, paciência com a minha ansiedade, ajustes e correções, apoio e ajuda na elaboração desta dissertação.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo objetivou verificar até que ponto os impactos e o legado da implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007 alteraram as condições sociais e a forma de utilização do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro. Considerou-se que a competição das Américas esteja inserida na aplicação dos conceitos da cidade global, uma vez que os festivais esportivos internacionais se transformaram em megaeventos na esteira da consolidação do pensamento do planejamento urbano competitivo. Para contextualizar essa análise foi necessária uma pesquisa sobre a trajetória urbana da cidade-sede na interseção dos dois movimentos: cidade global e megaeventos. Tendo em vista que a decisão da realização do megaevento carioca foi tomada pela esfera pública, assim como o seu financiamento, foram analisados os gastos estatais e reclassificados, segundo a metodologia de O'Connor (1977), e divididos nas funções de acumulação e de legitimação com o intuito de identificar os favorecidos e os desfavorecidos pela política pública efetivada. Os resultados da investigação sinalizam um aprofundamento da desigualdade social e urbana, via transferências de recursos públicos para o domínio do capital privado.

Palavras-chave: Jogos Pan-americanos. Cidade global. Megaevento esportivo. Desigualdade social.

ABSTRACT

This study aimed to verify to what extent the impacts and legacies of the implementation of the 2007 Pan American Games changed the social conditions and way of use of the urban space in Rio de Janeiro. It was taken into account that the Americas' competition is inserted in the application of the global city concepts, since the international sports festivals were transformed into mega events inside the consolidation of the competitive urban planning thought. In order to contextualize this analysis, it was needed a research on the urban history of the host cities at the intersection of two movements: the global city and mega events. Considering the that the decision to conduct the mega event in Rio was taken by the public sphere, as well as its financing, the state spending was analyzed and reclassified according to O'Connor's methodology (1977), and afterwards divided into the functions of accumulation and of legitimacy, in order to identify the advantaged and disadvantaged by effected public policy. The research results showed that there was a deepening of the social and urban inequality and urban, through transfers of public resources for the dominance of private capital.

Key words: Pan American Games. Global city. Sporting mega event. Social inequality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	O ESPAÇO URBANO.....	15
2.1.1	Origem e Evolução das Cidades – breve resumo.....	16
2.1.2	A Cidade Global e o Advento dos Neoplanejadores.....	20
2.1.3	A Edificação da Cidade Global.....	22
2.1.4	A Viga Mestre da Cidade Global – o Consenso.....	25
2.2	OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.....	30
2.2.1	O que é um Megaevento Esportivo?.....	31
2.2.2	As Pré-condições para um Megaevento Esportivo.....	31
2.2.3	O Dinheiro Sobe ao Pódio para Ser Visto.....	33
2.2.4	A Tradição Perde para o <i>Marketing</i>	36
2.2.5	Depois de Barcelona, todos querem as Olimpíadas.....	38
2.3	AS FUNÇÕES DE ACUMULAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO NA INTERVENÇÃO ESTATAL.....	46
2.4	A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	51
3	O RIO DE JANEIRO QUER SER GLOBAL.....	55
3.1	Os Elementos Pretéritos.....	55
3.2	Um Plano para o Rio Global.....	59
3.2.1	Os Autores do Plano.....	64
3.2.2	As Estratégias do Plano.....	68
3.3	A Tentativa: Candidatura Rio 2004.....	71
3.4	Os Jogos Pan-americanos de 2007.....	74
3.4.1	Os organizadores.....	75
3.4.2	O Lugar dos Jogos.....	77
3.4.3	O Gasto Público dos Jogos Pan-americanos de 2007.....	82
3.4.4	Análise do Gasto Público, segundo O’Connor.....	87
4	CONCLUSÕES.....	100
5	SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES PARA OUTRAS INVESTIGAÇÕES.....	104
6	REFERÊNCIAS:.....	106
	APÊNDICE A – Estádio do Engenhão.....	113
	APÊNDICE B – Vila Pan-americana.....	115
	APÊNDICE C – Marina da Glória.....	118
	APÊNDICE D – Estádio de Remo da Lagoa.....	122
	APÊNDICE E – COMITÊ SOCIAL DO PAN.....	125
	ANEXO A – CARTA OLÍMPICA.....	129
	ANEXO B – Quadro dos Gastos do Governo Federal nos Jogos Pan-americanos de 2007.....	130
	ANEXO C – Quadro de Gastos da Prefeitura do Rio de Janeiro nos Jogos Pan-americanos de 2007.....	133
	ANEXO D – Quadro de Investimentos em Infraestrutura.....	134
	ANEXO E – Quadro de Consumo Social.....	135
	ANEXO F – Quadro Administração e Planejamento.....	137
	ANEXO G – Quadro Legitimação.....	138
	ANEXO H – Agenda Social.....	139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Receitas de diretos de transmissão dos Jogos Olímpicos.....	35
Tabela 2: Cidades candidatas.....	41
Figura 1: Mapa dos locais das instalações dos Jogos Pan-americanos de 2007.....	80
Tabela 3: Orçamento da candidatura aos Jogos Pan-americanos de 2007.....	82
Tabela 4: Evolução dos gastos com os Jogos Pan-americanos de 2007.....	84
Tabela 5: Despesas estatais por esfera governamental.....	85
Tabela 6: Gastos do Poder Estatal com as Funções Acumulação e Legitimação.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAD – Associação Brasileira de Academias

BNH – Banco Nacional de Habitação

CCCPA – Canadian Centre for Policy Alternatives

CIDEU – Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

CO-RIO – Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associação

GPDU – Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

J.O. – Jogos Olímpicos

NBA – National Basketball Association

ODEPA – Organização Desportiva Pan-Americana

PECRJ – Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

PIB – Produto Interno Bruto

PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TCU – Tribunal de Contas da União

TOP – The Olympic Partner Programme

TUBSA – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

Unicef – United Nations Children's Fund

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa compreender o reflexo do conceito cidade global na implementação das intervenções urbanísticas dos Jogos Pan-americanos de 2007, assim como o desdobramento do gasto público envolvido no processo de acumulação e legitimação do capital.

As competições esportivas internacionais são megaeventos de difícil comparação em termos de atratividade e que movimentam elevadas quantias de recursos financeiros, em sua maioria públicos, a despeito dos negócios privados envolvidos. Paralelamente, possuem um potencial poder de transformação dos espaços onde são realizadas. Por isso, representam uma oportunidade de debate e busca de caminhos para a superação de problemas sociais e urbanos nas cidades-sede.

Pela natureza própria do fato, são necessárias intervenções urbanísticas para suprir as cidades de instalações esportivas específicas para atender às distintas modalidades determinadas pelo evento, assim como para criar condições e abrigar as milhares de pessoas envolvidas na realização, transmissão jornalística e torcida da competição. Deve-se considerar ainda a preocupação em como os habitantes da cidade escolhida receberão os transtornos urbanos durante a preparação e a concretização dos Jogos em si.

Contudo, para além das utilizações do espaço público durante o evento, as intervenções urbanísticas e de infraestrutura são a promessa do legado físico deixado. Há também os impactos nas relações e condições sociais advindas das somas de recursos públicos gastas para tais realizações, assim como no nível de diálogo entre o Poder Público e a sociedade na construção do evento.

Portanto, a análise da realização de um megaevento esportivo requer um olhar sobre o legado prometido e o executado em múltiplos aspectos.

Tendo em vista que os Jogos Pan-americanos de 2007¹ (Pan/2007) foram os mais caros de toda história da competição pan-americana, será analisado o ocorrido no Rio de Janeiro, à luz do conceito de cidade global e seu respectivo reflexo na distribuição dos recursos públicos utilizados.

Partindo do pressuposto que o Estado capitalista, não é nem uma entidade natural, nem neutra, nem eterna, mas o produto histórico de certas relações de produção vigentes em um momento concreto da história da humanidade. A realização do Pan/2007, entendido aqui como resultado de uma decisão governamental, pede uma compreensão na perspectiva do conflito de classes no processo de política pública.

A chamada ideologia neoliberal inseriu o conceito de cidade global como pressuposto para dinamização da economia local. Nesta, o ambiente urbano é um elemento de atração para investimentos econômicos e por isso mesmo as cidades estão sempre em disputa por esses investimentos. Por conseguinte, um megaevento esportivo é uma oportunidade ímpar para provocar novos enlaces de circulação, novas centralidades, aproveitando toda a infraestrutura existente em benefício desse modelo de planejamento e gestão das cidades, calcado na lógica do mercado (MASCARENHAS, 2006).

Dada a magnitude das consequências – tanto benéficas quanto perversas – que esse processo imputou à cidade do Rio de Janeiro, uma vez que os Jogos Pan-americanos de 2007 despenderam pelo menos R\$3,5 bilhões² aos cofres públicos das esferas de governo envolvidas e seus resultados, impactos ou legados são questionáveis do ponto de vista da busca pelo bem-estar social. Assim sendo, a interpretação marxista sobre os dados orçamentários e as intervenções urbanísticas ocorridas no Estado capitalista evidenciará que os Jogos visaram a elevação dos rendimentos econômicos das classes mais favorecidas através da consolidação da visão de cidade global. Em decorrência, supõe-se que ocorreu um aprofundamento da desigualdade social e concentração de renda a despeito do legado de bem-estar social prometido.

¹ Os Jogos Pan-americanos são um evento multidesportivo internacional e foram realizados no Rio de Janeiro no período de 13 a 29 de julho de 2007.

² Trata-se, porém, de uma estimativa. O valor exato ainda não pôde ser conhecido, pois o Governo ainda tem informações a prestar (TCU novembro de 2007).

Desta forma, até que ponto a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 aprofundou as desigualdades sociais e urbanas da cidade do Rio de Janeiro?

O estudo é dividido em quatro partes a contar da presente introdução. O método adotado para o desenvolvimento desta investigação estabeleceu três linhas de pesquisa agrupadas no capítulo dois, o referencial teórico, que subdividido abordará cada linha da seguinte forma:

A primeira linha de pesquisa se concentrará em torno dos conceitos de cidade global no espaço urbano. A abordagem abrangerá: o período histórico do surgimento deste pensamento do planejamento urbano, assim como os seus formuladores teóricos, defensores e críticos. Os principais fundamentos e as consequências da aplicação do modelo também serão analisados.

A segunda linha de pesquisa enfocará: o desenvolvimento dos megaeventos esportivos e a sua inter-relação com a construção do modelo de cidade global. O processo histórico e as transformações que os eventos esportivos internacionais sofreram nessa associação serão estudados.

A terceira e última linha a ser pesquisada apresentará: os conceitos da teoria marxista de O'Connor (1977), na qual se analisa a intervenção do Estado, através do emprego dos recursos públicos, a partir de duas funções: acumulação e legitimação. A crítica a este teoria também será observada.

Ainda no capítulo dois será também apresentada a metodologia da pesquisa.

O capítulo três será dedicado ao resultado das pesquisas no espaço em que ocorreu o Pan/2007, isto é, a cidade do Rio de Janeiro e os recursos públicos aplicados. Será explanado sobre o processo histórico da cidade do Rio de Janeiro na interseção com os conceitos apresentados no contexto da própria formulação, implementação e realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Os interesses econômicos subjacentes também serão expostos pela aplicação das categorias analíticas de O'Connor (1977) nos dados financeiros empregados na realização do megaevento internacional.

No quarto e último capítulo será apresentada a conclusão da investigação adicionada por um rol de sugestões e recomendações, tendo em vista que os assuntos abordados nesta dissertação permanecem plenamente atuais e em curso. Seja pelas futuras intervenções resultantes da Copa do Mundo de Futebol em 2014, já definida que será realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, inclusive; seja pela construção dos Jogos Olímpicos de 2016, igualmente já definido a sua realização na cidade do Rio de Janeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para se investigar a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e suas consequências socioeconômicas é necessário a contextualização do como e do porquê uma cidade se propõe a sediar um megaevento esportivo.

Para tanto, a discussão sobre a evolução do pensamento sobre o planejamento urbano, especialmente sobre a cidade global, sinaliza os elementos condizentes a esse fenômeno contemporâneo. Igualmente relevante é a transformação de um encontro de desportistas em megaespetáculo, capaz de ser classificado como um dos aspectos marcantes da cultura humana. Por outro lado, os efeitos para a população da cidade-sede precisam ser dimensionados a partir dos conflitos de classe inerentes à atuação do Estado capitalista.

Este capítulo revisará o acervo das teorias e suas críticas dessas três linhas de pesquisa que somadas a metodologia aplicada encerram o referencial teórico desta dissertação.

Quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita.³
(THOMAS MORUS, s.d, p. 81)

2.1 O ESPAÇO URBANO

Em honra aos deuses a civilização grega inventou os Jogos para demonstrar força e glória. Também havia o objetivo de demonstrar superioridade em relação a outros povos. O lugar escolhido para a realização do ritual era sagrado e somente homens livres teriam acesso aos Jogos da cidade de Olímpia. A realização de um evento esportivo teve início no ambiente urbano e para fins políticos.

³ O autor, Thomas Morus, se refere a similaridade entre as cidades da Utopia e escolheu descrever Amaurota por ser a sede do governo e do Senado.

De acordo com Santos (1992, p. 22), a noção de espaço é inseparável da idéia de tempo, porém as situações atuais não são mero resultado das condições do passado. Em suas palavras:

A cada momento da história... a ação de diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal... O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada [que] perde seus atributos específicos para criar algo novo... A sua própria continuidade é uma consequência da dependência de cada combinação em relação às precedentes.

Por conseguinte, esta seção pretende situar o espaço urbano na perspectiva da realização de um megaevento esportivo combinado ao seu uso político.

2.1.1 Origem e Evolução das Cidades – breve resumo

Embora não haja precisão sobre o momento de surgimento das cidades, seu histórico confunde-se com as características da vida social coletiva, ou seja, a civilização. Especula-se que a civilização propriamente dita começou por volta de 3000 a.C. na Mesopotâmia. Lewis Mumford (1965, p. 15) apresenta a origem das cidades como obra fundamentalmente das mulheres por cultuarem seus mortos em lugares aos quais, mesmo em períodos de nomadismo, voltavam com regularidade erguendo santuários para aqueles que já tinham morrido. Em outras palavras, a cidade dos mortos antecedeu e originou a cidade dos vivos.

Por outro lado, pode-se interpretar a cidade como resposta à necessidade de aproximação das pessoas, para facilitar, proteger e dar segurança. É um dos marcos civilizatórios por representar para a humanidade a passagem de um estágio primitivo para uma situação de racionalidade na construção de sua vida (COELHO, 1995, p.18).

Está consignado na história da Grécia antiga que uma reforma política em Atenas tinha como objetivo deslocar o poder das mãos dos nobres para as dos “demos”. É significativo registrar que a palavra demos também designava bairros e comunidades

habitados, além de povo. A partir desta reforma, conduzida por Clístenes⁴ em 502 a.C., deslocou-se a divisão política da família para a comunidade. Mais tarde e ainda nesse sentido, Péricles⁵, promoveu uma série de obras públicas com dois objetivos: mostrar ao mundo helênico que Atenas era o centro intelectual, cultural e artístico de todos os gregos, e também de suprimir os derradeiros entraves que as poderosas famílias da região da Ática moviam contra a formação de uma comunidade política superior – a cidade-estado (SCHILLING, 2002).

Numa simplificação pode-se dizer que o espaço urbano contribuiu para o nascimento da democracia grega.

Já no período histórico posterior, na Idade Média, por causa da insegurança, os habitantes se recolhem atrás de muralhas. A vida rural ganha força e o urbano é cercado e contido. Somente ao redor de mosteiros é que lentamente se formam aglomerações, ou seja, é através da Igreja que as cidades vão se recompondo.

Entretanto, estava por vir a mais radical transformação da vida humana até então – a Revolução Industrial (HOBSBAWM, 1978, p. 13). Esse processo revolucionário no modo de produção funcionou como ímã e transformou radicalmente o tamanho das cidades mudando a proporção da população urbana e rural. Num intervalo de apenas 200 anos, a humanidade deixou de ser predominantemente rural (Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2007)⁶.

Marx (1980, p. 764) descreve o processo de concentração urbana como resultado de “... *quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço...*”. De fato, em sua teoria sobre a acumulação primitiva de capital, pressupõe a expulsão do homem do campo: “*A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de*

⁴ Clístenes de Atenas (~ 560 - 508 a. C.), filósofo, político e legislador grego de Atenas, cujas reformas políticas contribuíram para despertar o sentimento de cidadania em contraposição à solidariedade dos membros do clã e é considerado o fundador da democracia ateniense (NETSABER, 2009).

⁵ Péricles (495 - 429 a. C), estadista e governador de Atenas, foi o seu governo que marcou o surgimento da civilização helênica como potência científica da Antiguidade, época de maior esplendor desta civilização e da consolidação do sistema democrático ateniense (NETSABER, 2009).

⁶ No Brasil, segundo o IBGE (2009), até 1960 predominava a população rural. No recenseamento de 1970 já se constatou o predomínio da população urbana, com 56% do total nacional.

suas terras, constitui a base de todo processo.” (MARX, 1980, p. 831). Essa liberação de mão-de-obra foi desembocar nas cidades. Logo, a urbanização acompanhou a industrialização.

É notório que o advento do capitalismo fez com que as cidades crescessem e assim, de forma determinante, influenciassem no modo de vida da humanidade. Destarte, as contradições urbanas podem abalar a cultura e inibir a democracia, Linhares (1992, in: XAVIER, 2006, p. 151) relembra os gregos para demonstrar que:

Templos, mercados, estádios, lugares de reunião, de encontro, foram construídos para que a cidade grega tivesse seus espaços onde a cultura ensinasse as dimensões do desejo, do saber – espaços enfim, para melhor prover a democracia. Nas cidades modernas, esta preocupação foi simplesmente abandonada; nelas foram criados apenas espaços inofensivos, insignificantes e neutralizantes, espaços que dissipam a ameaça do contato social.

No século XX, sob o predomínio do *welfare state*, ganha força o planejamento urbano modernista e integrador do ponto de vista físico-territorial, mas também tecnocrata e centralizador. Os planejadores urbanos do período não conseguiram responder satisfatoriamente, os críticos da esquerda, sobre a permanência da desigualdade social e os diferentes tipos de segregação, decorrentes da utilização do espaço urbano como meio de reprodução e circulação do capital; tampouco os críticos da direita, sobre o efeito inibidor do controle do uso do solo na localização de empresas e fábricas atrapalhando o processo de acumulação de capital (CARVALHO, 2000, in: FERNANDES, 2008, p. 22).

Já na era pós-industrial e no interior do processo de globalização, durante os anos 1990, se consolida a hegemonia do pensamento liberal. A crise do Estado de Bem Estar Social aliado ao declínio político e econômico dos países socialistas foi rapidamente aproveitada pelos defensores do liberalismo, que foram então proclamados como neoliberais. O *modus operandis* – individualista e competitivo – neoliberal avançou em todos os aspectos da sociedade (BOFF, 2004). Em termos de evolução urbana novos paradigmas foram inseridos na esteira do enfraquecimento do poder regulador do Estado. Surge o conceito de cidade global, que procura a articulação entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil para o uso do espaço urbano como um elemento de atração para investimentos econômicos.

Tal conceito se coaduna a um dos efeitos observados por vários autores na chamada globalização, a facilidade do deslocamento do capital e com isto a redução de determinadas vantagens comparativas específicas de uma região. Aprofundando este ponto: a revolução científico-tecnológica aumentou drasticamente a possibilidade da automação da produção e dos serviços, que associado à concentração de capitais e de rendas em ativos financeiros mudou profundamente as relações de trabalho⁷ e, sobretudo, o destino do capital para a sua reprodução. Certas vantagens para aplicação do capital derivadas da localização, como a proximidade da base de recursos naturais e/ou acesso aos mercados mais dinâmicos, foram pouco a pouco, suplantadas por dois movimentos que se interagem. O primeiro é o próprio avanço tecnológico, principalmente em transportes e em telecomunicações, que reduziu as distâncias entre os espaços de produção e consumo, ou seja, o mundo foi ficando pequeno. O segundo foi o aprofundamento do papel do Estado como facilitador dos negócios, potencializado pela atmosfera do então pensamento único.

Nesse aspecto cabe esclarecer: a globalização financeira impôs ao Estado nacional a supressão de qualquer barreira significativa à entrada e saída de capitais. Aqui já se observa a diminuição do poder regulatório das instituições nacionais no que tange a impor restrições às estratégias das organizações privadas na localização espacial da aplicação do capital. Sendo assim, na ótica das elites nacionais e locais, inclusive dos seus governantes, a globalização provocou o acirramento da competitividade pela atração do capital de alta mobilidade, dentro da visão de ser este o único meio para se alcançar o desenvolvimento nos moldes capitalistas. Para tanto, foram (e são) criadas ou incrementadas vantagens para o estabelecimento do capital perambulante que vão dos tradicionais subsídios (renúncias fiscais e crédito) a investimentos em infraestruturas físicas como transportes, equipamentos urbanos e comunicações que fortalecem a base econômica, passando por flexibilização de regras de proteção ao meio ambiente e às relações trabalhistas. Pois, se de um lado ocorreu (e ocorrem) a redução de barreiras espaciais e institucionais ao fluxo de recursos financeiros, por outro se agigantaram as vantagens proporcionadas pelo Estado ao processo de acumulação e reprodução do capital.

⁷ É público e inquestionável a perda de direitos sociais da classe trabalhadora, assim como de sua rede de proteção social durante o predomínio do neoliberalismo (HOBSBAWM, 2004, p. 552).

2.1.2 A Cidade Global e o Advento dos Neoplanejadores

Manuel Castells (2001) é um pensador que aderiu à teoria da cidade global⁸ e a desenvolveu no contexto da era da informação, em que o autor procura esclarecer os efeitos fundamentais da tecnologia no mundo contemporâneo. Esta investigação pesquisa a estrutura social a partir do funcionamento de um sistema de redes interligadas, inseridas no modo de produção capitalista, em que as cidades seriam os *nós* – centros de controle e comando – os quais possibilitam não somente os fluxos da informação, mas também a geração de conhecimento. Quanto mais concentração dessas atividades ocorre em uma cidade, mais alto é o seu prestígio e, portanto, mais global fica. O resultado desse processo proporciona acesso ao buscado pelos orientadores dessa política urbana: a atração de capital, sobretudo o dinheiro estrangeiro, fruto da acumulação no mercado financeiro internacional e do fluxo desimpedido dos embarços estatais.

Assim sendo, a adesão à lógica da cidade global, também chamada de empreendedora, pressupõe o aceite de seu condicionante central: abertura total ao investimento de capital estrangeiro, inclusive na aquisição de empresas e de bens imóveis (CASTELLS, 2001, p. 406).

A expectativa para os *neoplanejadores*⁹ da cidade global com a entrada de capitais é que se promova um *boom* de desenvolvimento. Os efeitos mais esperados são: incremento ao mercado imobiliário; fortalecimento da infraestrutura, sobretudo das telecomunicações e transportes; geração de empregos; melhoria no sistema educacional e de saúde; e, acesso ao grande consumo, inclusive de arte e entretenimento. Em resumo: alta qualidade de vida para seus habitantes. Podem-se classificar os dois primeiros como resultado direto da entrada de capital, o terceiro como decorrência dos antecedentes, já o quarto e o quinto como demandas de cidadãos economicamente fortes e politicamente influentes.

⁸ É com base nesta teoria que procuraremos explicar a realização de megaeventos esportivos dentro do espaço urbano.

⁹ Expressão utilizada por Vainer (2002, p. 2) para designar os urbanistas afinados com essa teoria. Cabe destacar a atuação de organismos internacionais (Agência Habitat das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Banco Mundial) na difusão e promoção de seus conceitos através da contratação desses profissionais.

Harvey (2006, p. 167) fica surpreso que a reorientação das posturas dos planejadores urbanos, no sentido de substituir a abordagem administrativa pela empreendedora, tenha sido consensual e abrangente em todo o mundo capitalista avançado. Pois, o novo modelo é calcado numa integração com a iniciativa privada, na busca por fontes externas de financiamento e canalizadas para novos investimentos e empregos, só que essa parceria público-privada significa, em muitos casos, a assunção pelo setor público dos riscos do negócio e dos benefícios para o setor privado. Outro ponto levantado pelo mesmo autor é que o empreendedorismo urbano, ao se apoiar na parceria público-privada, redireciona os investimentos para as construções pontuais em vez de melhorias socioeconômicas do conjunto de um território (HARVEY, 2006, p. 172-174).

Conforme visto, a base da cidade global é a atração de capitais, sobretudo externos. O pensamento dos administradores urbanos, então, se concentra em resolver a seguinte demanda: como seduzir os investidores para determinada cidade?

A concorrência internacional pelo capital especulativo é mais visível e abalizada por ter um parâmetro comum e divulgado constantemente – a taxa de juros. Já a concorrência interurbana provoca a necessidade de outros apelos, além da disposição dos governantes locais de se submeter a qualquer exigência solicitada pelo capital produtivo, na proporção do volume de recursos financeiros e do número de empregos envolvidos. Na esteira desse processo, o poder público local, sempre de comum acordo com as suas elites, se orientou (e se orienta) para o fortalecimento de um ambiente favorável aos negócios, tal qual o da elaboração de todos os tipos de chamarizes sedutores a esse capital. Ressaltem-se as vantagens urbanas competitivas enumeradas por Harvey (2006):

1. Oferta de mão-de-obra em quantidade e qualidade pertinente a custo reduzido;
2. Alargamento da área de consumo através da valorização de regiões urbanas degradadas e ocupação destas por classes de maior renda;

3. Localização das atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento – mídia¹⁰;
4. Recebimento de aportes financeiros dos respectivos governos centrais.

A enunciação dessas vantagens visa apenas ilustrar as estratégias tomadas pelos governantes locais compatíveis ao florescimento de ambientes condizentes ao modo de produção capitalista. Elas não se excluem uma das outras, tampouco são pré-requisitos para o empreendedorismo urbano, mas são trunfos.

2.1.3 A Edificação da Cidade Global

Ao promover a idéia de que é importante para a cidade tornar-se uma cidade global, as elites, principalmente as imobiliárias e de telecomunicações, juntamente com os governos local, regional e nacional, se articulam para garantir a destinação de recursos públicos em obras nos espaços de expansão do capital. Tal movimentação possibilita o redirecionamento de recursos que poderiam ser destinados a políticas mais urgentes para as camadas mais pobres. Porém, essa preocupação não está na agenda da cidade global.

Todavia, o modelo da cidade global necessita de algo capaz de dar sentido a todos os movimentos em sua direção – o planejamento estratégico – é a resposta teórica à crise do antigo padrão de planejamento urbano (FERNANDES, p. 13). A origem militar da palavra estratégia nos remete aos conceitos de conquista e dominação. Obviamente, o sentido de conquista se casa no uso da competição interurbana, já o de dominação será visto mais adiante. A coincidência, portanto, não é casual. Por outro lado, estratégia já é conhecida na gestão empresarial desde Fayol¹¹ na tentativa de estabelecer algum controle sobre as forças do mercado. Castells (1990, p. 14, in: Vainer, 2002) explicita o requerimento:

¹⁰ Segundo o autor (2006, p. 175) essa vantagem está restrita a quatro cidades: Nova York, Chicago, Los Angeles e Londres e dificilmente outra cidade reunirá as mesmas condições.

¹¹ Henry Fayol (1841-1925) formulou os 14 princípios da administração fortemente influenciado pela organização militar.

A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia mundial requer o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa na multiplicidade de significados e sinais da nova estrutura de produção e gestão.

Absorvendo e adaptando os conceitos militares de estratégia ao aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos, já em pleno uso nas organizações tanto privadas quanto públicas, o planejamento estratégico das cidades visa dar à gestão urbana uma perspectiva de vitória na competição imposta pela globalização.

O planejamento estratégico urbano, também conhecido como Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano – GPDU (cf. FERNANDEZ VILAN, 1999; CHADOIN et al. 2000, apud BENEDICTO, 2005) sedimenta o pacto envolvendo a sociedade civil, empresas e governos para operar a mudança desejada. É um plano de ação, porém se transformou em um novo paradigma do urbanismo com novos arranjos econômicos e políticos, conferindo aos agentes econômicos privados centralidade na cena política urbana e, redefinindo novas relações entre o capital e o Estado.

Vainer (2002) percebeu a magnitude das consequências da aplicação do planejamento estratégico para o desenvolvimento das cidades enquanto espaço construído para a humanização da vida e o exercício da cidadania ao desvelar os seus pilares na cidade submetida à ideologia neoliberal.

O primeiro pilar é a idéia subjacente à atração de capitais externos com o lema de promoção da cidade para o exterior. Na realidade trata-se de vender a cidade em concorrência com outras no mercado globalizado. É a cidade travestida de mercadoria, um produto para consumo. Assim sendo, é a imagem e o *marketing* que devem ser priorizados. Por conseguinte, a cidade não necessita ser pensada, investida e até maquiada como um todo, apenas as partes interessantes ao comprador, ou seja, os melhores pedaços do território merecem um tratamento. Daí o GPDU se preocupar mais com as intervenções pontuais em áreas de potencial interesse à venda do que com as políticas públicas abrangentes em toda cidade, conforme Harvey (2006) também observou. A perversidade desse urbanismo de *marketing* está no tratamento secundário

tanto do espaço físico restante¹², quanto da população de baixa renda considerada como entorno social. Vainer (2002, p. 79) recorre ao próprio Plano Estratégico do Rio de Janeiro (1995, p. 20) para exemplificar:

A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo entre os estrategistas carioca-catalões quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a "forte visibilidade da população de rua": a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental).

Enfim, para os planejadores da cidade global o problema é a visibilidade, não a situação socioeconômica da população de rua.

Já o segundo pilar do planejamento estratégico analisado por Vainer (2002) se constitui na orientação da gestão da cidade pela lógica privada. É a cidade-empresa¹³. É a gestão empresarial dos serviços e atividades públicas. Mais do que se tornar um produto, a cidade global deve ser gerida segundo os interesses do mercado para alcançar um lugar de destaque no mundo globalizado. Ora, que classe tem mais experiência e compreensão da atividade mercadológica? Os empresários. São eles, por interesse e conhecimento, que devem conduzir, ditar e pensar os princípios norteadores do GPDU. Desta forma, o planejamento reflete em seus objetivos a forma de pensar de uma empresa privada. Por conseguinte, todos os meios utilizados devem seguir o mesmo raciocínio empresarial, principalmente os condutores das políticas públicas¹⁴. O papel do Estado enquanto facilitador de negócios é estimulado ao passo que os processos decisórios governamentais cada vez mais ficam subordinados aos interesses da classe empresarial, além de impulsionar as parcerias já referidas por Harvey (2006).

¹² É verdade que na sociedade industrial foram criados espaços segregados e distintos do conjunto da cidade, porém era pela função/classe dos ocupantes destinados que se dava a diferenciação. No caso sob análise o espaço faz parte de uma mercadoria, a sua ocupação não é a motivação central e sim o quanto contribui (ou não) para a *venda*.

¹³ O conceito aqui empregado de cidade-empresa não se confunde com a abordagem feita por Piquet (1998) que considera cidade-empresa ou *company towns* as cidades formadas a partir da inexistência de uma estrutura urbana adequada as novas condições gerais de produção determinadas pela industrialização o que leva a uma decisão empresarial de "... investir em itens complexos e dispendiosos... tais como: meios de comunicação adequados, habitação para seus empregados, oferta de serviços educacionais, de saúde e outros. Ou seja, criam condições gerais da produção particulares. As cidades clássicas desse processo são: Volta Redonda, Telêmaco Borba, Ouro Branco, Aracruz e Carajás. Enfim, as cidades-empresas, neste caso, são extensões da esfera da produção."

¹⁴ Para tanto, foi elaborado no início dos anos 1990 outro conceito de administração pública, chamado de Nova Gestão Pública (*New Public Management*), no qual se importa várias técnicas gerenciais e elementos de mercado na organização e gestão dos serviços públicos (CUNHA, 2006).

Ao se entranhar na própria administração estatal os ditames do mercado se obscurece a separação entre os setores público e privado, o que vai além do uso de recursos gerenciais. Na realidade, a cidade-empresa é o fortalecimento das elites empresariais de forma contundente na dinâmica do poder local, uma captura das instituições e políticas públicas por interesses particulares. Santos (1992, p. 48) alerta:

Na medida em que tudo isso está subordinado a um jogo de relações onde as variáveis são, sobretudo, oriundas de centros de decisão cujos objetivos não são coincidentes... a sociedade local se torna sujeita a tensões muito mais numerosas e frequentes.

Contudo, a variável política precisa ser equacionada para a consolidação do projeto de cidade global. É o próximo pilar a ser aclarado.

... o príncipe precisará sempre do favor dos habitantes de um território para poder dominá-lo, por mais poderoso que seja seu exército.
(MAQUIAVEL, 2004, p. 32)

2.1.4 A Viga Mestre da Cidade Global – o Consenso

Castells e Borja (1996, p. 156) enunciam três fatores que possibilitam a construção de um projeto de transformação urbana ou GPDU:

- a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia;
- b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados;
- c) a vontade conjunta e o consenso político para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural.

Para Vainer (2002) o primeiro item (a) é transitório e insuficientemente agregador, logo não serve de predicado permanente da cidade global. É no terceiro item (c) que encontra-se a motivação política que possibilita a realização do planejamento estratégico. Note-se que o consenso pressupõe a participação dos atores no segundo item (b), a sociedade civil incluso. Porém, a cidade global ou espaço de fluxos atende, sobretudo, os anseios dos detentores do capital. Então, como alcançar o consenso em

torno de objetivos que contrariam, muitas vezes, os interesses da maioria da população?

Castells (2001, p. 440) responde:

O espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo,... a dominante...

A forma fundamental de dominação de nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, vêem seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes... O espaço desempenha papel fundamental nesse mecanismo. Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais... Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos aistóricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas.

Entretanto, o estrategema precisa de um elixir para iludir as massas fazendo-as se sentirem as próprias protagonistas do processo. Castells e Borja (1996, p. 158-160) apresentam a cultura cívica, o patriotismo da cidade como principal força do plano estratégico na construção do consenso. E os autores detalham a receita ao determinar que:

... cabe ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de patriotismo cívico, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população.

Tal proposta serve tanto para modificar as raízes da formação histórica e cultural local de forma a substituir a lógica do lugar¹⁵, quanto ao uso do espaço urbano na acumulação de capital, conforme o estudo de Harvey (2006, p. 53) demonstra “*A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação...*”.

¹⁵ A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo (SANTOS, 2001, p. 253).

Portanto, o dinamismo do capitalismo repele a paralisia do capital empregado no passado por enclausurar a sua força motriz do sistema, o movimento¹⁶. Essa necessidade sistemática foi interpretada por Schumpeter (1961, p. 102) como “*o processo de destruição criadora*”, pela qual o sistema capitalista se renova por transformar constantemente sua estrutura econômica. Por conseguinte, o cenário urbano se constitui em prenda das forças capitalistas na sua incessante busca pela acumulação e reprodução do capital. Esse processo, feito literalmente aos trancos e barrancos, apresenta consequências sociais profundas. Marx (1980, p. 764) já alertava que “*os melhoramentos urbanos que acompanham o progresso da riqueza, a demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios... o alargamento das ruas... desalojam evidentemente os pobres, expulsando-os para refúgios cada vez piores*”¹⁷...

A cidade global aposta na sua sedução em promover o orgulho da cidade através do engajamento de seus habitantes, a despeito do agravamento das condições sociais que o processo por fim pode acarretar. Mas a participação da população no processo de construção de um GPDU não pode se dar de forma ampla e irrestrita, pois facilitaria a compreensão da dinâmica da intervenção a favor das classes dominantes. Então, a questão colocada é: como obter uma atuação controlada da sociedade?

Tal qual numa empresa, lugar aonde os fundamentos democráticos não são alcançados¹⁸, o chamado à participação na cidade global se dá da mesma maneira: vistam a camisa da cidade (empresa)¹⁹! Na base de um interesse comum pouco explicativo o GPDU propõe o engajamento acrítico e exige “*o banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania*” (VAINER, 2002,

¹⁶ Para o comerciante pouco importa o lucro que já se realizou: está sempre voltado para o lucro futuro (A. Genovesi, “Lezioni di Economia Civile” (1765), edição dos economistas italianos de Custodi, parte moderna, t. VIII, p. 139), in: MARX, 1980, p. 172.

¹⁷ “*Em nenhum setor se sacrificaram tão abertamente e cinicamente os direitos da pessoa ao direito de propriedade quanto nas condições de habitação da classe trabalhadora. Cada grande cidade é um local de sacrifício humano, um altar onde anualmente se imolam ao Moloch da avareza milhares de seres humanos*” (S. Laing, 1, c., p. 150, in Marx, 1980, p. 764).

¹⁸ Marx (1980, p. 196) explicita: “... *local reservado da produção, a cuja entrada está escrito: Entrada proibida, exceto para negócio.*” Igualmente ilustrativo é a fala do secretário-geral da Confederação das Indústrias da Itália, Olivetti: “*Durante a hora de trabalho, trabalha-se e não se discute. Na fábrica só pode existir uma autoridade. O poder da fábrica deve pertencer ao empresário*”, por ocasião da discussão sobre as comissões de fábrica na década de 1920 (BUONICORE, 2007).

¹⁹ “*o pensamento administrativo esmera-se no refinamento dos meios que permitem converter os trabalhadores em instrumentos dóceis de uma produção que não lhes pertence e sobre a qual não lhes compete indagar quanto aos fins ou formas de realização*” (TENÓRIO, 1997, p. 71).

p. 78) para se alcançar o consenso pré-estabelecido. É na promessa de inserção nos circuitos dos fluxos globais do capital financeiro, capaz de alavancar um crescimento econômico que beneficiará toda a cidade juntamente ao entusiasmo motivado pelo sentido da competição que os planejadores da cidade global contam para inibir qualquer movimento contrário.

Os pilares do planejamento estratégico urbano estão assim elucidados.

Entretanto, não há muita originalidade em demonstrar que as cidades são lugares de expansão do sistema capitalista, afinal, a história confirma que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas (HARVEY, 2009)²⁰. Contudo, na definição de Castells (2001, p. 412-429) “*A cidade global não é um lugar, mas um processo. Um processo por meio do qual os centros produtivos e de consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global...*”²¹. Para mais adiante constatar que “... [as cidades] estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local”.

Sendo a cidade global mais um processo que um lugar cabe agregar-se o componente do comércio mundial na compreensão da formação do sistema capitalista, aprofundado pela globalização, para entendemos melhor a cidade global. Theotônio dos Santos (2002, p.10) explica melhor a sua relação já no nascedouro do capitalismo pelo estudo de Fernand Braudel:

Braudel mostra que as unidades econômicas básicas em que se desenvolveu o capitalismo não foram locais nem nacionais (que surgiram muito tardiamente na História), mas sim unidades econômicas regionais que incluem várias realidades locais que se ligavam entre si por um sistema de relações (sobretudo comerciais) que formavam uma economia-mundo.

Assim sendo, na era da globalização, classificada por Dos Santos (2002, p. 50) como “*o nível mais alto do conceito de internacionalização, multinacionalização e transnacionalização*”, os nexos econômicos são, preponderantemente, direcionados

²⁰ Anotação da palestra de David Harvey no IX Fórum Social Mundial, Belém, 2009.

²¹ A despeito desse entendimento Castells (2001, p. 413) não dispensa de comentar a inadequação de habitem no mesmo local a mão-de-obra qualificada como cientistas e engenheiros com a massa de trabalhadores não-qualificados, isto é, uma reafirmação da segregação espacial por classe.

para o mercado externo e o empreendedorismo urbano também, mas no sentido inverso. O caráter processual da cidade global se fortalece tanto na intensificação dos dois fluxos quanto pela independência da localização do território instalado.

Entretanto, o conceito da cidade global é processual, mas a concretização se apresenta no ambiente urbano. Santos (2006, p. 254), por sua vez, acrescenta os efeitos do uso do território pelas empresas advindas da globalização:

Na medida em que, com o mercado global, cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as respostas aos seus reclamos são mais adequadas, tal demanda é errática e o território passa a ter, nas áreas atingidas por esse tipo de relações, uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio lugar em que se exerce e que é também alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial.

De fato, na era da globalização e seus subprodutos urbanos as cidades globais devem ser mais preparadas para a dinâmica econômica externa do que para a sua própria integração com seus habitantes.

Para o desdobramento do estudo aqui proposto, Santos (2006, p. 247) nos adverte que a categoria de análise não é o território em si, mas o território usado, configurado pelas ações realizadas. Por conseguinte, nas páginas vindouras se procurará identificar na evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro a sua interseção com os conceitos de cidade global já vistos. Por outro lado, antes deve-se investigar se a realização de megaeventos esportivos interage com o processo de empreendedorismo urbano.

Respeito muito aqueles atletas que dedicam suas vidas ao esporte (...), mas prefiro aqueles que dedicam seu esporte à vida²²!

2.2 OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

O surgimento do conceito de cidade global coincide com a transformação dos eventos esportivos internacionais em um espetáculo de proporções gigantescas capaz de modificar o espaço urbano e os rumos de uma cidade ou região. Nesta seção será demonstrada que a coincidência não é casual. Para tanto, serão abordados elementos da evolução histórica dos Jogos Olímpicos²³ que combinam com as características observadas na seção anterior, tais como: atração de capitais, redirecionamento dos investimentos para objetos considerados vendáveis aos olhos dos investidores/compradores, a gestão ditada pela lógica privada, a promoção de um consenso acrítico²⁴ e a competição interurbana.

De fato, a candidatura e a realização de um megaevento esportivo são os argumentos evocados para a concretização da cidade global. Mas a perspectiva, verdadeira ou não, que envolve os corações e mentes para a mobilização é a possibilidade de mudança, é o futuro melhor, é a passagem para o mundo mais moderno.

²² O autor parafraseou Augusto Boal (1931-2009), criador do Teatro do Oprimido, indicado ao Nobel da Paz de 2008 e Embaixador Mundial do Teatro pela United Nations Children's Fund (UNICEF).

²³ Embora o conceito de megaevento esportivo abranja não somente as Olimpíadas (mas também a Copa do Mundo e outras competições) optou-se em centrar a presente seção no primeiro em função deste ser o megaevento-símbolo da transformação urbana. Os Jogos Pan-americanos, objeto deste estudo, pode ser considerado um subproduto dos Jogos Olímpicos, portanto, a análise pode ser transposta, guardadas as devidas proporções. Faz-se necessário esclarecer também que as Olimpíadas da era moderna são realizadas de quatro em quatro anos alternando-se a cada dois anos entre os Jogos de Verão e os de Inverno, segundo as estações do Hemisfério Norte. A mais antiga e influente Olimpíadas são a “de Verão” e esta a referida nesta dissertação.

²⁴ Pouco espaço é dado para contribuições democráticas e a aprovação popular restringe-se à superficiais pesquisas de opinião (SILVESTRE, 2008, p. 11).

2.2.1 O que é um Megaevento Esportivo?

Segundo Rubio (2005) um megaevento se caracteriza na sua capacidade de atrair um grande número de participantes de diversas nacionalidades e também por chamar a atenção dos meios de comunicação com uma ressonância global, além de seu caráter temporal.

Já Sivestre (2008, p. 5) é mais abrangente, pois reforça os parâmetros de Rubio (2005) e acrescenta em sua definição que os megaeventos são capazes de ter impacto econômico na comunidade local, daí ser um importante instrumento de gestão urbana por sua habilidade de construir consenso – os Jogos Olímpicos é o melhor e o maior exemplo. É nessa perspectiva que será analisado os Jogos Pan-americanos de 2007, apesar de suas dimensões serem menores que o festival esportivo símbolo desta seção.

A primeira Olimpíada da era moderna, em 1896, tinha menos de 300 atletas oriundos de 13 países, algo insignificante se comparado às edições atuais com mais de 10 mil atletas representando mais de 200 países. A audiência nos meios de comunicação estimada dos Jogos de Beijing/2008 foi de 4,4 bilhões de espectadores – um terço da população mundial (GLOBO esportes, 2009). Com tal evolução, pode-se afirmar que foi o crescimento dos Jogos Olímpicos que moldou a definição de um megaevento esportivo²⁵.

Mas como e porque se deu tamanha transformação?

2.2.2 As Pré-condições para um Megaevento Esportivo

Evidentemente, a resposta inclui vários fatores, entretanto, as observações desta seção recairão sobre os elementos de interseção entre a cidade global e as Olimpíadas para não se aprofundar em um assunto que foge do objeto desta dissertação. Entretanto, a contextualização se faz pertinente.

²⁵ No entanto, não se deve desconsiderar que as Copas do Mundo de futebol também tiveram uma evolução semelhante em termos de números e impacto econômico. Desta forma, também contribuíram para a definição de um megaevento esportivo.

Os Jogos na concepção de Bitencourt et al. (2005, p. 4) são considerados uma das manifestações de consolidação da Modernidade, aqui entendida como a era da Revolução Industrial e o aparecimento do capitalismo, em suas palavras:

... os Jogos Olímpicos [são] de um ritual profano, pois desvinculado das questões especialmente religiosas teria sua realização vinculada a interesses ligados à estruturação e à organização da vida social, neste caso, em escala planetária. Nestes termos, realizadas de quatro em quatro anos, sob a bandeira da paz e integração dos povos e sob o *lema mais rápido, mais alto e mais forte*, as Olimpíadas configuram-se como um ritual moderno no qual as narrativas desta Modernidade se atualizam. Neste aspecto, os jogos funcionam como elemento simbólico catalisador de idéias modernas e aglutinam em torno de si os olhares dos sujeitos espalhados pelo globo em suas coletividades.

Neste ponto é possível observar que, tal qual a cidade global, os Jogos são vistos como uma dimensão simbólica, carregada de subjetividade, do processo evolutivo da humanidade. Ainda no terreno metafórico, é possível notar no discurso capitalista; revigorado pela onda neoliberal, de oportunidade para todos e de que a diferenciação se dá pela competência; a sua aproximação com o ideário olímpico pela vertente comum: a competição. E que vença o melhor! É a expressão ideológica utilizada nas duas dimensões (BITENCOURT et al., 2005, p. 5).

Porém, os Jogos incorporam outros fatores da vida social que o tornam uma combinação complexa e impressionante. Nacionalismo, racismo e disputa pela superioridade do sistema político-econômico fazem parte da história dos cinco anéis entrelaçados. Tanto é verdade que, no período pós Segunda Grande Guerra até o fim da Guerra Fria, ocorreram três significativos boicotes²⁶ sem conexão direta com o esporte,

²⁶ Em 1976, 28 nações africanas se recusaram a disputar os Jogos de Montreal em repúdio à presença da Nova Zelândia, cuja equipe de rúgbi acabara de retornar de uma excursão à África do Sul – que estava banida de competições internacionais desde 1964 por causa de sua política de *apartheid*. Em 1980, os EUA lideraram um boicote aos Jogos de Moscou em protesto contra a invasão do Afeganistão. Nas Olimpíadas seguintes, em 1984, de Los Angeles, os soviéticos, por sua vez, recusam-se a disputar alegando problemas de segurança (UOL esportes, 2009).

além de protestos dos atletas negros dos EUA em 1968²⁷ e do ataque terrorista em 1972²⁸.

Nessa época ficara latente que o Comitê Olímpico Internacional (COI) era uma entidade enfraquecida, incapaz de impedir essas interferências em um evento que tinha a bandeira da paz como símbolo maior. A tensão geopolítica era tão grande que temeu-se pelo fim dos Jogos²⁹.

Entretanto, dois movimentos não diretamente relacionados se interpõem e mudam o curso dos prognósticos. O primeiro tem a ver com a reorientação do COI na gestão dos Jogos, que será tratado a seguir. Já o segundo foi o fim do sistema bi-polar (capitalista e socialista) no início dos anos 1990, que proporcionou uma sensação de alívio nas relações diplomáticas e, conseqüentemente, numa facilidade no comparecimento de diversas nações a um evento internacional. Cabe ressaltar ainda, que a consolidação do predomínio do pensamento neoliberal influenciou o primeiro movimento.

2.2.3 O Dinheiro Sobe ao Pódio para Ser Visto

No estudo de Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 11) é ressaltada a figura do espanhol Juan Antonio Samaranch, presidente do COI a partir de 1980 até 2001, que trabalhou em *“novas concepções para a organização dos Jogos Olímpicos e, especialmente, a recuperação do Movimento Olímpico”*.

Ciente das dificuldades financeiras da entidade que passa a presidir, Samaranch procura responsabilizar os comitês nacionais pela organização dos Jogos Olímpicos para evitar as interferências políticas internacionais, ao mesmo tempo, que busca no

²⁷ A delegação dos EUA era dividida em duas: brancos e negros. Durante uma cerimônia de premiação, dois atletas negros, Tommie Smith e John Carlos, subiram ao pódio com luvas pretas e levantaram o punho fazendo a saudação clássica do movimento radical Black Power do partido revolucionário negro dos Panteras Negras em protesto à segregação racial vivida em seu país (GLOBO esportes, 2009).

²⁸ Um grupo de terroristas palestinos invade a Vila Olímpica e assassinam 11 atletas de Israel (UOL esportes, 2009).

²⁹ Em 1972, o então presidente do COI, Avery Brundage, disse ao seu sucessor, Lord Killanin, ao lhe entregar as chaves simbólicas da presidência da entidade: *“Você não as usará muito; acredito que o Movimento Olímpico não durará mais do que uns poucos anos”* (PRONI, ARAUJO e AMORIM, 2008, p. 10).

marketing os recursos capazes de assegurar não só o apoio aos organizadores locais como ao próprio COI. A superação das dificuldades financeiras pelo *marketing* marca o envolvimento da iniciativa privada³⁰ diretamente no Olimpismo³¹.

A atração de capitais³², tal qual na cidade global, passa a ser fundamental para a realização dos Jogos, mas a chegada dessa nova forma de administrar não ocorre sem que haja mudanças em outras áreas. Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 12) destacam que “*foi preciso flexibilizar a Carta Olímpica... de modo a permitir a participação de atletas profissionais [e a comercialização] dos símbolos e outros elementos do Movimento Olímpico em propriedades do COI...*”.

Rubio (2005, p. 12) classifica essa mudança como início da Fase do Profissionalismo e apresenta o quanto foi expressiva:

Durante muitos anos o tema amadorismo frequentou as preocupações e as sessões do COI. Ser acusado de profissional, principalmente em caso de vitória, significava para o atleta ter os títulos cassados e o banimento do mundo olímpico. Gradualmente essa questão foi perdendo força na medida em que os interesses econômicos envolvidos com os Jogos Olímpicos tornaram-se inseparáveis deles. ... havia a intenção real de veiculação da imagem de empresas à competição olímpica, cujos produtos estavam ligados diretamente à prática esportiva, um mercado consumidor em crescente expansão. Para as companhias convidadas a entrar pela porta da frente no universo olímpico não bastava competir. O mais importante, indubitavelmente, era ganhar.

O desgaste do amadorismo e a valorização da vitória promovem um rápido processo de profissionalização dos atletas³³, pois o que importa, agora, é o rendimento, o resultado. Consolida-se a divisão da prática esportiva em dois grupos: os motivados

³⁰ Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 11) lembram que “*Samaranch recorreu a Horst Dassler, dono da Adidas, com o propósito de elaborar um plano de marketing visando a assegurar o futuro do COI e do Olimpismo.*”

³¹ O Olimpismo é um movimento com pretensões filosóficas cujos conceitos estão expressos na Carta Olímpica (ANEXO A).

³² Cabe registrar que a Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), entidade organizadora da Copa do Mundo, passou por processo semelhante a partir da chegada do brasileiro João Havelange à presidência em 1974.

³³ Rubio (2005, p. 17) relembra essa questão sobre perspectiva da diferenciação de classe no início dos jogos na Era Moderna: “*O centro dessa controvérsia era o receio de nobres, aristocratas e alta burguesia ver a prática esportiva cair nas mãos da classe operária... A condição amadora era um instrumento de estado de guerra de classes. A exclusividade e apropriação da prática esportiva deixou de existir na medida em que ela se tornou uma manifestação cultural maior que a expressão de um valor social.*”

por educação, saúde e lazer (chamados de massa) e os por competição (chamados de alto rendimento). Com isso, cresce a visão do “*Esporte como atividade humana com potencial empresarial, através da geração de vendas e ganhos em propaganda/TV*” (KASZNAR, 2002, p. 5).

Por ser o *marketing* o setor da economia convocado a efetuar a transformação inicial, outro setor co-relacionado cresce em influência e importância: o das telecomunicações. Tanto Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 12), quanto Rubio (2005i, p. 18) destacam, com números semelhantes, o geométrico crescimento dos valores pagos pelo direito em transmitir os Jogos Olímpicos³⁴. A Tabela 1 discrimina a mudança de 1960 a 2008.

TABELA 1 - Receitas de direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos

(Em US\$ milhão)		
Ano	Cidade-sede	Valor
1960	Roma – Itália	1,2
1964	Tóquio - Japão	1,6
1968	Cidade do México – México	9,8
1972	Munique - Alemanha	17,8
1976	Montreal - Canadá	34,9
1980	Moscou - União Soviética	88,0
1984	Los Angeles - Estados Unidos	286,9
1988	Seul – Coreia do Sul	402,6
1992	Barcelona - Espanha	636,1
1996	Atlanta - Estados Unidos	898,3
2000	Sydney - Austrália	1.331,6
2004	Atenas - Grécia	1.494,0
2008	Beijing – China	1.737,0 (valor estimado)

Fonte: Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 13)

³⁴ Em termos de Brasil cabe citar o seguinte: A Rede Record de Televisão comprou os direitos de transmissão das Olimpíadas de 2012, em Londres. A Record pagou: 30 milhões de dólares. Para a transmissão das Olimpíadas de Pequim a Rede Globo pagou 12 milhões de dólares (FOLHA ON LINE, 2007). Por conseguinte, há um impacto na dinâmica televisiva pela concorrência dos direitos de transmissão.

Com tais cifras, a ascendência das redes de televisão se fez notar além da transmissão dos Jogos como espetáculo, os atletas passaram a ser tratados como heróis e estrelas do *show business* na afluência das empresas, investidoras olímpicas, em compartilharem as suas marcas com os vitoriosos e medalhistas. Acirra-se a disputa por pódio e recordes entre... as empresas patrocinadoras!

Rubio (2005i, p. 20) data a virada olímpica deixando para trás o amadorismo:

... foram os Jogos Olímpicos de Barcelona-1992 que apresentaram o símbolo da profissionalização do esporte: o time de basquete norte-americano, chamado de *dream team*. Originários de um país com uma instituição chamada NBA (National Basketball Association) que promovia um campeonato com 27 times e pagava os mais altos salários do planeta para atletas, Michael Jordan, Magic Johnson e Larry Bird entre outros participaram dos Jogos Olímpicos não para ganhar uma medalha de ouro, que ninguém duvidava que fosse deles, mas para divulgar ao mundo um grande campeão de vendas, o campeonato norte-americano de basquetebol.

Na esteira dessa guinada olímpica é factível supor que os recursos, oriundos das empresas patrocinadoras, ficassem mais concentrados nos potenciais medalhistas e/ou recordistas, afinal, para os investidores olímpicos uma medalha Olímpica vale mais na lógica dos negócios do que um milhão de pessoas a praticar desporto (PIRES, 2003).

Assim sendo, fica evidenciado mais um ponto comum entre a cidade global e o megaevento esportivo: o redirecionamento dos investimentos para áreas consideradas rentáveis aos olhos dos investidores/compradores.

Ora, a atração de capitais e a reorientação de investimentos fazem parte de uma mesma doutrina mercantilista. Decerto, a colocação em prática dessa lógica pressupõe uma entidade condizente e afinada ao modelo.

2.2.4 A Tradição Perde para o *Marketing*

O COI foi criado não somente para organizar os Jogos, mas também para difundir o Olimpismo, ou seja, tem que conjugar capacidade administrativa com a defesa do ideário olímpico, cujos valores pretensamente humanísticos são pouco precisos.

Dada a crise financeira da entidade e as complicações políticas dos Jogos no final da década de 1970, o COI optou por adaptar-se à racionalidade econômica predominante a partir dos anos 1980.

Proni (2008, p. 9) recorda que:

... em 1984, os Jogos de Los Angeles demonstraram que o maior e mais caro evento esportivo do mundo podia ser organizado pela iniciativa privada, ser financiado por um *pool* de patrocinadores oficiais e por redes de televisão, explorar a comercialização e o licenciamento de uma gama de produtos, tornando-se um empreendimento lucrativo (US\$ 220 milhões).

Era a sinalização para o COI de como deveria conduzir o evento com vistas a superar os seus problemas financeiros.

O mesmo autor (2008, p. 9) revela a estratégia:

Em vez de os patrocínios serem negociados de forma descentralizada pelos comitês olímpicos nacionais, o COI passou a centralizar as negociações e adotou uma estratégia globalizada. Para Seul-1988 foi criado um novo programa de *marketing* (*The Olympic Partner Programme – TOP*)... Nos anos 1990,... os Jogos passaram a contar com complexos projetos de *marketing*.

Apesar do clima de desconfiança reinante quanto à capacidade administrativa e legitimidade do COI, o TOP garantiu uma valorização nos contratos conforme visto na evolução das receitas de direito de transmissão. Mais do que o aumento da arrecadação, o COI soube conjugar essa medida administrativa com o ideal olímpico de promover os Jogos Olímpicos para todos ao recusar propostas de exclusividade por canais fechados, o sistema *pay per view* (PRONI, ARAUJO e AMORIM, 2008, p. 13).

Além disso, o COI agiu internamente no sentido de remover os empecilhos programáticos do Olimpismo para ter como sustentáculo financeiro assegurado o *marketing*. Proni (2008, p. 11) aponta as duas fundamentais alterações na Carta Olímpica: em 1981, o fim da exclusividade da participação nos Jogos somente a atletas amadores; e em 1986, a supressão do impedimento de explorar comercialmente os emblemas olímpicos como a bandeira, o símbolo, o lema e o hino.

O sucesso financeiro de Los Angeles/1984³⁵ e de Seul/1988 garantiu a consolidação da visão empresarial no interior do COI e a sua maior evidência é “a vitória de Atlanta³⁶ sobre Atenas [em 1989] para ter a honra de organizar os Jogos Olímpicos no ano do seu centenário (1996)” (PRONI, ARAUJO e AMORIM, 2008, p. 14). Os critérios utilizados para escolha expõem o predomínio do negócio sobre a tradição na perspectiva do Movimento Olímpico.

Mais um ponto em comum com a cidade global, a lógica privada.

2.2.5 Depois de Barcelona, todos querem as Olimpíadas

Por ter o esporte como objeto, os Jogos Olímpicos gozam, desde sua reinvenção em 1896, de uma simpatia em todas as nações e povos. Embora a atividade esportiva esteja imbuída de valores culturais de cada sociedade, sua prática é universal. Com efeito, uma corrente da literatura esportiva tenta explicar o esporte como um fenômeno social associado aos mais altos valores humanos, é o caso das autoras Ferreira e Costa que o consideram:

... como meio capaz de redimir a humanidade de seus erros, de sua ganância, das desigualdades entre irmãos, o esporte aparece como saneador das mazelas físicas e morais da sociedade. Como o demiurgo platônico, poderá elevar os homens do mundo das sombras ao mundo das Luzes (FERREIRA e COSTA, 2008, p. 280).

Já Rubio (2005i, p. 10) lembra que os alicerces do Olimpismo contemporâneo estão calcados nos valores culturais ingleses, sobretudo o *fair play*, “*espécie de comportamento social que contemplava a nobreza de caráter, os valores cristãos e humanistas relacionados ao Renascimento*”.

³⁵ Los Angeles (1984) foi um marco no processo histórico de transformação dos Jogos, no sentido do crescente poder empresarial em sua organização. O último evento no bloco capitalista (Montreal, 1976) vinha sendo criticado pela ausência de um gerenciamento eficaz. E assim, pela primeira vez, o Comitê Olímpico Internacional não firmou contrato com o poder público local, e sim com um comitê organizador composto basicamente por empresários. Este grupo e o Comitê Olímpico dos EUA (*United States Olympic Committee*) assumiram toda a responsabilidade financeira sobre o evento (MASCARENHAS, 2006).

³⁶ Cabe lembrar que Atlanta/EUA é sede da multinacional Coca-cola, uma das maiores empresas do mundo e participante do TOP.

Porém Proni (2008, p. 2) adverte que “*Ao longo do século XX, observou-se uma progressiva mercantilização da prática esportiva e uma crescente espetacularização de torneios esportivos ... [que abalaram] a crença nas Olimpíadas como uma competição pura, limpa de interesses políticos e comerciais, direcionada para o engrandecimento da cultura física universal*”.

A compatibilização entre a crescente importância do *marketing* com a manutenção da imagem socialmente construída do Olimpismo era o dilema a ser resolvido.

Em 1992, favorecido pelas circunstâncias internacionais de superação dos problemas políticos e ideológicos da Guerra Fria e da *apartheid*, Barcelona realiza os primeiros Jogos pós-queda do muro, conforme intensamente anunciados (MASCARENHAS, 2006, p. 9). Além do clima internacional propício, o projeto olímpico reuniu esforços na recuperação urbana e projeção externa. O resultado catalão constitui-se no exemplo mais bem sucedido de intervenção urbana em função de um megaevento esportivo, e acabou por servir de modelo para as candidaturas que a seguiram (SILVESTRE, 2008, p. 8).

2.2.5.1 Barcelona, a Cidade Paradigma

Os Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, atuaram como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano. O governo local investiu vultosas quantias e programou projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiro marco na evolução urbana. Também projetou mundialmente a imagem da cidade, proporcionando efeitos multiplicadores a curto e médio prazo: grande aumento do fluxo de turistas e maior capacidade de atração dos investidores externos (MASCARENHAS, 2006).

O projeto olímpico de Barcelona foi influenciado pelas idéias neoliberais em plena ascensão na segunda metade da década de 1980. Todavia, os condicionantes locais e antecedentes à onda neoliberal contribuíram de forma decisiva para a feição final do projeto e a sua respectiva aplicação. Nas palavras de Mascarenhas (2006, p. 8) essa conjugação fica evidente:

Desde o início dos anos oitenta o poder local de Barcelona percebia a possibilidade de realizar os Jogos Olímpicos (J.O.) como estratégia para empreender grandes intervenções urbanísticas. Desta forma, foi elaborado um plano que previa a aquisição de terrenos privados para cobrir o imenso déficit de equipamentos de uso coletivo e espaços públicos, herança de décadas de ditadura franquista e crise econômica. Os recursos públicos, todavia, não eram suficientes para a dimensão e alcance das intervenções previstas no plano, de forma que a cidade recorreu mais uma vez ao expediente de captação de recursos através de grandes eventos, a exemplo do que ocorrera nas grandes exposições de 1888 e 1929. Assim nasceu o projeto olímpico em Barcelona.

Até meados dos anos oitenta, a gestão urbana seguiu o referido plano em detalhes, realizando intervenções locais diversas, com ênfase na recuperação do centro histórico. A partir de 1986, com a conquista do direito de sediar os J.O., surge a “segunda modernidade de Barcelona” [...]. A perspectiva de realização da olimpíada mudou completamente a tônica e o alcance da gestão urbana: mudanças estruturais espetaculares e formação de novas centralidades no âmbito metropolitano [...].

O fato é que os jogos propiciaram uma grande concentração de recursos públicos e privados, e sem dúvida estes foram investidos em infraestrutura urbana, seguindo os princípios e objetivos gerais do plano metropolitano de 1976, com sua visão holística, seu conteúdo relativamente democrático e seu propósito de projeção internacional e re-inserção de Barcelona na rede de grandes cidades européias, especializando como centro de gestão e de serviços avançados.

Em linhas gerais, o projeto olímpico não privilegiou o esporte ou o evento em si, e sim a cidade como um todo.

Tanto é verdade que Barcelona se conduziu pela perspectiva do equilíbrio urbano, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, de forma a contemplar toda cidade, e não privilegiar uma determinada zona ou bairro. Algo que foge à lógica da cidade global de investir somente em áreas de interesse dos investidores.

A conclusão é que o projeto olímpico de Barcelona, a despeito de ter sido influenciado pelos aspectos mercadológicos e articulado a interesses privados, não se subordinou completamente a essa lógica. Pelo contrário, realizou a façanha de conjugar a natureza e exigências dos Jogos com os objetivos fundamentais da gestão urbana, orientada por um plano diretor gerado no contexto da redemocratização espanhola. É neste período de transição entre a pouca importância da realização de jogos esportivos internacionais para as transformações urbanas até a submissão ao conceito de cidade global que Barcelona realiza os Jogos de 1992. Simbolicamente, Barcelona representa a consolidação do poder de transformação de uma cidade através de um megaevento

esportivo voltado, em parte, ao interesse empresarial. A cidade global competitiva se edifica.

Forma-se, então, um novo paradigma em torno dos Jogos de que a sua realização promove o desenvolvimento urbano e econômico para as cidades-sede.

O sucesso de Barcelona foi habilmente explorado pelo COI e pelas redes de comunicação interessadas em alavancar o megaespetáculo. A repercussão desse novo conceito pode ser medida pela quantidade de candidaturas que a cada quatro anos se apresenta para disputar as Olimpíadas. Nas últimas quatro definições das cidades-sede das Olimpíadas (2004, 2008, 2012 e 2016, no período de 1997 a 2009) o número de candidatas variou de 7 a 10 cidades, o dobro do período anterior. A Tabela 2 detalha as cidades.

TABELA 2 Cidades candidatas

Cidades candidatas	Ano da escolha	Cidade escolhida e ano da competição
Amsterdã, Barcelona, Belgrado, Birmingham, Brisbane e Paris.	1985	Barcelona-1992
Atenas, Atlanta, Belgrado, Manchester, Melbourne e Toronto.	1989	Atlanta-1996
Beijing, Berlim, Istambul e Sydney.	1993	Sydney-2000
Atenas, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Estocolmo, Istambul, Lille, Rio de Janeiro, Roma, San Juan, São Petersburgo e Sevilha.	1997	Atenas-2004
Bangkok, Beijing, Cairo, Havana, Istambul, Kuala Lumpur, Osaka, Paris, Sevilha e Toronto.	2001	Beijing-2008
Havana, Istambul, Leipzig, Londres, Madri, Moscou, Nova York, Paris e Rio de Janeiro.	2005	Londres-2012
Baku, Chicago, Doha, Madri, Praga, Rio de Janeiro e Tóquio.	2009	Rio de Janeiro-2016

Fonte: UOL Esportes (2009)

A razão dessa atração pode ser explicada pela análise dos economistas e difundida como senso comum de que um evento desse porte é sinônimo de aquecimento da atividade econômica. Logo se vislumbra a criação de oportunidades de negócios e empregos, especialmente nos setores da construção civil e do turismo e, pela inter-relação, se fomenta também a indústria de serviços, a tecnologia, o entretenimento. Até mesmo a economia informal é estimulada e pode se animar a absorver mais mão-de-obra esquecida pelos negócios legais. Paralelamente é consensual que o megaevento necessita de um nível de acessibilidade e mobilidade aos locais de competição de tal

ordem que pode promover impactos na infraestrutura do transporte urbano e quiçá, metropolitano. Igualmente relevante é a melhoria nas telecomunicações. A argumentação pró megaevento atinge até o comércio exterior pelo incremento proporcionado pela visibilidade do país. Assim sendo, o efeito multiplicador da atividade econômica gerada na cidade-sede pode se alastrar e dinamizar toda a economia. Tudo isso dentro de um clima contaminado por uma auto-estima coletiva elevada, estimulada pelo ambiente esportivo, ou seja, a economia também se contagia pela euforia (BEHNKEN, 2007).

É com a intensa difusão de tais predicados que se dá a construção do consenso sobre a candidatura a um megaevento esportivo. O processo de convencimento da opinião pública se utiliza de figuras da mídia ou lideranças sociais para atuar como relações públicas. As vozes discordantes são abafadas por serem classificadas como impatrióticas ou oponentes ao progresso (SILVESTRE, 2008, p. 11 In: Cox 1996, Hiller 2000, Law 2002, Lenskyj 2000). Mesmo assim elas existem³⁷. Martim (2005, p. 55-62) apresenta um decálogo para se opor aos Jogos Olímpicos dos quais os pontos mais importante são:

1. Nacionalismo: sediar os Jogos é visto como uma oportunidade de promover o prestígio nacional;
2. Comercialismo: o sucesso no esporte torna-se um meio de venda de produtos;
3. Competição: a pressão pela obtenção de vitórias serve de incentivo ao uso de drogas ilícitas, manutenção de segredos durante os treinamentos, tentativas de manipulação psicológica dos oponentes e disputa de competições mesmo o atleta estando lesionado;
4. Dominação masculina: a maioria das competições enfatiza a força e a velocidade (vantagens dos homens) em detrimento da precisão e resistência (mais afeitas às mulheres);

³⁷ *Canadian Centre for Policy Alternatives (CCPA)* é um movimento não-partidário canadense cujo foco é justiça social e econômica que se opôs a escolha de Vancouver como sede das Olimpíadas de Inverno de 2010. Ainda nesta dissertação será apresentado o Comitê Social do Pan, uma articulação crítica do megaevento de 2007.

5. Racismo: tradicionais competições indígenas e não-ocidentais são ignoradas pelo COI em função do domínio deste pelas elites européias;
6. Violência: algumas modalidades são baseadas em habilidades para a guerra (como o boxe, arco e flecha e dardo) e em algumas ocasiões, eventos esportivos, foram o gatilho para guerras³⁸ (o nacionalismo grego, estimulado pela Olimpíadas de 1896, acarretou na guerra contra a Turquia no ano seguinte);
7. Celebridade: a cultura de celebridades fomenta a atletas valorizar mais o sucesso pessoal do que uma competição justa ou de ajuda ao próximo;
8. Intensificação tecnológica: o papel crescente dos meios de intervenções científicas e tecnológicas sofisticadas significa que os indivíduos e países sem as instalações mais avançadas são prejudicados;
9. Espectadores: são inculcadas as suposições de que a vida é uma competição, que as regras são justas, que a maioria das recompensas vai para os vencedores, e que os perdedores devem apenas se culpar pelas derrotas;
10. Repressão governamental: os países sedes dos Jogos são locais de liberdade civis reduzidas devido à ameaça dos diversos grupos, inclusive terroristas, que querem aproveitar a visibilidade proporcionada.

Não obstante, as argumentações críticas sobre as Olimpíadas são muito pouco difundidas fazendo com que o consenso para a candidatura a um megaevento seja favorecido pela perda da dimensão crítica (VAINER, 2002).

Harvey (2006, p.176) observa que a candidatura a um festival esportivo possibilita alcançar a sensação buscada pelos neoplanejadores da cidade “*parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir e consumir.*” Se o fundamento da cidade global é a atração de capitais e o consenso o seu fortificante, a candidatura a um megaevento esportivo é componente unificador de todos os pré-requisitos para implementação do empreendedorismo urbano.

³⁸ Um conflito armado entre Honduras e El Salvador foi deflagrado após uma partida de futebol em junho de 1969 entre as seleções dos dois países pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 1970. Tal conflito ficou conhecido como a Guerra do Futebol.

Contudo não é novidade o uso de eventos, megaeventos como estratégia de diferenciação na competição entre as cidades, porém as candidaturas aos Jogos Olímpicos, sobretudo a partir dos anos 1980, acontecem num contexto de acirramento da competição global por conta da mudança do pensamento do planejamento urbano. Ou seria o inverso? Ou seja, a transformação dos Jogos é que levou a virada da política urbana. Difícil responder pela simultaneidade temporal e pela coincidência dos personagens envolvidos³⁹. Mas cabe ilustrar que a literatura coloca a transformação do paradigma do pensamento urbano como antecedente e insere os megaeventos na esteira do processo de empreendedorismo urbano. A questão aqui levantada é se os megaeventos impulsionaram tão intensamente o processo de forma que se confunde com o mesmo. O caso brasileiro se encaixa na forma concomitante.

O fato é que o modelo, amplamente difundido por organismos internacionais, fez aumentar a concorrência interurbana. No entendimento de Harvey (2006, p. 179) essa aplicação do modelo é possível que:

... force a reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento (como a reprodução em série de *world trade centers* ou de novos centros culturais e de entretenimento, de construções à beira mar ou do rio, de *shopping centers* pós-modernos etc.). A evidência relativa à reprodução em série de formas similares de renovação urbana é muito grande...

Ferreira (2003, p. 214) não só concorda com a previsão de Harvey⁴⁰ como acrescenta que:

... trata-se de uma nova categoria de cidades, as "que-querem-ser-cidades-mundiais"... Como estratégia para esse fim, concorrem para ter o privilégio de receber megaeventos internacionais que as impulsionaria àquele patamar de verdadeiras "cidades-globais". Na sua metodologia, Short elenca como "*wannabe world cities*" todas as cidades que já pleitearam – conseguindo ou não – ser sede dos jogos olímpicos (Short, 1999:44). Cidades que "*competem por funções e espetáculos globais*" e para as quais a construção dos equipamentos necessários para receber tais eventos envolve esquemas de revitalização urbana nos quais "*empreendedores locais, planejadores e políticos podem fazer fortunas substanciais*" (Short, 1999:45).

³⁹ Os espanhóis atuaram (atuam) tanto na formulação teórica da cidade global quanto no projeto de Barcelona para as Olimpíadas de 1992, sobretudo os catalães, inclusive os expoentes: Manuel Castells e Jordi Borja.

⁴⁰ O texto referido foi publicado pela primeira vez em 1989 (HARVEY, 2006, p. 165).

...

Assim, se por um lado autores como Borja ou Castells vêem como natural a disputa das cidades para abrigar grandes eventos internacionais que as impulsionariam a um patamar mais alto de vantagens comparativas [*"um grande evento internacional (exposição universal, jogos olímpicos, etc.)... pode transformar a cidade"* (Borja e Castells, 1997:222)], os autores alinhados à teoria da "máquina de crescimento" vêem nesses eventos sobretudo uma disfarçada maneira de impulsionar em níveis nunca antes vistos suas possibilidades de ganhos capitalistas com a produção do espaço urbano. Para Short, *"jogos olímpicos não são apenas uma oportunidade de ser a sede de um espetáculo global, e conseqüentemente de reconhecimento internacional; eles também proporcionam uma oportunidade para negócios, transações imobiliárias"* (Short, 1999).

Sendo assim, todas as dimensões e as características observadas na edificação da cidade global são coincidentes no exame do curso recente das candidaturas aos Jogos Olímpicos. Portanto, fica demonstrada a interação entre os conceitos de cidade global e a realização de megaeventos esportivos.

2.3 AS FUNÇÕES DE ACUMULAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO NA INTERVENÇÃO ESTATAL

As relações entre as classes sociais e o Estado são sempre complexas e muito difíceis de serem descritas. É no Estado moderno, normalmente, o espaço onde se desenvolvem os conflitos sociais. Tais conflitos, num Estado em que a democracia esteja num estágio avançado, forçam as classes dominantes a fazer concessões às classes dominadas. É o Estado que atua como agente destas concessões, resguardado o seu papel de defesa do processo de reprodução do capital. Daí, o Estado capitalista passa por uma mutação e é transformado em um provedor de benefícios sociais, o que atenua e ao mesmo tempo legitima as relações de dominação.

A investigação de O'Connor (1977) focaliza a crise fiscal no cenário da economia dos EUA na década de 1970, durante o ocaso do *welfare state*. Sua análise está voltada para o relacionamento entre três setores econômicos: os conglomerados monopolistas, as grandes corporações; as pequenas e médias empresas, classificadas como competitivas; e o Estado. Desse relacionamento O'Connor (1977) observa a origem e a natureza da receita estatal e da alocação das despesas, em termos de classes sociais, através da ótica da tradição marxista europeia (GENTIL, 1992, p. 1).

O estudo avança a ponto de examinar o conflito de interesses econômicos entre classes e grupos na arena de disputa que é a política orçamentária dos EUA (e de qualquer outro lugar). A originalidade de O'Connor (1977, p. 15) está na adaptação de categorias da economia política para a análise orçamentária, em suas palavras: "*... uma teoria de orçamento governamental e de um método para descobrir seu significado para a economia política e para a sociedade como um todo.*"

Por ser uma teoria em que o orçamento público funciona através da luta de classes, O'Connor (1977, p. 16) explicita o seu enfoque nas finanças governamentais: "*A preocupação principal da política fiscal é a descoberta dos princípios que governam o volume e alocação das finanças e despesas públicas, e da distribuição do peso fiscal pelas diversas classes econômicas.*"

Desta forma, a obra de O'Connor traz uma complexa e rica análise da crescente intervenção do Estado no desenvolvimento das economias avançadas (GENTIL, 1992). No entanto, para os objetivos do presente estudo, há maior interesse na metodologia que está subjacente ao esquema teórico utilizado pelo autor quando investiga o papel do Estado, através do orçamento, no desempenho de suas duas funções: acumulação e legitimação.

No trabalho de O'Connor (1977) o orçamento do Estado é dividido em duas grandes partes. A primeira delas reúne as despesas com capital social, isto é, aqueles gastos do Estado que subsidiam a acumulação das forças produtivas, fornecendo obras e serviços, sem os quais os projetos privados teriam o lucro diminuído ou insustentável, ou fornecendo incentivos para a acumulação de capital. A segunda parte reúne as despesas sociais, através das quais o Estado tenta cobrir os custos sociais (ou os efeitos adversos) do desenvolvimento capitalista, e que são, mais propriamente, gastos que visam estabilizar a ordem social com a criação de um ambiente político seguro. Visa o controle do proletariado, a contenção política das massas, a manutenção da hegemonia ideológica e, onde ela fracassa, a repressão física das populações em revolta. (GENTIL, 1992, p. 3).

O exercício das duas funções não é simples e nem sempre equilibrado, O'Connor (1977, p. 19) aponta o perigo e a fórmula para a sua superação quando:

Nossa primeira premissa é que o Estado capitalista tem de desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação. Isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital. Entretanto, o Estado também deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente (e de outras formas de capital). Esta contradição [leva o Estado a]... envolver-se no processo da acumulação, porém tem de fazê-lo mistificando sua política, denominado-a de algo que não é, ou tem de ocultá-la (por exemplo, transformando temas políticos em temas administrativos).

Esse modelo analítico ao desconsiderar a ação política resultante do enfrentamento das forças políticas foi criticado por Fleury (1994, p. 45). De fato, a abordagem estrutural-funcionalista do Estado o consideram como uma ferramenta passiva capaz de ser manipulado pelas classes sociais se ignora, portanto, a luta de classes inserida dentro do próprio Estado.

Fleury (1994, p. 48) cita Poulantzas (1980, p. 203) para afirmar que é “*a reprodução da força de trabalho a principal política econômica estatal, desmistificando, portanto, a separação entre as políticas econômicas e sociais.*” A despeito dos diferentes requerimentos para a reprodução da força de trabalho e para o processo de acumulação capitalista.

Outra crítica de Fleury (1994, p. 46) diz respeito ao falso problema de identificar nas políticas sociais a classificação de acumulação e legitimação. Para a autora “... *a gestão estatal pode ser identificada em três momentos do processo de acumulação: a reprodução da força de trabalho, a circulação e o consumo de mercadorias que se realizam nos setores sociais.*”

O próprio autor do esquema teórico reconhece a complexidade de seu modelo e se apressa a esclarecer que:

Devido ao caráter dúplice e contraditório do Estado capitalista, quase todas as agências estatais ficam envolvidas nas funções de acumulação e legitimação e quase todas as despesas tem esse caráter duplo... Além disso, exatamente devido ao caráter social do capital social e das despesas sociais, quase toda a despesa estatal atende a estes dois (ou mais) propósitos simultaneamente, de modo que poucos gastos públicos podem ser classificados de modo não ambíguo... Apesar deste complexo caráter social das despesas públicas, podemos determinar as forças político-econômicas servidas por qualquer decisão orçamentária e, assim, o propósito (ou os propósitos) de cada rubrica orçamentária (O’CONNOR, 1977, p. 20).

Entretanto, a concepção de Estado adotada aqui não é a de resumir o Estado como um fenômeno econômico, ou de adotar o Estado como uma simples ferramenta da classe dominante, mas de analisar o produto dessa disputa social no gasto estatal com o Pan/2007. Assim, como fez Gentil (1992, p. 98) em sua pesquisa sobre os gastos da cidade de Belém (PA), é a identificação dos “*interesses de classe que estão*

influenciando com primazia na intervenção do Estado” que determinará a classificação no presente estudo.

Considera-se que o Estado não é concebido como o detentor de um poder absoluto soberano em relação às classes sociais cujo único papel é garantir a valorização do capital, ou seja, não é um simples executor das políticas econômicas decididas pelas elites, de maneira que os outros grupos sociais são meros espectadores das mesmas. Assim, o Estado não deve ser entendido como um instrumento passivo e totalmente manipulado por uma única classe ou fração de classe burguesa que o controla em seu favor. Nem ser visto como o instrumento único de mudança da base econômica, antes, ele é produto de uma luta de classes. Ou melhor, o Estado é constituído pelas contradições de classe, por lutas políticas entre classes dentro da materialidade do próprio Estado. Se o Estado representa e organiza os interesses da classe dominante, não o faz de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes. (GENTIL, 1992, p. 8).

A partir desta visão, a construção do Pan/2007 se insere na disputa entre os diversos interesses de grupos que compõe a sociedade. Assim sendo, a atuação estatal não se enquadra na *“formulação racional de um projeto global coerente. [E sim]... como resultante de uma coordenação conflitante de políticas e táticas divergentes, posto que irá espelhar não só o papel do Estado em relação às classes dominantes, mas também, frente às classes dominadas.”* (GENTIL, 1992, p. 9).

Em resumo, a teoria marxista do Estado, se constitui numa análise que considera fundamentalmente a questão do Estado em termos de dominação política e de luta política. Por conseguinte, a análise da ação estatal no Pan/2007, deverá esclarecer as relações de classe subjacentes a sua realização, via transferência de renda da classe trabalhadora para o capital pelo uso de recursos públicos.

Acredita-se que o modelo escolhido, enunciado por O'Connor (1977), elucida o relacionamento entre os setores privado e estatal, algo bastante pertinente num megaevento criado e organizado por entidades cunho privado, mas financiado por verbas públicas.

Enfim, um esforço de interpretação da participação governamental na construção e realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, a partir do conflito de classes.

2.4 A METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente ensaio teórico seguiu a taxionomia proposta por Vergara (2004) que se baseia em dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins a pesquisa será descritivo-explicativa, pois buscará expor os dados financeiros incidentes sobre os Jogos Pan-americanos de 2007 e, a sua inter-relação com a classificação proposta por O'Connor (1977). Além de explorar os preceitos da cidade global sistematizados por Castells (2001). Assim como pretende abordar a atuação do Estado para a realização dos Jogos e seus efeitos na composição social da cidade do Rio de Janeiro.

Em relação aos meios, a investigação será bibliográfica, documental, *ex post facto* e um estudo de caso. Bibliográfica, pois se desenvolverá com base em material publicado em livros, revistas, jornais, rede eletrônica e artigos. Documental por ter a maior fonte de dados em publicações do poder público – diários oficiais. Será também uma investigação *ex post facto*, pois se refere a um fato já ocorrido e, por se restringir a cidade do Rio de Janeiro, também será um estudo de caso.

O universo da pesquisa será a atuação do Estado no que se refere à concepção e implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007. O Estado aqui é compreendido pelas três esferas de governo envolvidas, a saber: federal, estadual e municipal. Também será objeto de análise o Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-RIO), entidade não-governamental, sem fins lucrativos, criada para a realização dos Jogos e dirigida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) com participação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da União. O período de tempo observado será o do exercício financeiro de 2003, após a vitória da candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Pan-americanos de 2007, até a finalização de sua contabilização no mesmo ano.

Para a fase de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (1987), é fundamental, pois muitos dados importantes na pesquisa social provêm de fontes de papel, as informações serão coletadas por meio de publicações governamentais oficiais, livros, dissertações e periódicos que abordem questões que tratem do assunto estudado.

Acrescente-se ainda que, de acordo com Vergara (2007), as publicações nos meios eletrônicos também fornecem instrumental complementar à teoria em estudo.

Basicamente serão utilizados os dados já consolidados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, além das publicações do CO-RIO. Por conseguinte, somente serão utilizados dados oficiais e públicos. Como resultado dessa pesquisa, presume-se uma quantificação passível de ser reclassificada nos parâmetros sobre o orçamento público equacionados por O'Connor (1977).

Os objetivos dessa pesquisa nos levam a adotar um método que possibilite a interpretação da atuação estatal nos Jogos Pan-americanos de 2007 dentro das contradições da realidade da cidade do Rio de Janeiro.

Embora os dados a serem utilizados sejam de cunho público e oficial, eles foram elaborados, essencialmente, por atores do próprio processo enfocado. Desta feita, estão embutidos de reflexões, argumentações, interpretações, análise e conclusões desses autores. Por conseguinte, o tratamento dos dados exige um método que considere o terreno ideologizado de sua construção, assim como a sua própria interpretação. Tal método deve compreender os problemas relacionados ao movimento da sociedade, suas lutas, avanços e recuos; deve ser capaz também de distinguir o fato do discurso, de revelar o caráter contraditório das ações.

Uma vez que o tratamento dos dados possui a certeza da ideologização, pois não há como se analisar um registro histórico sem um olhar imbuído de ideologia pré-existente. Konder (1985, p. 43) alerta que:

... não há, no plano puramente teórico, solução para o problema. A teoria é necessária e nos ajuda muito, mas por si só não fornece os critérios suficientes para nós estarmos seguros de agir com acerto. Nenhuma teoria pode ser tão boa a ponto de nos evitar erros. A gente depende, em última análise, da prática - especialmente da prática social - para verificar o maior ou menor acerto do nosso trabalho com os conceitos...

A despeito dos dados serão todos coletados de fontes oficiais numa tentativa de inibir qualquer espécie de manipulação, a sua interpretação varia com a ideologia intrínseca de cada observador.

Entretanto, outros problemas podem ocorrer, pois a linguagem contábil é, em geral, ampla e vaga o que dificulta a identificação dos objetivos dos gastos. Outra dificuldade será a adaptação da teoria marxista do Estado para os gastos do Pan/2007. Tais complicações poderão provocar distorção na reclassificação orçamentária proposta por O'Connor (1977).

Porém, como o orçamento público é usado na redistribuição da renda e riqueza, a aplicação dessa teoria interdisciplinar da relação entre economia e política facilita o entendimento das ações e motivações não-ditas nos discursos oficiais, mas determinantes do porquê e da forma como ocorreram a candidatura, a implementação e a realização dos citados Jogos. É a partir das funções básicas do Estado, acumulação e legitimação, que será analisado os recursos públicos envolvidos com os Jogos (O'CONNOR, 1977).

O estudo pretende abordar tão somente as decisões referentes à implementação e à realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e seus efeitos sobre o conflito de classes na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, será analisado as implicações das localizações escolhidas para as intervenções urbanísticas decorrentes; o significado dos gastos públicos relacionados diretamente aos Jogos; e as consequências dessas escolhas frente à desigualdade social, assim como, os interesses econômicos associados.

Não será abordado, portanto, desempenhos esportivos ou aspectos subjetivos da melhora da imagem nacional e internacional da cidade do Rio de Janeiro, e nem mesmo os indicadores macroeconômicos de difícil mensuração na esfera municipal.

Todavia, *“a realidade é muito mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela”* (KONDER, 1985).

Neste capítulo foram discutidos os conceitos de cidade global e seu instrumento mais ilustre – os Jogos Olímpicos; a interpretação da ação do Estado por suas funções básicas: acumulação e legitimação; e a metodologia da pesquisa empregada.

A seguir será analisado o processo histórico da cidade do Rio de Janeiro na confluência da cidade global com a candidatura e, posteriormente, a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007.

*Rio quarenta graus cidade maravilha
Purgatório da beleza e do caos.
(LAUFER, ABREU e FAWCETT; 1992)*

3 O RIO DE JANEIRO QUER SER GLOBAL

O presente capítulo se propõe a contextualizar a cidade do Rio de Janeiro *vis-à-vis* do seu intento em se inserir no rol das cidades globais. Destarte, serão pesquisados na trajetória recente carioca elementos coincidentes aos conceitos do empreendedorismo urbano expostos nos capítulos anteriores, sobretudo os referentes que proporcionaram a candidatura e a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. O enfoque recai de meados dos anos 1990, período histórico de consolidação e propagação do modelo urbano discutido até a realização da competição internacional.

Entretanto, o histórico de erosão social e de decadência econômica relativa ao Rio de Janeiro a partir da transferência da Capital para Brasília são por demais conhecidos e reconhecidos pelo menos até a década de 1990, sendo, portanto, desnecessário o seu pleno relato. Porém, alguns pontos do processo histórico merecem destaque por situarem a absorção do discurso da cidade global.

3.1 Os Elementos Pretéritos

Segundo Osório (2004, p. 280) a tendência do Rio de Janeiro em ser um espaço de articulação nacional, se calca, inicialmente, pelo fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, de ser a Capital da República e centro cultural, político e econômico⁴¹. Tal condição permitiu à cidade atrair e gerar investimentos no correr de todo século XX, entre 1920/1960 em médias de crescimento econômico próximas da nacional. A partir de 1960, no entanto, há uma inversão dessa

⁴¹ Até o início do século XX o Rio de Janeiro possuía não só o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país como também o maior parque industrial. É somente a partir dos dados do censo de 1919 a constatação que o estado de São Paulo passa a liderar o processo de crescimento econômico brasileiro (OSÓRIO, 2004, p. 16).

tendência e a dinâmica econômica⁴² não se sustenta mais nos mesmos níveis. Porém, a percepção do retrocesso somente ocorreu muito tempo depois mascarada pelo fato da transferência da Capital, iniciada em 1960, acelerar-se somente a partir da década de 1970 e pelo dinamismo apresentado pela economia brasileira, no período 1968/1980 com taxas de crescimento anual da economia acima da média histórica brasileira do século XX. Merece registro também a continuidade dos investimentos federais nos anos 1960 através da criação de organizações como a Embratel e o BNH em território carioca (LESSA, 2000, apud OSÓRIO, 2004, p. 107). Contudo, a variação do PIB na região do atual estado do Rio de Janeiro demonstra que nas décadas de 1970, 1980 e 1990 foi significativamente menor que as existentes em todas as demais unidades federativas (IBGE, 1990), a despeito da estagnação e crise econômico-fiscal a partir dos anos 1980 ter atingido todo território brasileiro.

Enfim, a história do desenvolvimento capitalista regional brasileiro sustenta que o estado do Rio de Janeiro, inclusive a sua Capital, vivenciava uma crise específica de longa duração. As razões não cabem aqui explicar, mas ressaltar que não está entre elas a diminuição do fluxo de recursos federais, conforme o estudo de Osório (2004, p. 289) procura demonstrar.

É a sensação de crise, no caso carioca bastante real, o elemento facilitador e condicional para construção de um projeto de grande transformação urbana (GPDU), segundo as circunstâncias já enunciadas na seção referente ao espaço urbano (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 156).

Outro elemento a ser destacado é o processo evolutivo político carioca. Desde a instauração da República procura-se evitar a existência de jogo político local na Capital ao nomear-se o Prefeito pelo primeiro mandatário do país e subordiná-lo ao Senado Federal⁴³. A intenção desse arranjo institucional era a tentativa de se neutralizar o debate político local. Lessa (2000, pp. 187 e 188, apud OSÓRIO, 2004, p. 92) descreve assim o designo formulado: “*O Rio seria o ‘fórum asséptico’, guardião e*

⁴² Sem querer aprofundar as razões do enfraquecimento econômico carioca deve-se ressaltar que historicamente as indústrias de ponta de bens de consumo durável se concentraram em São Paulo (QUEIROZ, 1996, p. 168).

⁴³ Era o Senado e não a Câmara Municipal a competência para apreciar os vetos do Prefeito.

depositário do pacto oligárquico, o lugar de construção do marco zero da República e a moldura para dignificar a Presidência”.

Tal tentativa, evidentemente frustrada, mas com consequências na formatação do processo político é carregada de ambiguidade que Motta (2000, p. 14, apud Osório, 2004, p. 113) explica melhor:

Como resultado desse desenho político e institucional, que transformou a Capital republicana em espaço de representação ao mesmo tempo do nacional e do local, seu campo político se constituiu com uma dupla face. Na ‘frente’, encontravam-se as atribuições de uma cidade-Capital, a qual na condição de agente da centralização e de baluarte da unidade nacional, deveria se manter distante do localismo, do caciquismo e do provincianismo. No ‘verso’, como decorrência da politização local, pontuada por disputas entre as várias esferas do poder, localizavam-se as práticas políticas baseadas em relações de interdependência pessoal e sustentadas por redes clientelistas de bases locais.

Essa dicotomia local/nacional dificultou a articulação entre as elites políticas e econômicas para consolidação de um projeto capaz de alavancar um processo capitalista de crescimento econômico de longo prazo para a cidade do Rio de Janeiro.

Fernandes (2008, p. 112) também evidencia a complexidade do Rio de Janeiro em encontrar um denominador comum e observa que:

... a cidade viveu sob a lâmina da autonomia e da intervenção. Além disso, as instituições públicas, como o Conselho da Cidade, toda vez que havia uma intervenção ou que novamente se concedia autonomia à prefeitura (tutelada ou não), eram desmanteladas ou reestruturadas. Este mesmo paradoxo aparece... na história da cidade do Rio de Janeiro, quando a cidade perde o *status* de capital do Brasil, vira cidade Estado e, por fim, com a fusão, se torna capital do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo passando por todo este processo, o Rio de Janeiro ainda guarda seus anseios cosmopolitas, e por muito tempo “chorou” a perda da capital para Brasília... (A Viúva da Capital).

Não se encontra aqui outro elemento necessário à elaboração do planejamento estratégico – o consenso. Com efeito, a superação do desarranjo político foi o desafio enfrentado na década de 1990.

Por outro lado, a prevalência da lógica política nacional nos debates e discussões reforçou o caráter cosmopolita e desprezo ao provincianismo do carioca.

Queiroz Ribeiro (1996, p. 168) lembra que esse sentimento faz parte de um desejo antigo e na virada para o século XX foi exemplar:

... onde para atrair a atenção internacional foi necessário mostrar ao mundo que a era da cidade-doença já tinha sido superada. Para tanto, sob a batuta de Pereira Passos, o 'Prefeito de punho', as elites da cidade, com apoio do governo federal, realizam um programa de reforma urbana cuja essência foi a construção da cenografia que serviu de quadro e emblema da internacionalização do Rio de Janeiro. Enquanto isto, as camadas populares deslocadas do centro da cidade subiam os morros ou buscavam os longínquos e desprovidos subúrbios, onde continuavam a prevalecer precárias condições de vida. Mas naqueles 'tempos eufóricos de reforma', as novas elites urbanas, criadas com a passagem da economia escravista-exportadora para a economia especulativa-urbana, olhavam a cidade e seu povo com o olhar de estrangeiro. Sem a alteridade interna, buscavam construir os símbolos da sua identidade de classe pela identificação com as elites cosmopolitas das cidades européias. O povo e as condições de vida não importavam, a não ser como expressão da resistência da tradição ao necessário projeto de inclusão do Rio na nova ordem urbana, internacional e civilizada.

Se o leitor encontrou semelhanças entre o processo de 100 anos atrás com o protagonizado do final da década de 1990 até hoje não é mera coincidência. O mesmo autor (1996, p. 168) percebe, com curiosidade e ironia, o paralelo entre os condicionantes e objetivos dos dois movimentos separados pelo tempo, mas ocorridos na mesma cidade:

As elites cariocas buscam preparar a cidade do Rio de Janeiro para 'entrar na nova era da competitividade', reorientando os investimentos para aqueles pontos da infraestrutura econômica que ofereçam vantagens comparativas às frações do capital mundial e construindo uma política de imagens que pretende mostrar ao mundo dos analistas riscos que já passou a era da cidade-problema, da cidade-violência, da cidade-degradação ambiental. Entramos agora no ciclo da cidade-negócio.

Neste mesmo diapasão cabe assinalar que o processo histórico da transformação urbana do Rio de Janeiro é marcado pela atuação do Estado em favor das classes dominantes. A partir da vinda da família real há 200 anos o Estado interveio na cidade com o objetivo de abastecer a mais alta classe de suas necessidades materiais e favorecer o desempenho das atividades econômicas. Até hoje, a ação estatal contribui para a estratificação espacial baseada na dicotomia núcleo/periferia, zona sul/norte, rico/pobre. Várias medidas foram e são tomadas norteadas por essa divisão no sentido de garantir a permanência dessa desigualdade social. O nível de provimento dos

serviços ofertados pelo poder público sinaliza o *status* do bairro ou comunidade. As legislações favoráveis ao mercado imobiliário associado a uma supervalorização da terra foram e são mecanismos de segregação territorial, formam barreiras intransponíveis para o aproveitamento das áreas mais dotadas de infraestrutura urbana pela população de baixa renda (ABREU, 2006).

É sobre esse histórico de carências e favorecimentos em desarmonia social que os condicionantes da cidade global se erguem na realidade carioca. Dois elementos pretéritos a favorecem: a existência de uma crise específica da cidade do Rio de Janeiro por razões além dos aspectos macroeconômicos, ou seja, percebida e entendida como própria da cidade e de uma vontade de ser inserida no circuito das cidades consideradas de primeira linha há muito entranhada nas elites cariocas.

Se for verdade que a caminhada do Rio para a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 passa pela busca dos parâmetros da cidade global, o primeiro passo então é elaborar um plano estratégico na linha dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU).

3.2 Um Plano para o Rio Global

Conforme já visto na seção sobre o espaço urbano, é no planejamento estratégico que o modelo da cidade global congrega todos os movimentos em sua direção.

O estudo de Fernandes (2008, p. 30) apresenta que, desde o início, a primeira planificação estratégica carioca se espelhou na experiência catalã, recorda ainda que *“foi com base nos resultados alcançados por Barcelona, que, em 1993... surgiu a idéia de elaborar um plano estratégico para cidade do Rio de Janeiro, com a mesma metodologia e equipe que organizara o primeiro plano de Barcelona”*.

Partindo dos pressupostos comuns em todas as cidades que almejam se tornarem globais: a sensação de crise e que a sua superação é através da atração de

investimentos. Desse modo, merece destaque o pensamento do condutor da política local, Cesar Maia⁴⁴ sobre este ponto na interpretação de Osório (2004, p. 85):

... um gestor municipal no mundo de hoje teria uma outra amplitude para assumir a promoção de políticas de desenvolvimento. Fazendo com que a desintegração e a carência de dinamismo econômico viesse a se reverter. Isto porque, no atual cenário, caberia à escala de poder nacional somente a realização de políticas monetária e de busca de equilíbrio fiscal. Cabendo à escala local, a possibilidade de articulação pública e privada, criando ambiência propícia à inovação e ao desenvolvimento econômico-social.

Não restam dúvidas, portanto, quanto à absorção da doutrina da cidade do empreendedorismo urbano pelo mandatário carioca. As próprias palavras de Maia aprofundam o seu entendimento que:

... a lógica da globalização, constituindo a lógica do mundo de hoje, seria a da inovação como rotina, do desenvolvimento articulado através de tecnologias mais avançadas. A globalização se daria através de espaços regionais que teriam certas características que permitiriam a promoção do desenvolvimento com base na inovação como rotina. Estas características dariam aos espaços regionais a capacidade de garantir um desenvolvimento sustentado” (Maia, 2000 apud Osório, 2004, p. 85).

De fato, tal compreensão está coerente ao pensamento urbano hegemônico em que o antigo gerenciamento urbano foi substituído pelas tentativas de acoplar o território a uma suposta onda de desenvolvimento e crescimento, que seria natural do capital, cujo acontecimento era tido como certo. Seguindo os parâmetros neoliberais, com o necessário declínio do Estado em interferir no fluxo monetário internacional, restaria apenas aos administradores urbanos qualificar seu território como o melhor locus de realização de tal onda, numa intermediação agora direta entre o poder local e o grande capital.

Com o respaldo dos paradigmas do novo modelo de política local e coadunado ao cenário formulado pelos pensadores catalães, Castells e Borja, o Rio global avança. A afinidade entre cariocas e espanhóis não ficou apenas no campo intelectual, pois o

⁴⁴ De 1993 a 2008 a cidade do Rio de Janeiro esteve sob os propósitos de gestão do Sr. Cesar Maia, exceto durante o período entre 1997 e 2000 quando a cidade foi governada pelo Sr. Luiz Paulo Conde, mas com os mesmos propósitos, pois era um governo de continuidade.

próprio Plano Estratégico carioca contou com uma consultoria Espanhola⁴⁵ e assessorado pelo Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU)⁴⁶, instituição sediada em Barcelona (FERNANDES, 2008, p. 11).

É interessante registrar o pesquisado por Compans (2004, p. 21-23) sobre essas consultoria e assessoria:

... a prática adotada pelo governo de Barcelona de integração a uma série de redes de cidades e de ênfase na cooperação internacional, o que teria conduzido a uma estratégia de difusão de sua experiência administrativa na Europa e na América Latina, através de um forte esquema de *marketing* institucional. Tal esquema incluiu desde a participação ativa do governo de Barcelona na constituição da rede das Eurocidades, até a iniciativa de criação do Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano - o Cideu, principal instrumento de disseminação do modelo de planejamento estratégico catalão, além da destinação de 0,7% do orçamento do Ayuntamiento para a cooperação internacional, dotação financeira que deu suporte à criação de uma empresa com a finalidade exclusiva de intercâmbio e assistência técnica a outras cidades de diferentes países em vias de desenvolvimento – a Tubsa, Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. Para Borja & Forn (1996) - o primeiro, ex-vice-prefeito de Barcelona; o segundo, ex-diretor urbanístico do Plano Estratégico daquela cidade, ambos dirigentes da Tubsa -, a cooperação com regiões e cidades de países em desenvolvimento justifica-se por seu caráter humanitário... A comovente "generosidade" dos consultores catalães não deve, entretanto, obscurecer a relação comercial que estabelecem com os governos das cidades aos quais ofertam e vendem como produto o modelo do empreendedorismo competitivo. Mediante a sistematização e a representação da experiência, disseminam a ilusão de poder reproduzir, independentemente das especificidades irreduzíveis de cada localidade, o mesmo processo de reestruturação econômica e urbanística ocorrida na cidade de Barcelona. Entre os muitos governos de cidades latino-americanas que "comprariam" esta mercadoria, em 1993 a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro...

O Plano Estratégico do Rio decidido em 1993 e elaborado no período que vai de 1994 a 1995 foi empreendido por Cesar Maia e Luís Paulo Conde⁴⁷, segundo a metodologia catalã. Assim, Fernandes (2008, p. 126) define um plano estratégico como:

⁴⁵ Tecnologias Urbanas Barcelona S.A – TUBSA.

⁴⁶ É notável que, tal qual em outros momentos históricos, mais uma vez a elaboração do planejamento para o Rio de Janeiro é entregue a uma equipe estrangeira, a exemplo dos planos Agache (do francês Alfred Agache), contratado pelo Pref. Prado Junior na década de 1920 e Doxiádis (do grego Constantino Doxiádis), contratado por Lacerda na década de 1960.

⁴⁷ Conde trabalhou como arquiteto na gestão de Carlos Lacerda quando este foi governador do Estado da Guanabara (1960-1965). Foi duas vezes presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), presidiu o

... um plano que desenha diferentes ações dentro do município, possuindo alguns objetos territoriais que não devem ir contra o plano diretor. O Plano Estratégico não se configura como lei, e pode ser alterado de acordo com as mudanças no cenário da cidade. Por sua natureza, o plano estratégico, prioriza ações em detrimento de outras, mas não as localiza no espaço. O plano é baseado no consenso e na participação em diferentes fases, as propostas são pactuadas desde o início com a sociedade. É um plano de compromissos, não é normativo e se configura como um plano de ação.

É necessário realçar, porém, que o conceito de participação da sociedade na esfera pública não foi uma importação catalã. Apesar da participação democrática nas decisões e ações que definem as políticas públicas em nosso país não seja algo que possa ser classificado como trivial ou mesmo comum no processo político. Pelo contrário, o histórico autoritário e excludente desde os primórdios da sociedade brasileira faz com que a participação seja fruto de duras lutas, vitoriosas ou não, em suas reivindicações (CARVALHO, 1998, p. 1). Cabe especificar o tipo de participação aqui enfocado, pois a década de 1990 expandiu e generalizou o conceito de participação ao adicionar as parcerias⁴⁸. A participação referida é aquela em que o Estado possibilita o envolvimento de outros atores sociais no processo decisório, além dos formalmente constituídos.

Entretanto, a cultura participativa, construída pelos movimentos sociais, mas articulada com o Estado, nunca foi efetivada na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos no que se referem às chamadas organizações populares⁴⁹.

Porém, a pesquisa de Fernandes (2008, p. 135) classifica o Plano Estratégico carioca como *“uma institucionalização de processos mais ou menos avançados de gestão conjunta de diferentes políticas públicas... como uma tentativa de parceria entre o setor público e o setor privado na gestão da cidade”*. Assim sendo, conceitualmente,

Conselho Executivo do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, foi presidente do Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU), instituto muito importante no desenrolar do processo de planificação carioca (FERNANDES, 2008, p. 126).

⁴⁸ Parceria é o relacionamento, muitas vezes contratual, entre o terceiro setor e o setor estatal na execução de determinada política pública.

⁴⁹ Organizações populares são classificadas aqui como aquelas que se identificam com as camadas mais pobres da população, sejam sindicatos, associação de moradores ou ainda movimentos sociais cuja reivindicação central tenha cunho popular.

o Plano Estratégico é participativo. A visão da autora se expressa melhor quando apoiada pela teoria de Evans⁵⁰, em suas palavras:

... por meio da participação, de acordo com Evans (1997), a sociedade é tida como partícipe do processo de planejamento da cidade, ficando difícil sustentar que dentro do processo de planificação os gestores só têm em conta a parcela da população capaz de consumir a cidade ou o mercado. A sociedade, de acordo com a teoria de Evans (1997), sendo partícipe do processo, tem a capacidade de influenciar no planejamento e fazer com que suas demandas sejam incluídas dentro do processo de planejamento, e isso faz com que o processo decisório torne-se mais democrático... Essa participação auxilia na criação de sinergia entre a sociedade e o Estado, o que acaba gerando as bases para construção de capital social que vão, no futuro, influenciar positivamente no funcionamento do Estado... (FERNANDES, p. 165).

Tal visão é partilhada com o Banco Mundial (2001, p. 13) que saudou:

... em todos os aspectos, o Plano Estratégico foi [como] um sucesso sem precedentes enquanto exercício de construção de consenso e parceria. O fato de tantas pessoas e organizações concordarem com uma abordagem ampla ao desenvolvimento econômico é, em si, uma conquista elogiável. Para o governo municipal, o exercício também marca um rompimento com o passado: de olhar principalmente na direção dos governos federal e estadual em busca de assistência em suas tentativas de melhorar o bem-estar econômico e social dos cidadãos, para olhar para o setor privado e para as organizações não governamentais como possíveis parceiros mais importantes.

Vainer (2002, p. 6) se contrapõe e é contundente ao explanar sobre a participação no Plano Estratégico:

Se se toma a experiência do Rio de Janeiro, em que um consórcio empresarial e associações patronais, em parceria com a Prefeitura, conduziram o processo de maneira absolutamente autoritária e fechada à participação de segmentos de escassa relevância estratégica, talvez se devesse falar de democracia direta da burguesia. Numa outra

⁵⁰ Peter Evans desenvolveu idéia que, ao estabelecer uma sinergia entre o Estado e a sociedade, pode-se melhorar o funcionamento do Estado e isso se dá pelo associativismo induzido por políticas participativas que, teoricamente, alarga as bases para criação de capital social. Outras questões levantadas pelo autor são os chamados dotes socioculturais e a construtibilidade de uma política pública. A construtibilidade defendida por Evans (1997) busca explicar que a sinergia não depende apenas dos chamados dotes socioculturais, que são formados ao longo do tempo por um processo histórico que formam capital social e sim induzida por arranjos institucionais, isto é, pela construção e implementação de políticas públicas baseadas na participação. Essas políticas públicas baseadas na participação geram, assim, as bases para a construção de capital social, impactando positivamente o Estado. Dessa forma, o Estado passaria a funcionar melhor por conta da sinergia Estado-Sociedade, induzida por políticas participativas (FERNANDES, p. 49-50).

direção, poder-se-ia enfatizar a passagem do despotismo tecnoburocrático com pretensões racionalistas para a ditadura gerencial com pretensões a produtivizar a cidade e os cidadãos.

Diante da opinião de Vainer (2002) é forçoso o debate sobre os seus fundamentos.

Cabe lembrar que o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro de 1996 (PECRJ) teve início em 22 de novembro de 1993, com a assinatura de um acordo de cooperação entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação da Indústria do Rio de Janeiro. No documento constavam os procedimentos necessários para a constituição de um consórcio de empresas e entidades com o objetivo de custear e supervisionar a contratação da equipe técnica para elaboração do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. A decisão de buscar o financiamento junto ao setor privado foi saudada como inédita na história do planejamento estratégico das cidades. Uma das primeiras medidas foi contratar os serviços de consultoria da TUBSA (PECRJ, 1996, p. 97).

Já a estrutura organizacional indica que o Conselho da Cidade era a instância máxima do processo decisório (PECRJ, 1996, p. 98). Desta forma, a identificação de sua composição se constitui num forte indicador de quais são os interesses envolvidos.

3.2.1 Os Autores do Plano

São cerca de trezentas organizações, entidades, órgãos governamentais e personalidades elencadas no Conselho (PECRJ, 1996, p. 109-112). Para efeito de análise neste trabalho, o Conselho foi dividido em seis categorias assim contabilizadas em ordem crescente:

- 2% de associações de moradores, incluso duas federações;
- 8% de entidades classistas, incluso três centrais;
- 11% de ONGs, instituições religiosas e personalidades;
- 13% de instituições de ensino, cultura, esporte e lazer;
- 22% de órgãos governamentais, incluso as empresas estatais;

- 44% de empresas e entidades patronais.

As mesmas categorias quando aplicadas ao Conselho Diretor (25 componentes), instância imediatamente inferior ao Conselho da Cidade (PECRJ, 1996, p. 98), o resultado foi mais contundente: 80% (ou 20 componentes) são vinculados ao setor privado ou governamental. Detalhe: não há um único representante de entidades classistas ou de associação de moradores.

Considerando a preponderância das duas últimas categorias na composição dos dois conselhos e pelos próprios atores sociais inaugurais do processo fica apoiado o julgamento de Vainer (2002) e evidente que são os interesses das classes empresariais associados aos governamentais, o norte do Plano.

Oliveira (2009, 2) reforça o juízo de Vainer (2002) e acrescenta que:

... o planejamento estratégico trouxe novas abordagens que nem sempre significaram a adoção de praticas diferentes das observadas no passado. Em muitos casos, o velho se transformou no novo a partir de mecanismos ate então inéditos... [já que]... A inauguração de novas práticas de gestão urbana, entretanto, não ampliou os canais de debate com a sociedade, nem, tampouco, a melhoria dos instrumentos de transparência das contas publicas. Ao contrario, o discurso dos adeptos do planejamento estratégico colocava o novo modelo como “única” alternativa das cidades diante das transformações advindas da globalização. As cidades, transformadas em empresas, deveriam investir em infraestrutura e na construção simbólica (*marketing*) a fim de se tornarem atraentes ao capital internacional.

Esta análise é amparada pelo fato da governança local carioca procurar no período de formulação do Plano anunciar soluções dos problemas urbanos através de intervenções pontuais de grande impacto⁵¹, possibilitada por concessões legislativas contrárias ao marco regulatório então em vigor⁵². Somado a um contexto internacional de afirmação do neoliberalismo e enfraquecimento do poder público o passo seguinte foi o de estabelecer a parceria público-privada nas intervenções pontuais, agora consideradas como GPDU. O exemplo de execução desse modelo de gestão urbana

⁵¹ Dois programas nesse sentido marcaram a primeira gestão cesarista: Riocidade e Favela-Bairro (PECRJi, 1996, p. 59). O primeiro visa a dotar os principais trechos de bairros destinados às classes mais abastadas de equipamentos urbanos mais sofisticados. Já o segundo é a implementação de melhorias urbanísticas básicas em áreas ocupadas pelas camadas mais pobres da população. Os dois programas não respeitaram os ditames da legislação referentes ao planejamento urbano (Plano Diretor).

⁵² Lei Complementar nº 16/1992 – Plano Decenal Diretor.

seria a viabilização de uma filial do Museu Guggenheim na área portuária através da parceria entre a prefeitura carioca e a Fundação Solomon Guggenheim. O projeto anunciava que reverteria a parte decadente do cais do porto da Praça Mauá, fazendo com que esta se tornasse um local privilegiado para visitação e geração de novos empregos, ao custo mínimo de US\$ 300 milhões para os cofres públicos. Porém, a sociedade organizada reagiu e frustrou a tentativa por embargo judicial fundamentado na imprevisibilidade orçamentária (COELHO, 2003).

Já Silvestre corrobora com Vainer e Oliveira e especula sobre a razão da participação elitizada (2008, p. 10):

... a política de empreendedorismo urbano marginaliza a participação popular. ... A base lógica... resulta da convergência de interesses de uma elite urbana com influência sobre o governo local. Sua coerência com objetivos públicos e a influência de outros interesses obscuros, ditam o grau de participação popular durante os primeiros estágios do projeto.

Fernandes (2008, p. 94) de certa forma responde e concorda com a crítica ao recorrer ao processo de Barcelona: “... *a natureza do plano estratégico faz com [que] haja uma maior participação do segmento empresarial*”. Mais adiante a autora (2008, p. 94-96) esclarece que:

Com a sociedade como partícipe do processo de planejamento da cidade, fica difícil sustentar que o horizonte do planejamento passou a ser apenas o mercado e que os gestores das cidades passaram a decidir com base apenas no mercado. A sociedade por ser partícipe do processo de planificação, e, de acordo com a teoria de Evans (1997), tem a capacidade de influenciar no planejamento e fazer com que esse horizonte se alargue, sendo conduzido para além do mercado... [uma vez que] esses mesmos governos locais têm de dar resposta não apenas para aqueles que são capazes de “consumir a cidade”, mas para os que não têm essa capacidade também e que se apresentam na arena pública demandando o reflexo das ações do setor público (SUBIRATS 1989).

Além disso, não há a transposição direta de um mecanismo da área de gestão privada para a área pública. Adaptações em relação à metodologia de planejamento estratégico foram feitas, fóruns participativos foram criados, houve a necessidade de adaptações profundas do instrumento de gestão e da natureza da ação do processo decisório, que passou a ser participativo. Houve o que Subirats (1989) define como uma combinação entre uma mentalidade de melhora de gestão e as particularidades do setor público. Não houve, no entanto, a transposição da lógica que rege as empresas para a lógica que rege as prefeituras, ocorreu, sim, a adaptação de um mecanismo de gestão

vindo do setor privado para a lógica do setor público. Isso se deu de forma participativa e incorporando setores da sociedade que se encontravam alijados do planejamento público...

Não cabe aqui fazer uma reflexão profunda sobre a participação na metodologia catalã e nem se tal método leva a uma sinergia entre a sociedade e o Estado capaz de melhorar o funcionamento deste (FERNANDES, 2008, p. 98). Cabe sim questionar, se o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Sempre Rio, de 1996 foi capaz de construir o indispensável consenso para a metodologia adotada? E, também, se o Plano aponta os interesses envolvidos? A resposta é positiva em ambas, pois as elites empresariais e governamentais se aglutinaram em torno das diretrizes contidas no Plano de inserção no mercado mundial de cidades⁵³. Isto não significa, evidentemente, a concretização do objetivado naquele momento, mas se observou uma unificação de interesses na busca por se aprofundar um ambiente já propício à acumulação e reprodução do capital.

Porém, o consenso desejado nos moldes da cidade global somente foi alcançado quando conseguiram a identificação das suas propostas pela receita da Castells (2001, p. 440), ou seja, de que “... *os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, vêm seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes...*”. Pois a cultura cívica e o patriotismo da cidade, já desvendados por Vainer (2002) e prescritos por Castells e Borja (1996, p. 160), promovem o “*sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe.*” A candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2004 gerou o efeito ambicionado por ter tido uma “*ampla mobilização popular e inúmeros projetos urbanísticos destinados a preparar a cidade para tal possibilidade*” (MASCARENHAS, 2010, p. 8).

Assim sendo, estão contemplados os três pressupostos enunciados por Castells e Borja (1996, p. 156) para a elaboração de um projeto de transformação urbana ou GPDU: a sensação de crise; a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e o consenso político para que a cidade almeje um futuro melhor. O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Sempre Rio, de 1996 foi, sob tal ótica, um sucesso.

⁵³ É bem verdade que a aglutinação, em termos políticos, não durou muito por conta do conflito de natureza eleitoral entre César Maia e Conde, conforme observa Fernandes (2008, p. 127).

3.2.2 As Estratégias do Plano

Em resumo, o Plano consistia de um objetivo central, sete estratégias amplas, cada uma das quais tinha de dois a quatro objetivos, que necessitavam de um total de 61 ações, para serem implementados através de 159 projetos. O objetivo central foi definido no Plano Estratégico (PECRJ, 1996, p. 21-23) como:

Tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior.

Em seguida, o Plano desdobra a orientação-mor como “*compromisso entre a lógica da cidadania e a lógica do mercado... e quer construir uma cidade que funcione, empreendedora e capaz de concorrer para firmar-se como polo econômico, regional e internacional*” (PECRJ, 1996, p. 23).

As estratégias para atingir o objetivo central do plano foram detalhadas com nomes estimulantes e favorecedores a um clima de autoestima elevada e de confiança no futuro condizentes à linha de pensamento absorvida (PECRJ, 1996, p. 27-51):

1. O carioca do século XXI: *Oferecer às pessoas oportunidades de facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo;*
2. Rio Acolhedor: *Melhorar a relação da cidade com seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano necessária para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover e ampliar a convivência e a vizinhança;*
3. Rio participativo: *As profundas transformações da vida urbana obrigam à mudança na estrutura de governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de cidadania e convivência, e a uma administração pública eficaz e eficiente, que estabeleça novas formas de relação e comunicação com o cidadão;*

4. Rio integrado: *O processo de integração crescente será alcançado através da melhor vertebração da cidade, do equilíbrio territorial e de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana por toda cidade, a modernização da habitação, o fortalecimento do centro e a melhor mobilidade dos cidadãos;*
5. Portas do Rio: *A cidade do Rio de Janeiro se configure como um centro articulador da região metropolitana e, ao mesmo tempo, como êxito vertebrador da mais importante região econômica do país. Sua situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infraestruturas de acesso sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A qualificação das portas internas, articulando as zonas sul, norte e oeste com o centro é um pré-requisito para que o Rio seja um polo integrador da região metropolitana;*
6. Rio competitivo: *Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para a modernização dos processos produtivos, tais como: o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais, o suporte para o desenvolvimento dos setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias de inovações;*
7. Rio 2004, polo regional, nacional e internacional: *O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um polo de atratividade regional. O plano estabelece como marco o ano de 2004 quando serão colhidos resultados expressivos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos.*

A despeito dos títulos das estratégias terem identificação com a cidade do Rio as cinco primeiras (e as suas ações e projetos) são cabíveis em qualquer plataforma governamental de qualquer grande cidade. No entanto, cabe destacar a ênfase em determinados ângulos das cinco primeiras estratégias, são elas: geração de emprego, modernização da educação e saúde, embelezamento arquitetônico, re-organização administrativa da prefeitura, buscas por novas centralidades, revitalização do Centro, incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário, melhorias no sistema de

transportes, aprimoramento das telecomunicações e estabelecimento de um espaço capaz de articular redes e fluxos (PECRJ, 1996, p. 21-46). Todos fazem parte do receituário de implementação do modelo de cidade global e confirmam o vaticínio de Harvey (2006, p. 179) de que “*A evidência relativa à reprodução em série de formas similares de renovação urbana*”, já citada nesta dissertação.

Mas a consagração do modelo está nas duas últimas estratégias, pois nelas que se encontram as interseções mais relevantes da cidade global por tratar da competitividade do Rio de Janeiro na economia mundial e de sua inserção no mercado mundial de cidades. Nas duas se sobressaem os seguintes aspectos (PECRJ, 1996, p. 47-52):

- Melhoria da infraestrutura em apoio à atividade produtiva e ajudá-la a melhorar sua posição competitiva, transformando o Rio em um centro de negócios;
- Mudança na legislação para facilitar as atividades financeiras internacionais com criação de um Centro Financeiro Internacional;
- Instalação de um *World Trade Center*⁵⁴;
- *Marketing* da cidade;
- Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004, com mobilização popular e apoio dos governos.

Outro ponto relevante aderente ao empreendedorismo urbano são as parcerias público-privadas. A análise do Plano revela que em mais de 2/3 dos 159 projetos elencados há o envolvimento direto do setor privado, inclusive com a previsão de privatização de equipamentos públicos. Em tempo: os projetos sem a participação da iniciativa privada são, em grande parte, referentes a questões envolvendo segurança pública ou a reforma administrativa da Prefeitura (PECRJ, 1996, p. 57-93).

Portanto, com a satisfação do condicionante central, a abertura ao investimento de capital estrangeiro (CASTELLS, 2001, p. 406) e os outros fatores expostos, pode-se

⁵⁴ De novo Harvey (2006, p. 179) foi preciso e profético em chamar a atenção para a “*reprodução em série de world trade centers ou de novos centros culturais e de entretenimento, de construções à beira mar*”.

deduzir que o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Sempre Rio, de 1996 foi elaborado e destinado a implementar os ditames da cidade global. Todavia, há a necessidade da conquista de sediar um megaevento e, no caso carioca, esportivo, como o instrumento de efetivação. Pois *“megaeventos possuem a vantagem de conciliar interesses e a cooperação entre diferentes setores da sociedade em torno de uma causa comum. Os prazos fixos são um estímulo para consecução de projetos que de outra forma levariam um período maior para serem concluídos”* (SILVESTRE, 2008, p. 2).

3.3 A Tentativa: Candidatura Rio 2004

A sétima estratégia Rio 2004 foi considerada pelo próprio Plano Estratégico como a síntese das demais estratégias por girar em torno dos setores de cultura, turismo e esporte. Segundo o Plano, é por essas marcas da cidade que a sua imagem será positiva e assim galgar pontos na competição mundial interurbana. Com efeito, a expectativa foi assim consignada: *“O ano de 2004 é um marco não só pelo amadurecimento do conjunto de projetos desenvolvidos nas estratégias anteriores, como pela possibilidade de aqui se realizarem os Jogos Olímpicos...”* (PECRJi, 1996, p. 51). Desta forma, é possível deduzir que o Plano canaliza os seus maiores esforços para a construção da candidatura olímpica.

Sem deixar de considerar que o empreendedorismo urbano é um fenômeno amplo e que o planejamento estratégico o seu compêndio, a literatura urbana reconhece nas candidaturas a megaeventos esportivos como um elemento importante do modelo. No caso carioca, pelo analisado no Plano de 1996, é o elemento central.

Mascarenhas (2006, p. 12) lembra que em 1996, a cidade do Rio de Janeiro se candidatou aos Jogos Olímpicos de 2004 e o projeto de candidatura contou com a colaboração de urbanistas espanhóis que atuaram no planejamento dos Jogos de Barcelona. A marca do equilíbrio urbano, característica catalã, foi ressaltada e o resultado foi um projeto preocupado com a redistribuição espacial dos equipamentos, no aproveitamento racional dos recursos e da infraestrutura existente, e na revitalização de áreas em obsolescência. O mesmo autor substancia a então proposta:

Caso os J.O. de 2004 fossem realizados no Rio de Janeiro, a abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento

intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Nela seriam construídos a vila olímpica e grande número de instalações esportivas. Vale ressaltar que tal infraestrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha, medida salutar face à crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer, como por exemplo os parques temáticos. Também incluímos entre os beneficiados por este projeto a população da Baixada Fluminense. Por outro lado, a Cidade Universitária da UFRJ deixaria de ser o inóspito e indesejado campus, que exhibe vastas zonas abandonadas (500 hectares)... Devemos ainda ressaltar dois aspectos: o programa de despoluição da Baía de Guanabara (incluído no projeto) e o uso predominante de terrenos públicos. Este último aspecto reduz o custo geral do evento, pois evita desapropriações onerosas...

É mister esclarecer que o equilíbrio urbano salientado no projeto Rio 2004 se contrapõe ao conceito do modelo urbano enfocado que determina concentrar os investimentos em áreas vendáveis. Porém, essa contradição não é suficiente para se negar a adesão à cidade global haja vista o ocorrido em Barcelona com os Jogos Olímpicos de 1992, também caracterizado por sua insubordinação parcial às recomendações do modelo. Pelo contrário, a conjugação Barcelona/megaeventos se tornou paradigmática do empreendedorismo urbano ou *city-marketing*, conforme já observado nessa dissertação.

Contudo, a candidatura não foi adiante e o projeto de balizamento urbano transformador do Rio 2004 esquecido. Mas não o sonho olímpico.

O fracasso da candidatura se deu em 1997 e a coligação das elites cariocas e esportivas tomava ciência de que não bastava a contratação dos arquitetos espanhóis de Barcelona/1992 para uma candidatura olímpica vitoriosa juntamente com um inescrutável apoio popular.

Sobre este ponto é oportuno citar a pesquisa de Silvestre (2008, p. 11):

Durante a fase de candidatura a cidade apresenta seus pontos fortes ao passo que busca minimizar ou até rejeitar alguns de seus pontos frágeis (Cochrane et al 1996). Nesta ótica são compreensíveis certas reservas ao escrutínio público. Roche (1994), ao analisar estudos sobre eventos e projetos financiados pelo poder público, concluiu que o processo de tomada de decisão é essencialmente autocrático e

resultante das aspirações e influência de lideranças políticas e/ou elites urbanas. Pouco espaço é dado para contribuições democráticas e a aprovação popular restringe-se às superficiais pesquisas de opinião. Estas pesquisas geralmente apresentam um alto nível de apoio, já que pouca informação quanto às suas possíveis implicações encontra-se disponível. Em seus dossiês finais entregues ao COI, comitês de candidatura buscam enfatizá-las como genuínas aprovações populares (Chalip 2002).

Para o poder público, um evento bem sucedido trata-se de uma questão de honra para a imagem da cidade e requer a participação e cooperação de toda a população. Em algumas circunstâncias, tal prática pode ser estrategicamente utilizada para desviar a atenção de problemas locais mais relevantes.

A decisão da escolha olímpica ressalta problemas com a infraestrutura e a falta experiência em organização de megaeventos esportivos, também entendida aqui pela falta de tradição das cidades latino-americanas em recepcionar os Jogos Olímpicos⁵⁵.

Com efeito, a intensa competição entre as cidades naturalmente provoca “A sensação de derrota de várias das cidades candidatas [que] leva a um sentimento de frustração entre a população e equipes organizadoras que geram discussões posteriores sobre a validade da mobilização dos recursos empregados e a visibilidade na condução do processo” (RUBIO, 2005, p. 6). Nesse sentido, os organizadores buscam uma reorientação na estratégia tornando-a mais *etapista*, assim expressa (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 31):

O COB entendia... que o sonho de realizar os Jogos Olímpicos no Brasil passava necessariamente pela organização prévia dos Jogos Pan-americanos.

Com base nesta visão estratégica, a Assembléia geral do COB decidiu, em dezembro de 1999, que o Brasil não apresentaria candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2008 e reuniria esforços em nova frente de trabalho, partindo para a formulação de uma candidatura aos XV Jogos Pan-americanos de 2007.

De fato, o “... cenário [apresentado] tem levado algumas cidades-candidata a voltarem suas atenções a outros eventos de menor destaque como meio de reforçar suas credenciais olímpicas... incrementando assim, o status e requerimentos destas competições” (SILVESTRE, 2008, p. 1). É sob essa ótica que o Pan/2007 se inclui e deve ser compreendido no contexto da cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁵ A exceção que confirma a regra foi a Cidade do México nos Jogos de 1968.

Portanto, a busca carioca pela cidade global inclui contradições e ações pertinentes, avanços e recuos. Tal qual observou Santos (2001, p. 106): “*O fato de que cada um deve adaptar comportamentos locais aos interesses globais, que estão sempre mudando, leva o processo organizacional a se dar com descontinuidades*”.

Não obstante, o curso para internacionalização da cidade maravilhosa, através de um megaevento esportivo, não cessou e encontrou na conquista de sediar os Jogos Pan-americanos de 2007 o ambiente propício para progredir.

*No futuro seremos mais lembrados pelos monumentos que destruimos do que pelos que criamos*⁵⁶.

3.4 Os Jogos Pan-americanos de 2007

Os Jogos Pan-americanos de 2007 ocorreram na forma de uma política pública decorrente da aplicação do conceito cidade global no Rio de Janeiro, conforme explicitado anteriormente. Assim sendo, esta seção é dedicada à análise dos impactos das intervenções urbanísticas e de infraestrutura, previstas ou realizadas, à luz do empreendedorismo urbano. Porém, o reflexo dos Jogos vai além da transformação física da urbe, as relações e condições sociais alteradas pelas somas de recursos públicos gastas também são afetadas e, conseqüentemente, abordadas.

Para tanto, será analisado o que foi projetado e o que foi concretizado para a realização do megaevento. Parte-se do entendimento de que o Pan/2007 é uma decisão governamental, logo condizente à conceituação de uma política pública com as suas respectivas etapas, segundo a taxinomia sequencial proposta por Saravia (2006, p. 32). Desta forma, será confrontado o documento que formalizou a candidatura carioca e com o respectivo relatório final oficial, além de outros documentos pertinentes ao processo. Por outro lado, serão destacados os aspectos orçamentários/financeiros e as características de localização e uso das intervenções urbanísticas para compor a avaliação social do Pan/2007.

⁵⁶ Frase atribuída, sem confirmação acadêmica, à crítica de arquitetura do Wall Street Journal (EUA) Ada Louise Huxtable.

3.4.1 Os organizadores

Segundo Saraiva (2006, p. 33) a formulação “*inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de uma declaração que explicita a decisão adotada definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro*”. Por conseguinte, pode-se considerar o Dossiê oficial da candidatura ao XV Jogos Desportivos Pan-americanos de 2007 como o demonstrativo da formalização da política pública, uma vez aceito que as etapas ditas anteriores, inclusão na agenda e elaboração, foram agregadas pelo próprio processo exposto.

Data de 8 de agosto de 2001 a carta endereçada à Organização Desportiva Pan-americana (OPDEPA)⁵⁷ assinada, tanto pelo prefeito do Rio de Janeiro, quanto pelo presidente do Comitê Olímpico (COB), Sr. Nuzman, a formalização da candidatura carioca aos jogos de 2007. Nesta, as duas autoridades reafirmam o interesse e a grande expectativa do povo em receber o Pan/2007. Em relação ao que foi colocado como objetivo para cidade com os Jogos o Dossiê (2002, p. 16) é categórico:

Sem dúvida, interessa à Cidade abrigar os XV Jogos Pan-americanos. Ela será beneficiada com investimentos em infraestrutura de transportes, telecomunicações, saneamento e saúde, entre outros. Novas instalações esportivas também serão construídas. Sob o aspecto social, o evento trará para a juventude brasileira e carioca estímulo à prática esportiva e exemplo de vida saudável.

Os benefícios esperados: infraestrutura, instalações esportivas e elevação da condição social da parte jovem da sociedade pelo esporte fazem parte da indispensável construção do consenso receitado por Castells (2001, p. 440) para a implementação da cidade global. Igualmente serve para a função de legitimação do Estado, necessária a manutenção de hegemonia da classe dominante e das condições de harmonia social através das despesas sociais (O’CONNOR, 1977, p. 78)⁵⁸.

Em termos organizativos foi criado o Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-RIO), entidade não-governamental, sem fins lucrativos e

⁵⁷ ODEPA - Organização Desportiva Pan-Americana, entidade internacional responsável pela escolha das cidades-sedes dos jogos pan-americanos.

⁵⁸ Os conceitos da teoria de O’Connor (1977) serão mais aprofundados na análise orçamentária mais adiante.

dirigida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) com participação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da União, logo após o anúncio da vitória candidatura carioca, em setembro de 2002⁵⁹. O CO-RIO ficou como entidade responsável pelo fornecimento das especificações técnicas, já a parte governamental assumiu o planejamento e a execução de todas as ações ligadas ao Pan/2007, obras e serviços. A composição da entidade, criada exclusivamente para a implementação⁶⁰ e realização dos Jogos, conta com apenas dirigentes esportivos e governamentais (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 37-38).

Não é de se estranhar que, a exemplo da forma de construção do planejamento estratégico já estudado, a representação da sociedade não foi considerada na etapa decisiva do processo.

É através dessa entidade que ocorre a articulação dos interesses para a implementação do projeto Pan/2007, tendo a representação do Estado a assunção dos riscos. A representação dos agentes explicitamente privados nessa fase é desnecessária, pois a iniciativa privada já delineou os seus objetivos no Dossiê (2002). Entretanto, a representação esportiva é necessária por emprestar um caráter técnico às decisões e ações de implementação.

Pode-se afirmar que o CO-RIO era uma espécie de anel de poder burocrata-empresarial, classificação inicial de Fernando Henrique Cardoso (1975) e desdobrada e renomeada por Dreifuss (1981, p. 73) em que se acrescenta a qualificação empresarial. Tal concepção aqui se aplica no sentido de que as ações do CO-RIO favoreceram quase que exclusivamente aos interesses empresariais, isto é, os objetivos esportivos foram o expediente despistador para criar o ambiente propício ao alcance daquele.

⁵⁹ No Dossiê (2002, p. 124) está ressaltado que além de atender a todas as recomendações previstas no Estatuto e no Regulamento da ODEPA, prevê os seguintes benefícios adicionais: passagens aéreas e estadia para todos os atletas e os cartolas dos comitês olímpicos nacionais e da ODEPA. Este custeamento foi considerado fundamental para que o Rio de Janeiro vencesse a disputa com San Antonio (EUA) para sediar o Pan/2007 (TRAJANO e KFOURI, junho de 2007).

⁶⁰ Saraiva (2006, p. 34) resume a etapa da implementação pela constituição do “planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política.” É na implementação, portanto, que se decide *quem* e com *quê* se faz a política pública.

A atuação desse anel abrange, inclusive, a disputa pela opinião pública ao organizar abaixo-assinados, declarações e contatos com o mundo político com objetivo de influenciar uma posição pró-intervenção. Nas ações midiáticas e de convencimento se enfatizava a importância do papel da iniciativa privada e da racionalidade econômica na ajuda à implementação do Pan.

O poder do anel foi comprovado quando:

Durante o processo de planejamento básico, o CO-RIO e seus parceiros governamentais tomaram uma decisão estratégica fundamental para os Jogos e para o futuro do esporte brasileiro: o projeto de candidatura foi substancialmente alterado com o objetivo de elevar o padrão de organização e legar ao Rio de Janeiro e ao Brasil um conjunto de instalações em Nível Olímpico (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 43).

O porquê de tal transformação que implicava em gastos financeiros maiores nunca foi explicado e/ou justificado perante a sociedade, exceto pelo já explicitado favorecimento a uma candidatura olímpica.

A seguir, será analisada a localização das instalações e intervenções urbanísticas na perspectiva da cidade global.

3.4.2 O Lugar dos Jogos

O Dossiê (2002, p. 123) apresenta os locais e as áreas relacionadas destinadas aos Jogos e destaca que: *“está prevista a realização de investimentos que dotarão a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, em particular a Barra da Tijuca⁶¹, de um conjunto de equipamentos esportivos”*.

De fato, nada menos que 60% dos locais de competição estão no bairro classificado pelos proponentes dos Jogos como o mais nobre do Rio (DOSSIÊ, 2002, p. 131).

⁶¹ A Barra da Tijuca representa 13% do território ocupado por menos de 3% da população e possui o quinto maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os bairros – 0,959 (IBGE. Censo 2000).

A escolha do bairro Barra da Tijuca para concentrar a maioria das instalações não foi justificada por argumentos técnicos, porém não foi aleatória nem desconexa à história urbana carioca. O estudo de Abreu (2006, p. 134-135) acerca da seleção geográfica dos governantes para os investimentos públicos aponta para: *“a ação preferencial do Estado nas zonas mais ricas da cidade [que, por conseguinte] ... levou a um processo intenso de especulação imobiliária que... determinou a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca”* na tentativa, inútil, de fugir da convivência com os pobres.

Para o então Pref. Cesar Maia (JB, 3/11/2002) foi a segurança dos atletas o fator determinante para a escolha: *“É uma área plana, com urbanização qualificada, sem áreas de narcotráfico, com quatro entradas e saídas. Por esses fatores, a Barra seria o único lugar da cidade no qual poderíamos oferecer total segurança para os atletas”*.

No entanto, o curso dos acontecimentos urbanos, numa cidade capitalista não se isola das práticas sociais e dos conflitos entre as classes. Lessa (2000, p. 412, apud SILVA, 2008, p. 120) observou a contradição entre o pretendido pela alta burguesia e a realidade:

Certamente, para observação, a combinação dos condomínios e shoppings fez da Barra o lugar-ensaio da pós-modernidade, fiel aos padrões do Rio. As favelas crescem explosivamente na Barra da Tijuca. Entre 1980 e 1991, cresceram 200% na região Barra/Jacarepaguá. O cordão de isolamento do condomínio é perfurado diariamente pelos prestadores de serviços. Os prédios usam trabalhadores da construção civil, os condomínios são pilotados por porteiros e seguranças recrutados na massa popular; o lavador de carros, a empregada doméstica e outros, imprescindíveis ao bem-estar da elite condominial, são do povo. O espaço condominial, por uma ponta, ancora a cápsula espacial pós-moderna do shopping; por outra, cria milhares de brechas de subsistência ocupadas pelo povo. As classes abastadas estão historicamente acostumadas à abundância destes serviços para o seu bem-estar. De novo, na Barra, a topografia do Rio, as limitações do sistema de transporte, as características da demanda de serviços pessoais e de apoio às residências de renda elevada produzem a favelização associada e internalizam e avizinham os estratos sociais da cidade. A Barra da Tijuca é por fora pós-moderna, mas por dentro reproduz o Rio de Janeiro de sempre.

A Barra da Tijuca, classificada como região de crescimento natural da cidade (A TRAJETÓRIA, s/d, p. 44), é o eixo de expansão nos moldes capitalistas da

utilização urbana, logo para onde se voltam os maiores investimentos imobiliários. É sob esta ótica de expansão da acumulação do capital que a escolha se deu.

É válido lembrar os alertas de autores sobre a questão do aprofundamento da *apartheid* social carioca, decorrentes da colocação de investimentos públicos à serviço do mercado imobiliário, antes de acontecer o Pan/2007. A análise do projeto Pan/2007 feita por Silva (2005, p. 133) considera:

A reprodução destes processos tradicionais para a ocupação do território, na economia e na política estão contra os propósitos de uma sociedade bem ordenada, justa e estável, ou seja, não aliviam o sofrimento e a dificuldade dos pobres, não diminuem a distância entre ricos e pobres, não promove a eliminação do estigma dos menos favorecidos, não promovem a eliminação de processos ou formas de sociabilidade injustas e não promovem uma equidade no processo político, em verdade, a reprodução destes processos tradicionais no espaço metropolitano promoverá possivelmente o aumento dos processos de segregação e de exclusão social dentro da cidade.

Mascarenhas (2006, p. 18) concorda com Silva e prevê que:

... a cidade que emergirá deste evento [Pan/2007] tende a consolidar um modelo excludente e segregador. Do ponto de vista urbanístico, o principal aspecto desta política urbana é a concentração espacial dos investimentos em áreas socialmente privilegiadas. A Barra da Tijuca e seu entorno corresponde ao trecho da cidade que efetivamente se beneficia com a realização deste evento que muito onera o poder público.

Já Baldez (2007), por seu turno, é enfático na condenação da política governamental local:

Sem considerar direitos e o habitat comunitário constituídos no curso do tempo, a prefeitura do Rio de Janeiro, bem coadjuvada pela indústria imobiliária atrás de lucros, quer reservar a Barra e adjacências à vida e ao lazer dos ricos e assemelhados, imbricando-se poder público e poder econômico na mesma estratégia de exclusão social.

Assim sendo, a convergência da maior parte dos investimentos do Pan/2007 (a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas) para uma área nobre⁶² da cidade

⁶² Para ilustrar ainda mais esse movimento a área do Autódromo que ficou conhecido como “de Jacarepaguá” teve a sua referência de bairro modificada e incorporada a Barra da Tijuca. Afinal, o recebimento de vários equipamentos esportivos teve o objetivo de valorizar este e não aquele bairro.

segue a marcha da valorização imobiliária, através das praias, na continuidade do processo histórico carioca dicotômico núcleo/periferia, zona sul/norte, rico/pobre já ressaltada nesse estudo. Por outro lado, já foi visto também que as urbes aspirantes à classificação de cidade global competitiva procuram se credenciar por trunfos, enumerados por Harvey (2006) e expressos na seção referente ao espaço urbano, dos quais dois podem ser observados neste momento: o primeiro diz respeito ao alargamento da área de consumo através da valorização de regiões urbanas degradadas e ocupação destas por classes de maior renda – a Barra a Tijuca se encaixa perfeitamente nestes propósitos; já o segundo trunfo trata-se do recebimento de aportes financeiros do governo central pela cidade disputante no mercado urbano global – a simples previsão de realização de um megaevento esportivo satisfaz as condições políticas e legais nesse sentido.

Portanto, a opção feita na formulação do Pan/2007 por um bairro nobre para a localização da maioria das instalações esportivas obedece e atende a duas lógicas: o processo histórico e o modelo buscado, as duas perfeitamente compatíveis e que se retroalimentam.

Nem mesmo a mudança para nível olímpico mudou essa perspectiva, pelo contrário, a localização das instalações a serviço do mercado imobiliário foi consolidada conforme a Figura 1, apresentada na próxima página, constata a concentração espacial dos Jogos.

FIGURA 1 – Mapa dos locais das instalações dos Jogos Pan-americanos de 2007



Fonte: A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 45.

É significativo que entre os critérios estabelecidos para a localização das instalações esportivas esteja: “valorizar o Rio de Janeiro como vitrine internacional e cenário inigualável para a televisão global”. A confirmação de que o Pan/2007 foi pensado e executado de forma a servir de instrumento para a internacionalização do Rio de Janeiro é explícita. Cabe então questionar se outro critério enunciado no mesmo documento (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 44) é compatível: “garantir consistência em relação a agendas de longo prazo para reformas sociais na cidade e iniciativas de inclusão”.

Para tanto, serão utilizados os dados financeiros aplicados no megaevento na tentativa de relacionar o gasto estatal direcionado às transformações sociais prometidas.

As finanças públicas são um dos melhores pontos de partida para uma pesquisa da sociedade...
(SCHUMPETER apud O’CONNOR, 1977, p. 16)

3.4.3 O Gasto Público dos Jogos Pan-americanos de 2007

Inicialmente os Jogos foram orçados em R\$ 579.329.696,48 (ou US\$ 186.297.616,00) conforme consta no Dossiê de candidatura (2002, p. 125). A participação estatal é majoritária, mas há uma significativa contribuição da esfera privada. É possível perceber também que mais da metade do orçamento é destinado à instalações esportivas públicas. A Tabela 3, vista a seguir, detalha as duas faces do orçamento.

TABELA 3 – Orçamento da candidatura aos Jogos Pan-americanos de 2007

RECEITAS DE OPERAÇÃO	Valores em R\$ ^{63*}	%
Receitas de Mídia	15.548.500,00	2,68
Bilheteria	18.285.036,00	3,16
Concessões	4.664.550,00	0,81
Patrocinadores	93.291.000,00	16,10
Licenciamento	6.219.400,00	1,07
Loteria	15.548.500,00	2,68
Subtotal	153.556.986,00	26,51
Subsídios Governamentais		%
Subsídios Municipais	267.767.609,60	46,22
Subsídios Estaduais	29.370.220,91	5,07
Subsídios Federais	128.634.879,97	22,20
Subtotal	425.772.710,48	73,49
Total das Receitas	579.329.696,48	100,00
DESPESAS	Valores em R\$	%
Investimentos em Infraestrutura e Instalações		
Instalações Esportivas Públicas	294.078.109,60	50,76
Instalações Esportivas Privadas	6.063.915,00	1,05
Tecnologia	26.432.450,00	4,56
Outros	16.328.723,73	2,82
Subtotal	342.903.198,33	59,19
Custos Operacionais		
Comitê Organizador	39.804.160,00	6,87
Instalações Esportivas Públicas	20.191.055,09	3,49
Instalações Esportivas Privadas	4.972.410,30	0,86
Instalações de Treinamento (10%)	2.234.599,32	0,39
Broadcasting & Mídia	46.645.500,00	8,05
Hospedagem	10.238.687,25	1,77
Alimentação	13.623.595,70	2,35
Serviços Médicos	2.612.769,94	0,45
Segurança	10.075.937,99	1,74
Transportes	34.231.328,82	5,91
Cerimônias	15.548.500,00	2,68
Publicidade & Promoção	3.657.007,20	0,63
Voluntários	4.073.707,00	0,70
Seguros	7.929.735,00	1,37
Seminários e Outros Eventos	9.329.100,00	1,61
Outros	11.258.404,53	1,94
Subtotal	236.426.498,15	40,81
Total das Despesas	579.329.696,48	100,00

Fonte: Dossiê da candidatura ao XV Jogos Desportivos Pan-americanos de 2007 (2002, p. 125).

⁶³ Valores em dólares convertidos pela paridade cambial de US\$ 1,00 = R\$ 3,1097, equivalente à cotação de fechamento média do mês de agosto de 2002 constante do site do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). O mesmo câmbio utilizado pelo TCU (2008, p. 81).

Além das maiores despesas serem de responsabilidade estatal, em termos financeiros foram dadas garantias pelos chefes dos poderes executivos das três esferas governamentais⁶⁴ envolvidas.

Diante de um orçamento dimensionado em pouco menos de R\$ 580 milhões a ser gasto ao longo de cinco anos e confrontado aos benefícios prometidos – atração de investimentos e desenvolvimento econômico da cidade – a candidatura ao Pan/2007 foi rapidamente aceita e estimulada.

De fato, não é um valor assustador para a realidade carioca, pois somente o orçamento municipal para o exercício de 2003 alcançava a cifra de R\$ 8,4 bilhões (Lei municipal nº 3.485/2002), logo os 46,22% (ou R\$ 268 milhões) de responsabilidade da Prefeitura carioca seriam compatíveis ao seu porte econômico.

Deve-se ser observado também que a participação da iniciativa privada em pouco mais de um quinto dos gastos (20,67%⁶⁵) sinalizava um comprometimento das elites econômicas com os Jogos, mesmo assim, a maior parte do custo do Pan/2007 recairia sobre a área governamental (73,49%). Essas proporções são semelhantes às encontradas em Barcelona/1992 (21,77 % da iniciativa privada e 78,23% estatais), mas distantes de Sidney/2000, pois 37% deste megaevento ficaram sob responsabilidade privada (PRONI, ARAUJO e AMORIM, 2008, p. 15 e p. 32)

Porém, a realidade se mostrou bem diferente da imaginada no início da caminhada para o Pan/2007. A Tabela 4, disponível na próxima página, registra os dados do Relatório do Tribunal de Contas da União e apontam para a seguinte evolução dos gastos:

⁶⁴ As cartas-compromisso foram assinadas pelos senhores Fernando Henrique Cardoso, Antony Garotinho e Cesar Maia, respectivamente, Presidente da República, Governador do Estado do Rio de Janeiro e Prefeito do Município do Rio de Janeiro (DOSSIÊ, 2002, p. 4-6).

⁶⁵ Foram descontados da parte não-governamental de 26,51% os 3,16% previstos com bilheteria e os 2,68% de loteria por serem receitas previstas geradas pela própria competição, ou seja, não desembolsadas nem pela iniciativa privada nem pelo setor público.

TABELA 4 – Evolução dos gastos com os Jogos Pan-americanos de 2007

(Em R\$)

Fonte de recurso	Dossiê candidatura (ago/2002)	1ª revisão orçamento (fev/2003)	2ª revisão orçamento (abr/2005)	Matriz de responsabilidades (fev/2007)	Gasto total dos jogos (nov/2007)
CO-RIO		176.594.613,89		22.398.000,00	27.591.262,78
Prefeitura e Gov. estadual				49.531.000,00	Não informado
Governo Estadual	29.370.220,91	34.362.318,14	116.912.396,00	492.594.000,00	Não informado
Governo Federal	128.634.879,97	139.385.467,58	682.423.946,00	1.813.102.000,00	1.609.788.523,81
Recursos Privados	153.556.986,00			-0-	Não informado
Prefeitura	267.767.609,60	455.855.171,90	681.887.330,00	1.205.902.000,00	1.212.572.094,65
TOTAL	579.329.696,48	806.197.571,52	1.481.223.672,00	3.583.527.000,00	

Fonte: TCU (2008, p. 93).

Embora os dados não sejam conclusivos, pois até o momento de encerramento desta pesquisa não foram inteiramente contabilizados nem os dados do governo do Estado do Rio de Janeiro, nem os de origem privada; é possível deduzir a pouca ou nenhuma participação significativa de recursos privados na realização do megaevento carioca. É notável também um expressivo crescimento da ordem de 619% na comparação entre os dois totais possíveis (ago/2002 e fev/2007). Proni, Araujo e Amorim (2008, p. 33) registram que os Jogos de Sydney/2000 terminaram custando 6,7% a mais que o previsto.

Dada a insuficiência de dados, para a análise das despesas estatais aqui proposta somente serão considerados os gastos federais e municipais com o intuito de manter o rigor na confiabilidade pública e oficial dos dados utilizados.

Assim sendo, as despesas estatais consideradas serão as últimas consolidadas em novembro de 2007, desconsideradas as de responsabilidade do CO-RIO por não serem estritamente estatais. Os dados foram reclassificados em três grupos:

- Instalações e Intervenções Urbanísticas, para identificar o montante destinado à modificação da paisagem urbana;
- Atividades, conjunto de ações consumidas pela realização do megaevento;

- Administração e Planejamento, conjunto de gastos com a organização e não consumidos pelo público.

Os dois primeiros também foram divididos em esportivos e não esportivos para discriminar os gastos não relacionados à competição *stricto sensu*, como por exemplo, a construção da Vila Pan-americana e o dispêndio com segurança pública. A Tabela 5 sintetiza a reclassificação⁶⁶:

TABELA 5 – Despesas estatais por esfera governamental

	(Em R\$)					
	Governo Federal		Prefeitura		Soma	%
Instalações e Intervenções Urbanísticas						
• Esportivas	295.898.694,92		744.271.000,00		1.040.169.694,92	36,1
• Não-Esportivas	267.371.415,35		100.000.000,00		367.371.415,35	12,8
Atividades						
• Esportivas	345.493.895,48		42.707.000,00		388.200.895,48	13,5
• Não-Esportivas	807.666.585,72		135.672.000,00		943.338.585,72	32,8
Administração e Planejamento	83.137.534,34		57.400.000,00		140.537.534,34	4,9
Total	1.799.568.125,81		1.080.050.000,00		2.879.618.125,81	100,0

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (10 de agosto de 2007, p. 1).

A partir da Tabela 5 é possível deduzir que os gastos estatais destinados à questão urbana representaram menos da metade (48,9%) do total, distantes dos 59,2% prometidos no Dossiê (2002) e significativamente menor que os 85,5% de Barcelona/1992 (PRONI, ARAUJO e AMORIM, 2008, p. 19). Apesar da construção da Vila Pan-americana não constar como gasto governamental inicialmente, pois no documento da candidatura ela seria financiada com recursos privados. Ou seja, mesmo com a entrada dos gastos dessa, o legado urbano não foi priorizado e 51,1% de recursos públicos foram consumidos na preparação, organização e realização da festa.

⁶⁶ Os dados originais utilizados e os critérios utilizados na reclassificação estão nos anexos B e C.

Já os gastos direcionados ao esporte alcançaram 49,6% do total entre instalações e atividades dos Jogos, menor que os 63,9% do Dossiê da candidatura (2002). Denota-se, portanto, que o predomínio do esporte no megaevento diminuiu.

Após a reclassificação dos dados, mais condizentes aos parâmetros observados nos conceitos da cidade global, será feito um novo reagrupamento com base no modelo teórico de O'Connor (1977) em que o critério adotado para a classificação dos gastos passa pela divisão entre as funções acumulação e legitimação.

3.4.4 Análise do Gasto Público, segundo O'Connor

É perceptível pelos dados financeiros já apresentados que eles não traduzem por si os efeitos na realidade social, no sentido de sinalizar a quem serviu o Pan/2007. Por conseguinte e em seguimento à metodologia da pesquisa referida, foi feita a reclassificação dos gastos, segundo os princípios da teoria marxista de O'Connor (1977), a partir das funções acumulação e legitimação dos dados federais somados aos municipais.

A transformação da classificação original dos gastos para as categorias desenvolvidas por O'Connor (1977) requereu um intenso esforço de adaptação. Os critérios, nem sempre lógicos e cristalinos, utilizados são expostos a seguir.

3.4.4.1 As Despesas de Capital Social da Função Acumulação

O desempenho da Função Acumulação pela ação do Estado capitalista se encontra nos procedimentos que tentam proporcionar ao setor privado uma infraestrutura capaz de suprir as suas necessidades em termos de energia, transporte, comunicação e outros aspectos produtivos não assumidos inteiramente pelo capital privado por quaisquer razões. Também está relacionado às várias formas de regulação de variáveis econômicas como a taxa de juros e o câmbio. Há ainda o fornecimento de condições necessárias à reprodução da força de trabalho (DANIEL, 1982, p. 14, apud GENTIL, 1992, p. 83).

Na presente dissertação o gasto com a Função Acumulação foi considerado no Pan/2007 como o Investimento em Infraestrutura econômica mais a geração de bens e

serviços consumidos coletivamente durante a sua realização, também chamados de Consumo Social. Há ainda a despesa em Administração e Planejamento da competição por ser, no fundamental, voltada a atender às necessidades do capital (AFONSO & SOUZA, 1977 apud GENTIL, 1992, p. 101).

3.4.4.1.1 Investimento em Infraestrutura

O'Connor (1977, p. 108) considera que os investimentos estatais em infraestrutura econômica física são usados para proporcionar bens e serviços que o capital privado exige em bases permanentes: estradas, ferrovias, portos, aeroportos, instalações de energia e outros projetos de desenvolvimento industrial são os exemplos citados. A lista abrange também os projetos de renovação urbana, inclusive estádios esportivos. Enfim, são gastos estatais que proporcionam meios para incentivar novas acumulações de capital de domínio privado.

Para o Pan/2007 a criação de infraestrutura econômica diz respeito: às atividades de construção e reforma de instalações esportivas, não-esportivas e de treinamento, assim como a execução de obras de urbanização no entorno dessas instalações. Já os equipamentos permanentes, sobretudo de tecnologia, adquiridos em função dos Jogos também foram adicionados por se adequarem ao objetivado pelos investimentos em infraestrutura física – meios de acumulação de capital. O Anexo D detalha os itens com a discriminação da esfera governamental responsável.

3.4.4.1.2 Consumo Social (Bens e Serviços Consumidos Coletivamente pela Classe Trabalhadora)

Outra atribuição da função acumulação relaciona-se a de gerar bens e serviços consumidos coletivamente pela classe trabalhadora com o intuito de baixar os custos de reprodução da força de trabalho porque funcionam como forma suplementar de salários, e, conseqüentemente, possibilita o aumento da taxa de lucro, se os outros fatores de produção forem mantidos (GENTIL, 1992, p. 89).

O'Connor (1977, p. 129) exemplifica esses gastos estatais como as melhorias no transportes de massa, serviços de saúde, subsídios para a habitação e atividades relacionadas à cultura, lazer e esporte.

Cabe reafirmar a diferenciação desta categoria com a de infraestrutura econômica, enquanto esta é formada por gastos estatais que substituem os investimentos de infraestrutura para uma atividade privada qualquer e, com isso possibilitam a acumulação de capital, a presente reduz os custos variáveis da própria atividade.

Salienta-se que esses gastos não proporcionam ganhos financeiros futuros, mas fazem parte do custo do megaevento e foram consumidos pela própria realização da competição internacional. Tais gastos poderiam ser assumidos pelas empresas privadas diretamente envolvidas com o espetáculo esportivo. Mas não o foram. Logo, a assunção governamental desses gastos possibilitou uma acumulação do capital das empresas beneficiadas com o Pan/2007. Esta é a razão da contabilização na Função Acumulação.

Nessa linha de pensamento o próprio Pan/2007 pode ser encarado como de consumo social. Entretanto, para os efeitos analíticos buscados nesta dissertação serão discriminados os gastos nesse item os referentes à: hospedagem, alimentação, serviços médicos, transportes, cerimônias e voluntários. E tudo o mais que, sem o gasto estatal, hipoteticamente reduziria a taxa de lucro do Pan/2007 enquanto negócio. Os detalhes estão no Anexo E.

3.4.4.1.3 Administração e Planejamento

Esta categoria não está classificada na teoria de O'Connor (1977) e sim na de Afonso & Souza (1977, in: GENTIL, 1992) e foi contabilizada separadamente para facilitar a identificação dos beneficiados nas outras duas categorias. Por se tratar de uma despesa feita com atribuições de planejamento e organização do Pan/2007 e, como este surgiu de uma demanda das elites econômicas cariocas, inferi-se a sua classificação na Função Acumulação.

Esta rubrica foi composta pelo conjunto de gastos com a máquina burocrática envolvida na construção do Pan/2007 mais os custos administrativos do CO-RIO, entidade responsável pela organização dos Jogos. O Anexo F especifica os itens considerados.

3.4.4.2 As Despesas Sociais da Função Legitimação

Parte-se do pressuposto que a instabilidade da economia capitalista é o elemento central do sistema e percebida por meio das crises de diversas naturezas auto-geradas com dimensões políticas e sociais. Assim, a insegurança estabelecida pelas crises para a continuidade do sistema capitalista obriga o Estado a intervir no sentido de tentar manter a coesão social, procurando criar uma imagem de uma organização de poder que representa os interesses de todos e que harmoniza os conflitos sociais (GENTIL, 1992, p. 82). É neste processo que se desempenha a função de legitimação do Estado através das despesas sociais.

As despesas sociais podem ser identificadas por seus objetivos, seja para promover a harmonia social, seja para garantir a ordem politico-social. Os dois objetivos procuram assegurar a legitimação do Estado, mas com instrumentos diferentes.

Para a análise da atuação estatal no Pan/2007 a Função Legitimação foi constatada em gastos com: Segurança, Publicidade e Propaganda e Benefício Social. São estas as áreas identificadas com os objetivos⁶⁷ descritos, classificados como despesas sociais. A seguir serão esclarecidos os critérios de classificação em cada subgrupo da Função Legitimação, detalhados no Anexo G.

3.4.4.2.1 As Despesas com Segurança

Por ser uma área de monopólio do Estado com seus aparelhos de repressão e de coerção a sua presença no Pan/2007 é uma garantia para a ordem pública, inclusive no seu aspecto de defesa dos interesses do capital. Já em termos puramente políticos o exercício da segurança pelo Estado pode ser interpretado como um fator impeditivo de qualquer mobilização de caráter contestatório ou ameaçador ao megaevento.

Essas são as razões da classificação da Segurança na Função Legitimação.

⁶⁷ Faz-se necessário pontuar que é evidente que existam outros objetivos nas políticas públicas empreendidas nas áreas referidas, porém metodologicamente são essas as razões para a classificação na Função Legitimação.

3.4.4.2 As Despesas com Publicidade e Propaganda

A função de legitimação exercida pela participação governamental na construção do Pan/2007 também são integradas pelas diversas formas de propaganda. Inegavelmente o uso da mídia é um poderoso instrumento ideológico capaz de relacionar a realização de uma competição esportiva com os interesses comuns e gerais da sociedade como um todo. Algo afinado aos preceitos da cidade global e da própria transformação dos jogos olímpicos já explorados nesta pesquisa.

3.4.4.3 As Despesas Benefício Social

O'Connor (1977, p. 21) enxerga nos problemas sociais de desemprego, pobreza e miséria como decorrentes dos efeitos da crise inerente ao processo de acumulação do sistema capitalista. E entende que o Estado “*para assegurar a lealdade das massas e para manter sua legitimidade*” se apresenta como supridor das “*demandas daquele que sofrem os custos do crescimento econômico.*”

A constituição de políticas compensatórias aos setores da sociedade mais empobrecidos ou atingidos pela implementação de um megaevento também foi a fórmula encontrada por seus organizadores e governantes na procura por sua legitimação.

Com base nesses critérios é que será reagrupado o gasto estatal no Pan/2007. A seguir o resultado do exercício teórico.

3.4.4.3 Os gastos em Acumulação e Legitimação

Da análise em cada rubrica disponível nos dados oficiais, foi construída a Tabela 6, que apresenta a classificação a partir das duas funções básicas do Estado capitalista: acumulação e legitimação.

Convém insistir, mesmo correndo o risco de redundância, que as categorias de gastos apresentadas na Tabela 6, analiticamente separadas a partir das funções acumulação e legitimação, não excluem o fato de que algumas despesas classificadas em uma função podem ser interpretadas como da outra. É fato, como já foi observado,

que há ambiguidade na classificação, mesmo seguindo à risca os parâmetros da teoria de O'Connor (1977).

Contudo, o que norteou nesta pesquisa os critérios para a divisão dos gastos estatais foi a identificação, em cada rubrica, da predominância do interesse de classe decorrente. Dito de outra forma, a classificação seguiu o propósito principal objetivado no gasto.

TABELA 6 – Gastos do Poder Estatal com as Funções Acumulação e Legitimação

(Em R\$)		
Pan/2007 (Governo Federal + Prefeitura)		
Função Acumulação (Despesas de Capital Social)		
Investimento em Infraestrutura	1.680.938.223,22	58,4%
Consumo Social	460.814.105,09	16,0%
Administração e Planejamento	140.537.534,34	4,9%
SUBTOTAL	2.282.289.862,65	79,3%
Função Legitimação (Despesas Sociais)		
Segurança	546.099.596,40	19,0%
Publicidade e Propaganda	20.610.800,00	0,7%
Benefício Social	30.617.866,76	1,1%
SUBTOTAL	597.328.263,16	20,7%
TOTAL	2.879.618.125,81	100,0%

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (10 de agosto de 2007, p. 1).

Da Tabela 6 pode-se depreender que a maior parte dos gastos destinou-se a Função Acumulação, com quase 80%, sobrando apenas um quinto do total para a Função Legitimação.

Dos gastos com a Função Acumulação, os mais significativos foram os dirigidos para Investimentos em Infraestrutura, sendo a rubrica que requereu o maior volume de recursos, 58,4% do gasto no Pan/2007, em seguida vêm os gastos com Consumo Social que atingiu 16%.

Dentre os R\$ 1,6 bilhão destinados para Investimentos em Infraestrutura, a composição revela que 67,7% são de instalações, 14,6% de obras de urbanização e de 17,8% de equipamentos.

É destacável que o investimento no setor de transportes, metodologicamente classificado neste item, surpreendentemente não tenha merecido aportes financeiros, conforme a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU, 2008, p. 116) salienta:

Talvez a infraestrutura urbana tenha sido a área que menos benefícios obteve a partir da realização dos Jogos Pan-americanos. Nenhuma obra de relevância foi planejada ou realizada na cidade do Rio de Janeiro em decorrência do evento. Ao contrário, algumas iniciativas de intervenções viárias, imaginadas a partir da candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2012, e que acabaram sendo carreadas nos planos para os Jogos Pan-americanos, foram arquivadas sem que ao menos fossem iniciadas. ... Mesmo em face da quase total ausência de intervenções no setor, não houve maiores prejuízos à realização dos Jogos. O fluxo de atletas, delegações e membros da organização foi garantido também por meio da implantação de faixas exclusivas nas vias já existentes. Curiosamente, o trânsito do Rio, conhecido por sua intensidade, fluiu de forma consideravelmente tranquila durante todo o período do evento, talvez favorecido pela coincidência com as férias escolares... [com] o mínimo de intervenções realizadas na infraestrutura de transportes.

O parecer do TCU é partilhado pela própria avaliação oficial que a despeito de considerar o transporte “*um setor crítico na organização de qualquer evento de grande escala.*” pondera que “*não era requisito para os Jogos Pan-Americanos qualquer melhoria na estrutura viária da cidade*”. O foco de preocupação dos organizadores do megaevento se restringiu aos deslocamentos dos seus participantes através de criação de faixas exclusivas nas ruas da cidade. Enfim, a melhoria da mobilidade urbana como legado não foi considerada (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 23).

Portanto, a função acumulação por investimentos no setor de transportes não foi exercida pelo Pan/2007. Por outro lado, o montante destinado às instalações possibilitou revigorar a dinâmica do capital em outros setores.

Pela tipicidade dos investimentos em infraestrutura no Pan/2007, pode-se deduzir que, de uma forma geral, as instalações promoveram um estímulo aos investimentos do setor de serviços, sobretudo o de entretenimento e o das telecomunicações; e o da construção civil, particularmente para o ramo dos empreiteiros de obras públicas.

É significativo que as instalações esportivas foram (ou já estavam) repassadas ao domínio da iniciativa privada⁶⁸. Desta forma, os gastos estatais não somente criaram condições de infraestrutura para a reprodução do capital, como também oportunizaram a transferência direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada. Um movimento que lembra o cenário examinado por Engels (1980) sobre a origem do Estado quando foi observado o uso de área pública para a ampliação da atividade privada⁶⁹.

De fato, a própria empresa internacional⁷⁰ que avaliou os Jogos ressalta esse aspecto: “*A cidade do Rio de Janeiro foi palco de consideráveis investimentos em novas estruturas esportivas... destaca-se, ainda, a transferência da gestão e operação das novas estruturas esportivas construídas para a iniciativa privada.*” (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 10).

Já as instalações não-esportivas também ficaram sob a administração privada, ou seja, todos os recursos públicos empregados neste conjunto de equipamentos urbanos para a realização do megaevento foram incorporados à bens de usufruto particular⁷¹.

Portanto, a participação estatal na criação de infraestrutura, especialmente as instalações esportivas, para o Pan/2007 objetivou criar condições de favorecimento a lucratividade do capital privado⁷².

⁶⁸ As exceções são: Complexos do Maracanã, de Deodoro e Miécimo da Silva, cujas administrações pertencem (e permaneceram), respectivamente ao estado do Rio de Janeiro, União e Prefeitura.

⁶⁹ Para Engels (1980, p. 171), desde os tempos mais remotos o Estado é usado para transferir renda e propriedade. Ao descrever a derrocada do Império Romano e o surgimento de Estados relata que a primeira medida tomada pelo soberano dos francos foi transformar as propriedades do povo em propriedades reais para logo em seguida concedê-las em feudos às pessoas do seu séquito de letrados e chefes militares.

⁷⁰ Ernst & Young, empresa de consultoria internacional classificada como parceira (A TRAJETÓRIA, s/d, p. 259), mas responsável pela avaliação no Relatório Oficial dos Jogos.

⁷¹ A única exceção são os aeroportos.

⁷² Nos apêndices referenciados a seguir há descrições desse processo de quatro das principais instalações: o Estádio João Havelange, alcunhado popularmente por Engenhão, por não estar previsto no Dossiê da candidatura e por ter sido financiado exclusivamente por recursos públicos municipais (Apêndice A); a Vila Pan-Americana por se tratar de uma parceira público-privada e por estar situada no bojo do analisado pelo item *O Lugar dos Jogos* (Apêndice B); Marina da Glória (Apêndice C) e Estádio de Remo da Lagoa (Apêndice D) foram duas adaptações de áreas públicas, cujas administrações envolvem as três esferas governamentais numa clara demonstração de unidade político-administrativa, independentemente das divergências partidárias envolvidas.

A rubrica Consumo Social exigiu R\$ 460 milhões do custo estatal gasto no festival esportivo carioca. Os destaques são para a despesa com telecomunicações (18,8% do Consumo Social), instalações provisórias (16,6%) e cerimônias de abertura e encerramento (10,4%).

Pelos dados apresentados deduz-se que o setor de telecomunicações obteve uma conveniente redução de seus custos na transmissão do megaevento. Fato condizente à história recente dos megaeventos esportivos, já analisada nesta dissertação.

Outro aspecto que deve ser ressaltado são os gastos com cerimônias e instalações provisórias, ou seja, gastos com o entretenimento. Deve-se realçar o aspecto político eleitoral, dissimulado pelo aparente benefício amplo e comum, que o Pan/2007 proporcionou. Se na Roma Antiga a política de Pão e Circo⁷³ fez crescer a popularidade do imperador, talvez os governantes tenham procurado ter a mesma trajetória com o fortalecimento de sua base social pela realização de um espetáculo grandioso.

Enfim, o Consumo Social do ponto de vista econômico favoreceu um setor associado aos megaespetáculos, o das telecomunicações, e também serviu à propósitos políticos.

Já a burocracia e organizadores, agrupados na rubrica Administração e Planejamento, solicitaram um volume de recursos na cifra de R\$ 140 milhões ou 5% do dispêndio estatal no megaevento.

A Função Legitimação, com pouco mais de um quinto dos gastos estatais despendidos nos Jogos, tem na rubrica Segurança a maior parte dos recursos dessa função, sobrando menos de 3% do Pan/2007 para Publicidade e Propaganda em conjunto com Benefício Social.

Desde início do processo com o Pan/2007 os gastos com Segurança foram tratados como prioridade. Tanto é verdade que a preocupação com essa área pode ser medida pelo fato de que uma das primeiras medidas dos organizadores foi a contratação

⁷³ Pão e Circo: Política implementada pelo Imperador Romano Otávio (27 a.C. a 14 d.C.) que consistia em oferecer alimentação e diversão. Quase todos os dias ocorriam lutas de gladiadores nos estádios, onde eram distribuídos alimentos.

de uma empresa australiana para auxiliar no planejamento de segurança dos Jogos (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 48).

Mais de três quartos da rubrica Segurança, a segunda maior com 19% do total, se referem à aquisição de equipamentos tecnológicos. Por fim, a aplicação desses recursos estatais surtiram os efeitos esperados, pois a competição transcorreu sem incidentes e ocasionando ainda uma queda nos indicadores criminais registrados conforme destaca o Relatório do TCU (2008, p. 43).

Publicidade e Propaganda é a menor rubrica com 0,7% do total com o Pan/2007, embora a sua utilidade seja de uma importante vital para a viabilização política de um megaevento. Porém, é preciso lembrar que o tratado aqui são apenas os gastos estatais, isto é, o envolvimento da iniciativa privada não foi considerado. Ou seja, a legitimação buscada através da mídia não dependeu dos recursos públicos, a própria associação dos meios de comunicação com os Jogos cumpriu esse objetivo.

Cerca de R\$ 30 milhões (1,1% do total) foi o volume de recursos destinados ao Benefício Social que releva certa despreocupação com essa faceta da função legitimação. Há de se considerar ainda, que a quase totalidade dos recursos alocados pelo Governo Federal para a política social do Pan/2007 estão vinculados ao programa de segurança, cuja avaliação foi: “*dar continuidade às ações sociais [...] a fim de contribuir para a redução da criminalidade*” (TCU, 2008, p. 43). Uma dedução possível dessa postura dos organizadores e governantes é que a destinação de recursos para a melhoria das condições sociais somente é feita em função da segurança dos participantes de um espetáculo.

Assim, os gastos estatais no Pan/2007 serviram mais para o atendimento das necessidades do desenvolvimento capitalista do que às necessidades de legitimação do Estado, uma característica dos países periféricos (GENTIL, 1992, p. 98). O volume e a composição do gasto estatal no megaevento não foram determinados através de formulações racionais, elaboradas pelos organizadores e governantes no interesse da coletividade. Ao contrário, foram as classes dominantes locais e esportivas, dotadas de forte poder de pressão política, que definiram a destinação das verbas públicas em seu benefício.

Antes de encerrar a análise dos gastos governamentais no Pan/2007, segundo as categorias na taxionomia de O'Connor (1977), cabe recordar uma ação da prefeitura carioca no desempenho da função legitimação. Trata-se da abordagem do Decreto Municipal n° 24227/2004, que instituiu a Agenda Social para os Jogos Pan-americanos de 2007 (ANEXO H).

3.4.4.3.1 A Agenda Social

O surgimento da Agenda Social do Pan/2007 decorre da preocupação da sociedade em 1996 com os efeitos da candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2004.

Silvestre (2008) lembra que esta preocupação, traduzida em uma agenda olímpica, foi encarnada pelo sociólogo Herbert de Souza, figura carismática civil de então, que propôs um conjunto de objetivos⁷⁴ de natureza social a ser realizado ao longo dos preparativos para os Jogos Olímpicos. Conforme já visto, a candidatura não foi adiante e nem as ousadas metas.

No entanto, em 2004, a prefeitura carioca, em lembrança dos resultados políticos positivos na fase da candidatura olímpica, decretou um conjunto de quarenta e três metas sociais destinadas a seis segmentos da população e regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,80 formando uma nova Agenda Social.

A importância, na época, da Agenda Social pode ser medida pelo discurso do então Prefeito Cesar Maia (Revista da ACAD Brasil, 2004):

Preparamos uma ampla agenda de compromissos sociais a serem implementados, prioritariamente nas comunidades com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo. Vamos ampliar o Programa Favela-Bairro, com investimentos de U\$ 1 bilhão, o que vai melhorar a vida de um milhão de pessoas. A Agenda Social define outras metas de redução da pobreza e das desigualdades sociais, como a expansão do sistema de Saúde da Família, aumento de proporção de alunos que concluem a 8ª série, redução da mortalidade infantil, complementação de renda, integração social da população de rua e muito mais.

⁷⁴ Os objetivos foram condensados em cinco numa alusão aos cinco anéis olímpicos: qualidade na educação para a toda a juventude; qualidade dos alimentos para a toda a juventude; ninguém dorme na rua; favelas com infraestrutura urbana e integrada ao tecido urbano; Esporte e Cidadania lado a lado.

Um dos legados dos Jogos é em ações que estimulem a população a praticar atividades físicas. Hoje, a Prefeitura atende a mais de 100 mil pessoas nos seus projetos esportivos. Com os novos equipamentos, que serão construídos para o Pan, vamos poder atender praticamente toda rede pública municipal de ensino, ou seja, 750 mil crianças.

Embora incorporado no discurso público, convém salientar que a Agenda Social se constituía de atividades de competência da gestão municipal que já eram exercidas pela prefeitura. Mas, pela primeira vez a Prefeitura do Rio de Janeiro se comprometia a atingir metas em relação as suas políticas sociais. Entretanto, nos anos seguintes a Agenda Social foi completamente esquecida, inclusive pelos veículos de informação, não sendo mais sequer citada nos pronunciamentos das autoridades. E, apesar do comprometimento formal, não há divulgação oficial do cumprimento de suas metas e de seus valores.

Subirats (2006, p. 120) considera que os objetivos a serem implementados são por vezes descritos como genéricos, ambíguos, múltiplos e até contraditórios. Acrescenta ainda que a ambiguidade em política pública não é casual, servindo de fato como margem de manobra para construção de acordos e consensos durante o processo de implementação.

A definição do autor é conciliável ao trato recebido pela Agenda Social, pois o relatório oficial destacou como benefícios sociais alcançados os equipamentos esportivos construídos e/ou reformados e “*um legado emocional intangível... no estímulo da prática de esportes*” (A TRAJETÓRIA RIO 2007, s/d, p. 213-224).

Enfim, o legado social do Pan/2007, capaz de melhorar as condições de vida de uma parcela significativa da população mais pobre carioca, ficou apenas no discurso.

Este capítulo foi destinado a desvelar a trajetória da cidade do Rio de Janeiro na sua busca para ser considerada uma cidade global, apresentando os vários instrumentos utilizados como a elaboração de um planejamento estratégico, candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 e a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Procura esclarecer sobre as consequências sociais da localização espacial dos Jogos, assim como da aplicação dos recursos públicos do ponto de vista da acumulação e reprodução do capital.

A seguir será apresentada a conclusão a partir das principais considerações elaboradas ao longo da dissertação. Haverá ainda uma parte reservada a sugestões e recomendações, tendo em vista que os assuntos abordados nesta dissertação são passíveis de aproveitamento pelas intervenções resultantes dos megaeventos vindouros: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

4 CONCLUSÕES

Essa dissertação teve como objetivo analisar os Jogos Pan-americanos de 2007 sob a perspectiva social do seu legado. A investigação foi centrada na verificação do aprofundamento das desigualdades sociais e urbanas da cidade do Rio de Janeiro com a realização dos Jogos.

Para tanto, foram avaliadas as localizações das intervenções urbanísticas decorrentes dentro da estrutura espacial da cidade, assim como os setores econômicos e sociais favorecidos pelo uso de recursos públicos na competição internacional.

Para contextualizar essa análise foi necessária uma investigação sobre como e porque a cidade do Rio de Janeiro se propôs a realizar o citado festival esportivo.

A pesquisa sobre o pensamento urbano foi o subsídio central. Nesta, encontra-se a formulação da cidade global com seus conceitos e preceitos. A base dessa doutrina está centrada na atração de capitais, secundada por um apelo à racionalidade do mercado e à privatização.

A aplicação do modelo da cidade global em diversas regiões e países levou a um acirramento da concorrência interurbana em se projetar internacionalmente. Mas o receituário do modelo prevê um fator de alavancagem e diferencial no cenário mundial – a conquista em sediar um megaevento internacional. Aqui foi localizada a interseção entre os conceitos do modelo e um megaevento esportivo.

Isto posto, a presente dissertação procurou na trajetória dos Jogos Olímpicos os elementos coincidentes entre o conceito de cidade global e a transformação de eventos esportivos internacionais em espetáculos grandiosos capazes de influenciar nos destinos de uma cidade e região. Tal busca foi motivada pelo objeto dessa pesquisa – os Jogos Pan-americanos – ser considerado um subproduto dos Jogos Olímpicos, por conseguinte, com a mesma lógica de implementação e de consequências semelhantes na estrutura social da cidade-sede, guardadas as devidas diferenças de proporção de impacto e volume de recursos.

A investigação demonstrou uma similaridade muito grande de propósitos, gestão e argumentação política entre os conceitos da cidade global e a evolução do megaevento esportivo internacional. Embora também tenha ficado patente que os caminhos trilhados pelos dois movimentos tiveram motivações diferentes. No entanto, o pensamento neoliberal foi o pano de fundo comum das duas dimensões e atuou como uma espécie de unificador ideológico, assim como a perspectiva de classe dos atores envolvidos, sempre relacionados aos interesses das elites⁷⁵. De certo, há a inter-relação dos dois movimentos, inclusive nos seus resultados e finalidades, qual seja o encorajamento da atividade capitalista.

Porém, é no território utilizado, configurado pelas ações realizadas que se pode comprovar ou não as deduções já enunciadas. Por conseguinte, a dissertação investigou a evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro em face do seu intento de se inserir no rol das cidades globais. E encontrou todos os condicionantes para a assimilação de seus conceitos: a percepção de crise e a vontade de se sentir cosmopolita. Em seguida, foram identificados os passos fundamentais prescritos pelo modelo que foram praticados: a elaboração de um plano estratégico e a candidatura a um megaevento.

Mas o modelo de cidade global preceitua diversas ações governamentais que ajudam a criar vantagens urbanas competitivas na disputa pelos capitais disponíveis, todas dependentes de um ambiente político favorável – o consenso.

No caso carioca foi a candidatura⁷⁶ dos Jogos Pan-americanos de 2007 o elemento aglutinador de dirigentes esportivos, empresários e governantes na construção do consenso político em torno do modelo.

Uma vez que o Pan/2007 foi compreendido como sendo um instrumento da adesão carioca aos conceitos de cidade global restou investigar se a sua implementação gerou atenuantes no quadro vigente de desigualdade social e urbana. Em outras palavras os benefícios superaram os sacrifícios?

⁷⁵ A simultaneidade temporal e a coincidência dos personagens envolvidos provocaram uma curiosidade em saber qual movimento influenciou mais o outro. A produção acadêmica ainda não respondeu a tal questionamento.

⁷⁶ A geografia e um estilo de vida carioca voltado às atividades ao ar livre favoreceram o sucesso da empreitada e do apoio popular.

É senso comum afirmar que sediar um megaevento esportivo oferece diversas vantagens à cidade acolhedora, sobretudo na atividade econômica, tais como: melhorias na infraestrutura urbana, no transporte principalmente; e aquecimento da economia provocado pelo aumento do fluxo de turistas e pelas oportunidades apresentadas aos setores da construção civil, das telecomunicações e do entretenimento. Sobre os efeitos sociais a relação é indireta, seus ganhos pelos investimentos na infraestrutura que se transformariam em benfeitorias de uso comum⁷⁷.

Todavia há um custo financeiro a considerar na realização do festival esportivo. A investigação demonstrou que a quase totalidade do Pan/2007 foi financiado por recursos públicos. Diante dessa verificação foi preciso desnudar as implicações da atuação do Estado, através dos seus gastos divididos em suas duas funções: acumulação e legitimação, para compor o quadro dos favorecidos e dos desfavorecidos pelo megaevento.

Conforme já visto nesta dissertação, a Função Acumulação reúne as despesas com capital social, isto é, aqueles gastos do Estado que subsidiam a acumulação privada aumentando as forças produtivas, através de obras e serviços. Já a Função Legitimação agrega as despesas sociais, através das quais o Estado tenta cobrir os efeitos adversos do desenvolvimento capitalista.

As despesas com capital social dessa pesquisa congregou infraestrutura, gastos consumidos e administrativos do próprio Pan/2007. Para as despesas sociais agrupou-se os gastos em segurança, publicidade e benefício social.

A pesquisa provou que não basta um volume significativo de recursos absorvidos pela infraestrutura (58,4% do total) para que haja um aproveitamento social. Na verdade, é preciso qualificar o gasto quanto a seus objetivos, localizações e domínio administrativo.

O Pan/2007 evidenciou que mais de um terço (36,1%) do total foram destinados às instalações esportivas de pouco auxílio para atenuar o desequilíbrio social.

⁷⁷ Cabe esclarecer que o autor, na análise aqui realizada, não considera a geração de empregos um benefício social, mas simplesmente uma manifestação decorrente da dinâmica econômica.

A escolha geográfica da maioria das intervenções urbanas em regiões habitadas pelos segmentos mais abastados da população promoveu o aprofundamento da *apartheid* social carioca, decorrentes da colocação de investimentos públicos a serviço do mercado imobiliário. Tal incremento ao processo especulativo somado à transferência direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada das instalações possibilitou um agravamento da condição social pela vertente da habitação. Pois, ocorreu: a concentração privada do solo urbano, a elevação dos preços imobiliários e a diminuição dos espaços de moradia popular.

Apenas 8,5% do total foram para obras de urbanização, sendo que muitas associadas às instalações esportivas. É preciso destacar ainda uma ausência significativa: a inexistência de qualquer legado na mobilidade urbana. Ainda na rubrica das despesas com infraestrutura os equipamentos adquiridos representaram 9,5% do total, porém apenas 1,7% se referem a não esportivos. Desta forma, a benfeitoria coletiva foi mínima.

Os gastos com a organização e a realização do próprio megaevento atingiram quase 20% do total dos recursos públicos empreendidos. Não há benefício social visível nesses gastos, a não ser a subjetiva satisfação de assistir a um espetáculo ocorrido em sua cidade. Entretanto, para o capital ocorreu sim um favorecimento concreto, pois sem o Pan/2007 os empresários dos setores econômicos já enunciados não receberiam esse dinheiro público.

Portanto, os quase 80% das despesas estatais com o Pan/2007, classificados na Função Acumulação, serviram de subsídio para atividade econômica privada.

Na pesquisa dos gastos com a Função Legitimação com 20,7% do total, sobressai a rubrica segurança (91,4% da função) numa demonstração da preocupação do Estado com a reação dos excluídos da festa esportiva. Muito mais significativa que a atenção dada aos benefícios sociais efetivos com pouco mais de R\$ 30 milhões (1,7% do total).

A conclusão possível é de que a atuação do Estado, através de seus gastos em um festival esportivo, privilegiou as despesas que favoreceram o atual padrão de acumulação capitalista no meio urbano.

Igualmente conclusivo foi de que os Jogos Pan-americanos de 2007 proporcionaram uma transferência de R\$ 2,8 bilhões de recursos públicos para poucos. Pois, é evidente que foram os setores econômicos e sociais pertencentes às classes de renda mais altas os mais beneficiados.

O mais grave em termos de avaliação social foi que os gastos estatais no Pan/2007 acabaram por criar enormes carências em ações governamentais de interesse social como urbanização, transporte coletivo, habitação e esporte. Todas essas ações são condizentes à construção de um megaevento esportivo, mas a opção dos organizadores da competição carioca não foi nesse sentido. Além dessas ações pertinentes ao Pan/2007 não se deve esquecer que outras de igualmente interesse social como educação, saúde e saneamento tiveram seus respectivos orçamentos diminuídos a favor do megaevento.

Enfim, a experiência do Pan/2007 é elucidativa. O megaevento, fruto do paradigma do planejamento urbano vigente chamado cidade global, redirecionou recursos públicos que sacrificou ações governamentais que afetam o bem-estar da população, em nome de uma promessa de tornar a cidade competitiva. A atuação estatal, nesse caso, se combina com a busca permanente do alargamento da atuação privada, camuflada sob o manto dos interesses da coletividade.

Por fim, a única dedução cabível após a investigação proporcionada por esta pesquisa é que os Jogos Pan-americanos de 2007, ocorridos no Rio de Janeiro, aumentaram a desigualdade social e urbana.

5 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES PARA OUTRAS INVESTIGAÇÕES

Esta pesquisa sinalizou que a análise de um megaevento esportivo é tarefa muito complexa e ampla para se esgotar em uma única dissertação. Vários aspectos tocados superficialmente podem e devem ser objetos de futuros estudos. Sobretudo pela necessidade de se compreender melhor o tema, cuja atualidade está presente tanto pela memória do passado recente, os Jogos Pan-americanos de 2007, quanto pelo futuro próximo: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

As lacunas em dimensões pertinentes ao campo da Administração, Economia, Política, Sociologia e até mesmo do Esporte precisam de preenchimento para que se ajude a compreender este fenômeno contemporâneo e mundial.

Nesse contexto, descortinam-se algumas sugestões para futuras investigações, conforme descritas a seguir:

- Como uma instância internacional (seja o COI, a FIFA ou a ODEPA), desprovida de legitimidade pelo sufrágio, pode determinar o uso de volumosos recursos públicos?
- Como se dá o relacionamento entre os organizadores do megaevento com a sociedade organizada? Como a atuação do Comitê Social do Pan⁷⁸ influenciou o Pan/2007?
- Sendo a precisa identificação dos dados orçamentários um princípio democrático, como explicar a insuficiência de informações no Pan/2007?
- Considerando que as análises conhecidas foram elaboradas por autoridades e/ou consultores defensoras do modelo de cidade global interessadas em maximizar os efeitos dos gastos. Qual foi, afinal, o impacto econômico do Pan/2007 com base na Teoria de Avaliação de Projetos?
- Qual é a influência na dinâmica urbana decorrente da ocupação de significativos espaços públicos por instalações esportivas? E quais são os efeitos, em termos habitacionais, no mercado imobiliário?
- Em termos esportivos, há um aumento do número de praticantes? E qual é a variação do desempenho do esporte de alto rendimento?

Enfim, estas são apenas algumas sugestões, outras possibilidades de estudo certamente poderão ser despertadas, na esperança de que os frutos do conhecimento científico sejam amplamente compartilhados em prol de uma elevação do padrão de vida coletiva e não apenas pelos mais beneficiados pelo sistema econômico dominante.

⁷⁸ Um resumo do que é o Comitê Social do Pan e o seu histórico de lutas estão no Apêndice E.

6 REFERÊNCIAS:

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

BALDEZ, Miguel. O outro lado do Pan. **Jornal do Brasil**, 19 de março de 2007.

BEHNKEN, Luiz Mario. **O Pan do Rio, o Pan do Brasil o Pan de quem?** Instituto Cultiva, Belo Horizonte, 25 jun. 2007. Disponível em:
<http://www.cultiva.org.br/out_colunistas.php>

BENEDICTO, Daniella et al. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº107, p.39-56, jul./dez. 2005.

BITENCOURT, Fernando et al. Ritual Olímpico e os Mitos da Modernidade: Implicações Midiáticas na Dialética Universal/Local. **Revista Pensar a Prática**, janeiro/junho de 2005, vol. 8, nº 1.

BOFF, Leonardo. Competição ou cooperação? **Jornal do Brasil**, 9 de julho de 2004.

BORJA, Jordi. As cidades e o Planejamento Estratégico: uma Reflexão Européia e Latino-Americana. In FISCHER, Tânia. **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 79-100.

BRASIL. **A Trajetória Rio 2007. RELATÓRIO OFICIAL XV JOGOS PAN-AMERICANOS E III JOGOS PARAPAN-AMERICANOS RIO 2007**. S/d.

BUONICORE, Augusto C. **70 anos da morte de Antônio Gramsci**. Texto eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em abril de 2007 e disponível em <http://port.pravda.ru/mundo/16839-0/> acessado em outubro de 2009.

CÂMBIO. Base de dados: macroeconômico. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em fevereiro de 2010.

CANADIAN CENTRE FOR POLICY ALTERNATIVES (CCPA). Canadá: Escolhas Olímpicas. In: Pan-americano de 2007 – Grande negócio para quem? **PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul**. Rio de Janeiro, agosto de 2005, p. 50-53.

CARVALHO, Maria do Carmo Albuquerque A. **Participação social no Brasil hoje**. *Pólis Papers*, n. 2, 1998. Disponível em:
<[HTTP://www.polis.org.br/publicacao/papers](http://www.polis.org.br/publicacao/papers)>.

CARVALHO, Mônica de. **Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito**. São Paulo: Perspec, out./dez. 2000, vol.14, nº 4, pp.70-82. In: FERNANDES, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____; Borja, Jordi. As cidades como atores políticos. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 45, julho/1996. p. 152-166.

COELHO, Eliomar. **Reengenharia na cidade**. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

_____, Eliomar. **Jornal O Globo**. 24 de junho de 2003.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Carta Olímpica**. Disponível em: <<http://www.olympic.org/>>. Acessado em dezembro de 2008.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2004.

CUNHA, Armando. O Futuro dos Serviços Públicos no Brasil: Em Busca de Inspiração para Repensar a Educação em Administração Pública. In: **Estado e Gestão Pública**. Visões do Brasil Contemporâneo. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

DOS SANTOS, Theotônio. **O Sistema Econômico Mundial: gênese e alcance teórico de um conceito**. 2002. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/sistemaeconomicomundialgenesealcanct e.pdf>

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 73 e nota 14. Apud: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERNANDES, Janaína de Mendonça. **O Planejamento Estratégico como Instrumento de Gestão em Cenários Complexos: Um Estudo Comparativo entre os Planos Estratégicos do Rio de Janeiro e Barcelona**. Tese (Doutorado em Administração), EBAPE, FGV, Rio de Janeiro, BRASIL, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: O Mito da Cidade-Global**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRA, Nilda Tevês; COSTA, Vera L M. **Legado Político dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro: O Imaginário do Pan**. In: BRASIL. Ministério do Esporte. *Legados de Megaeventos Esportivos*, Brasília, 2008.

FLEURY, Sônia, **O Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FOLHA on line. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u449785.shtml>>. Acesso em novembro de 2008.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA, 2007. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/>>.

GENTIL, Denise Lobato. **Intervenção estatal no município: o caso de Belém na década de 80**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLOBO esportes. Olimpíadas. Disponível em: <[http:// globoesporte.globo.com/](http://globoesporte.globo.com/)> e em: <<http://www.clicrbs.com.br/olimpiada2008/jsp/default.jsp?uf=&local=&action=noticias&id=2137870§ion=Not%EDcias>>. Acesso em outubro de 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates**, nº 36, 1996, pp. 48-64.

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Schwarcz, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009. Estatísticas históricas do Brasil. 2. ed., Rio de Janeiro, 1990 (Séries de 1550 a 1998). Apud OSÓRIO 2004 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IX FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2009, Belém. Conferência sobre o Direito à Cidade. Palestra proferida pelo Prof. David HARVEY em 29 de janeiro de 2009.

KASZNAR, Istvan Karoly; GRAÇA Fº, Ary S. **O Esporte como Indústria: solução para criação de riqueza e emprego**. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Voleibol, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAUFER; ABREU, Fernanda; FAWCETT, Fausto. **Rio 40 graus**. In: CD Be Sample, Fernanda Abreu. 1992.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Apud Osório 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

MARTIN, Brian. Dez razões para se opor a todos os Jogos Olímpicos. In: Pan-americano de 2007 – Grande negócio para quem? **PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul**. Rio de Janeiro, agosto de 2005, p. 54-63.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1, Vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira,. 1980.

MASCARENHAS, Gilmar. **O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação**. Anais do Seminário Internacional Planejamento urbano no Brasil e na Europa: Um diálogo ainda possível? UFSC, Florianópolis, outubro de 2006.

_____, Gilmar. **A Geografia dos Esportes. Uma Introdução**. Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2010. Texto eletrônico [mensagem pessoal recebida em fev/ 2010] e disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn-35.htm>>.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A. s/data.

MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000. Apud Osório, 2004.

NETSABER. BBS, 2009. Disponível em: <<http://www.netsaber.com.br/biografias/>>.

O'CONNOR, James. **USA: A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Alberto de. **O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos**. Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), UFRRJ, Rio de Janeiro, junho de 2009.

OSÓRIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local: origens e especificidades**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PIRES, Gustavo. **O Desporto ao Serviço da Humanidade**. Revista de Economia e Direito, Universidade Autônoma de Lisboa, Vol. VIII, nº 1, 2003, pp. 109-134. Disponível em: <http://forumolimpico.org/?q=node/588>. Acessado em dez/ 2009.

PREUSS, Holger. **Impactos Econômicos de Megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos**. In: BRASIL. Ministério do Esporte. *Legados de Megaeventos Esportivos*, Brasília, 2008.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 3, nº 9, Jul-Out 2008.

_____; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C. **Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: Financiamento, Organização e Resultados**. Rio de Janeiro: IPEA. Agosto de 2008.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Novos Estudos CEBRAP**, nº 45, julho de 1996 (p. 167-182).

RAEDER, Sávio. **O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos**. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acessado em dezembro de 2009.

REVISTA DA ACAD BRASIL. Publicação da Associação Brasileira de Academias. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em <http://www.site.acadbrasil.com.br/revista_arquivo.asp>.

RIO DE JANEIRO (município). BANCO MUNDIAL. **Rio de Janeiro: Um estudo da cidade**. **Rio Estudos nº 32**, setembro de 2001.

RIO DE JANEIRO (município), **Cidade Candidata XV Juegos Pan-americanos 2007**. Dossiê da candidatura ao Pan/2007. Rio de Janeiro. 2002. Comitê Olímpico Brasileiro, Prefeitura da Cidade do Rio, Governos do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Brasil e FGV.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). **Lei n.º 3.485, de 26 de dezembro de 2002**. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2003.

RIO DE JANEIRO (município). **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio**. Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro. Janeiro de 1996.

RIO DE JANEIRO (município). **Relatório da Cidade 2: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Outubro de 1996i.

RUBIO, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. **Barcelona**: Universidad de Barcelona, 2005, vol. IX, nº 194. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-85.htm>>. Acessado em julho de 2009.

_____. Da Europa para a América: a trajetória do Movimento Olímpico brasileiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005i, vol. IX, nº 200. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-200.htm>>. Acessado em julho de 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHILLING, Voltaire. **A constituição democrática**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/democracia2.htm>>. 2002. Acessado em setembro de 2009.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elizabete. *Políticas Públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SILVA, Carlos Henrique Dantas da. **A justiça distributiva como critério fundamental nas políticas públicas: o caso dos jogos pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, C. N.; MOTA, et al. **Urbanismo: Evolução do Conceito**. Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana (MEAU). Enciclopédia Biosfera, N.01, 2005
<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2005/200537a.pdf>

SILVESTRE, Gabriel. Os Impactos Sociais de Megaeventos: Tipologia e Análise. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 4, nº 10, Novembro de 2008.

TRAJANO, José; KFOURI, Juca. Os Jogos Pan-americanos não servem pra nada. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, Ed. 123, junho de 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras Relacionadas aos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007 (TC-014.800/2007-3)**. Disponível em: <<http://contas.tcu.gov.br>>. Acessado em outubro de 2008.

TENÓRIO, Fernando G. O trabalho numa perspectiva teórico-crítica: um exercício conceitual. **Organizações & Sociedade**. Salvador: EAUFBA, vol. 4, nº 10, set./dez. 1997.

UOL esportes. Olimpíadas. Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/>>. Acesso em novembro de 2009.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

XAVIER, Laécio Noronha. O novo ethos urbano. **Revista Pensar**, Fortaleza, vol. 11, UNIFOR p. 142-153, fev. 2006. <http://www.unifor.br/notitia/file/1649.pdf>.

APÊNDICE A – Estádio do Engenhão

O Estádio de Atletismo, na Barra da Tijuca, virou o Engenhão

Previsto para ser construído na área do Autódromo (Barra da Tijuca) com capacidade para 10.000 espectadores, distando, portanto, da Vila Pan-americana em 3 km (DOSSIÊ, 2002, p. 82). Entretanto, trinta e seis dias após a escolha do Rio como sede do Pan/2007 ocorrida em 24 de agosto de 2002, o COB anuncia a construção de um centro para revelar atletas no bairro do Engenho de Dentro, zona norte do Rio, ao custo de R\$ 30 milhões. Tal centro é considerado como parte do projeto da organização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. No dia 12 de maio de 2003 a prefeitura anuncia em Diário Oficial o Edital de Licitação para a construção de um estádio olímpico ao custo de R\$ 97 milhões no mesmo local⁷⁹. É a partir da idéia de se criar um local de revelação de atletas que se originou a principal instalação urbanística individual do Pan/2007.

Em setembro de 2003 tem início as obras e já em 2004 o orçamento amplia-se para R\$ 166 milhões para finalizar na cifra de R\$ 380 milhões, sendo integralmente financiado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Com capacidade para 45.000 pessoas, seu uso foi previsto para os jogos de futebol⁸⁰, atletismo, tênis de mesa e taekwon-do. E se previa que no local também seria construído o Centro Olímpico de Desenvolvimento de Talentos do COB para o treinamento de atletas de alta capacidade (SILVA, 2005).

Cabe destacar que o terreno não pertence ao município, mas sim ao governo do estado. Originalmente, o terreno foi cedido pelo governo estadual ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em 2003, pelo prazo de 25 anos, para a construção de um Centro de Desenvolvimento de Talentos, voltado para novos atletas. Segundo o termo de cessão,

⁷⁹ Não existe ou não foi encontrada pelo autor deste estudo explicação da transformação de um “centro para revelar atletas” em um “estádio olímpico”.

⁸⁰ Cabe explicar que a modalidade de futebol, incluída posteriormente neste estádio, teria outros quatro locais de competição previstos: o Estádio Mário Filho, no Maracanã; o Estádio de Moça Bonita, em Bangu; o Estádio Ítalo del Cima, em Campo Grande e o Centro de Futebol Zico, na Barra da Tijuca (DOSSIÊ, 2002, p. 87).

após os 25 anos a área e tudo aquilo que tiver sido construído nela passarão a ser propriedade do estado.

A construção do Engenhão foi e é questionável pela localização. Fica apenas a quinze minutos do Maracanã e a 13 quilômetros da Vila Pan-americana (10 quilômetros a mais que a localização original do estádio referido no Dossiê).

“O Engenhão é um monumento ao desperdício de dinheiro público” (Revista Veja Edição 2008 – ano 40 – nº 19 Esporte), disse uma autoridade envolvida na organização dos Jogos. Outra autoridade, o próprio Secretário do Rio-2007, Ruy César, também confessou: *“O Pan não precisaria do Engenhão. Foi uma tentativa do prefeito Cesar Maia de mostrar a nossa capacidade ao Comitê Olímpico Internacional.”* (O Globo, 18 de setembro de 2005).

Os efeitos da construção símbolo do Pan/2007 foram além do uso de recursos públicos municipais. Sob a alegação da necessidade de viabilizar a construção do Estádio, a Prefeitura promoveu a alteração de diversos parâmetros edílios e do zoneamento de uso do solo na região, seguindo o processo de valorização imobiliária com consequências sociais ainda carentes de uma investigação aprofundada, mas de histórico conhecido.

Com esses predicados ocorreram duas reações: a sociedade se organiza em uma associação de moradores do entorno (AMETE) para interferir nas consequências daquela intervenção urbana e a Câmara Municipal tenta, sem sucesso, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em virtude aumento do seu custo proporcionado por sete contratos e vinte aditivos celebrados entre a Prefeitura e as empresas construtoras e os consórcios.

Após vários adiamentos o Engenhão é inaugurado às vésperas do início do Pan/2007. E as provas de atletismo e futebol ocorreram de acordo com o programado. Posteriormente, o estádio foi cedido ao Clube do Botafogo num processo licitatório no qual foi o único concorrente. E a construção de um centro de revelação de talentos foi esquecida.

APÊNDICE B – Vila Pan-americana

Vila Pan-americana, na Barra da Tijuca

Está registrado que a Vila Pan-americana, com capacidade para alojar mais de oito mil pessoas, ocupará um terreno de 840.000 m², sendo 210.000 m² de área construída, “*essa implantação permitirá que a Vila seja cercada por um cinturão de vegetação, proporcionando aos atletas um saudável isolamento.*” (DOSSIÊ, 2002, p. 49).

Está previsto que depois dos Jogos, a Área Residencial será transformada em um complexo hoteleiro ou condomínio residencial.

É interessante observar que o Dossiê (2002, p. 57) afirma “*A Vila Pan-americana do Rio de Janeiro foi projetada tomando como base as normas estabelecidas para a Vila Olímpica pelo Comitê Olímpico Internacional - COI.*” O objetivo de a Vila ter sido projetada de acordo com essas normas não é explicitado. Por exercício especulativo, o sentido seria que as normas de sua construção contivessem cláusulas que viabilizassem a sua ocupação futura por atletas olímpicos. Entretanto, durante a elaboração do projeto da Vila do Pan o Rio de Janeiro somente poderia disputar ser sede das Olimpíadas em 2012. Ou seja, as cláusulas estariam condicionando o seu uso a um futuro distante. Para tornar ainda mais esdrúxula o seguimento das normas do COI basta verificar que o quantitativo de atletas entre as duas competições é significativo (no Rio/2007, 5.662 e em Pequim/2008, 10.500 atletas).

É importante destacar que a construção de vilas olímpicas destinadas a megaeventos esportivos com características de habitação iniciou-se em 1932 (Los Angeles/EUA), sendo que Helsinki/Finlândia (1952) inaugura a era dos grandes projetos habitacionais populares, geridos pelo poder público. Tal concepção durou até os Jogos de Seul/Coreia do Sul (1988) quando a vila olímpica voltou-se para o uso residencial das classes médias (MASCARENHAS, 2006). Esse redirecionamento é ainda hoje predominante, a despeito do uso popular da Vila Pan-americana em Havana (1990) e do ensaio carioca na candidatura em 1996 aos J.O. de 2004.

A Vila do Pan foi viabilizada através de uma parceria público-privada entre a Prefeitura, o COB e a empresa de construção civil – Agenco. O custo inicial foi estimado em torno de R\$ 300 milhões, sendo parte com um financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF) e outra a cargo da prefeitura, cerca de R\$ 157 milhões para urbanização e na infraestrutura do local.

A Vila foi idealizada para depois dos Jogos ser explorada pela empresa construtora como um condomínio residencial com estabelecimentos comerciais, hoteleiros e de prestação de serviços. Segundo o Dossiê da candidatura (2002, p. 124), “*deve-se ressaltar que haverá uma recuperação dos investimentos realizados para a implantação da Vila Pan-americana, no montante de US\$ 36 milhões, que será vendida como complexo hoteleiro ou condomínio residencial.*”

Entretanto, a sua implementação foi questionada:

- pelo uso recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) da CEF a juros mínimos, na construção e urbanização de prédios destinados a uma classe média alta – ignorando o grave déficit habitacional das classes menos favorecidas⁸¹;
- pelo pagamento de aluguel pelo uso dos domicílios por parte dos atletas durante os 15 dias do evento⁸²;
- pela tipologia do terreno “... [que] *se comprovou bastante desfavorável, o que já era esperado, dado que a constituição do solo era basicamente turfa, terreno pantanoso e muito pouco estável, com densidade próxima à da água.*” (TCU, 2008, p.102);
- por o TCU ter identificado vários indícios de superfaturamento em vários itens da construção da Vila Pan-americana;
- pelo visível sucesso imobiliário público – quase todos os seus 1480 apartamentos foram vendidos na planta em poucas horas – revertido em lucro para a empresa;

⁸¹ De acordo com a Fundação CIDE, em todo o Estado do Rio, esse déficit alcança 293.848 moradias, representando quase 1,2 milhão de pessoas, grande parte na capital.

⁸² O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) calcula em R\$ 1.137,00 a diária gasta, valor superior ao gasto por dirigentes esportivos em hotéis tradicionais do Rio (R\$600,00).

- pela insuficiência do tratamento ambiental (Agência Estado, em 29 de março de 2007);
- pela ação governamental na tentativa de “expulsar” as comunidades pobres do entorno com o objetivo de valorização imobiliária.

Em termos financeiros foi apurado através do Relatório do TCU (2008, p. 5) que foram gastos R\$ 355.517.984,88 da seguinte forma:

- R\$ 189.379.602,00 da Caixa Econômica Federal para o financiamento da construção;
- R\$ 69.046.727,76 para a execução de obras de infraestrutura viária e de tratamento fluvial, repasse da União para a Prefeitura do Rio de Janeiro através do Convênio ME nº 012/2007;
- R\$ 97.091.655,12 referentes aos custos de hotelaria, convênio ME/CO-RIO 084/200.

Não obstante, a Vila Pan-americana cumpriu o seu papel de hospedar os atletas durante os Jogos com folga, pois dos 7.500 atletas esperados e para os quais foram construídas oito mil unidades, o Pan/2007 somente contabilizou 5.662 atletas.

APÊNDICE C – Marina da Glória

Marina da Glória, no Flamengo

Escolhida para abrigar as competições de vela, o Dossiê (2002, p. 97) informa apenas que as Raias de Competição serão montadas na Baía de Guanabara e que distam 38 km da Vila Pan-americana. Ressalta ainda que as áreas de competição e de aquecimento terão características e padrão determinados pela International Sailing Federation (ISAF).

A Marina da Glória localiza-se na Enseada da Glória que é uma pequena baía criada dentro da Baía de Guanabara pelo projeto do Parque do Flamengo, estando incluído dentro do polígono do tombamento do Parque do Flamengo inclusive seu espelho d'água.

O Parque do Flamengo foi inaugurado em outubro de 1964, com 1.200.000 m², está situado em uma das áreas de maior visibilidade da cidade. Um parque de lazer essencialmente democrático, sem cercas, grades ou muros que impeçam o cidadão de usufruí-lo a qualquer momento.

Em março de 1984 foi assinado contrato de cessão sob o regime de aforamento, entre a Secretaria de Patrimônio da União e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do terreno de 105.890,00 m² situado ao sul da enseada da Glória, no Parque do Flamengo, destinado à construção pelo concessionário, do complexo Marina Rio. A partir daí, a área da marina passou para a responsabilidade municipal, que a cercou e isolou o acesso principal.

Em outubro de 1996, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assinou contrato de concessão, pelo prazo de dez anos, do uso das instalações, da exploração dos serviços com finalidade comercial, da gestão administrativa e da revitalização do complexo Marina da Glória com a Empresa Brasileira de Terraplenagem e Engenharia S.A. (EBTE).

Em 1998 foi apresentado o Anteprojeto de Revitalização da Marina da Glória pela EBTE, que previa significativa expansão da área física da marina e mudança do programa original proposto para a área. O objetivo era a inclusão de um complexo náutico de lazer e turismo, com ampliação dos píeres e estacionamento para barcos para atender ao terminal turístico, conjugado a centro de convenções / auditório, centro de feiras e exposições, shopping, restaurantes, garagem subterrânea e estacionamento externo para veículos. Essa proposta não foi adiante por não ter sido aprovada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pré-requisito indispensável em área tombada pelo Governo Federal como é o caso de todo Parque do Flamengo.

Após a escolha da Marina como local de competição do Pan/2007 ocorre uma negociação entre a empresa cessionária, EBTE, e os organizadores do megaevento. Tal negociação não foi pública, mas sim os seus resultados, a saber:

1. Ampliação do contrato de concessão para 30 anos, Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 21 de dezembro de 2005⁸³;
2. Ampliação da área cedida para exploração comercial na forma de um projeto⁸⁴ que foi apresentado como intervenções necessárias para sediar as competições náuticas.

A justificativa apresentada pelos organizadores do Pan/2007 para esses favorecimentos ao concessionário era de que as obras de implementação dos Jogos, orçada em R\$ 41 milhões, no local seriam assumidas pela EBTE.

Porém a permanência no projeto/2005 das irregularidades detectadas no projeto/1998 fez com que o Ministério Público Federal instasse o IPHAN a embargar novamente as obras.

Esse impedimento na concretização do acordado provocou reações na classe empresarial e nos organizadores do Pan/2007. Através da mídia, foi veiculada a idéia de

⁸³ Cabe lembrar que o prazo de concessão anterior se encerraria no ano seguinte, 2006.

⁸⁴ Na realidade, o projeto/2005 era uma adaptação do projeto/1998, pois de novo incluía um complexo turístico e demais atividades de cunho comercial. A maior novidade era uma garagem náutica com altura de 17m acima do nível do mar sobre o espelho d'água da enseada da Glória.

condicionar a realização dos Jogos à liberação das obras, conforme ilustrado em reportagens da época⁸⁵.

Entretanto, a repercussão em outros setores da sociedade não foi de alinhamento ao pleito empresarial apoiados explicitamente por autoridades governamentais. A despeito do risco, imaginário ou real, de perda do direito de sediar o Pan/2007, segmentos organizados se mobilizaram contra as obras (Jornal O Globo em 17 de maio de 2006).

Porém, a vinculação dos Jogos com as obras do projeto/2005 como elemento central na tentativa de angariar simpatia na opinião pública e também para servir de ameaça aos órgãos públicos de desmoralização política pelo possível fracasso de um evento internacional, ficou parcialmente comprometida quando em outubro de 2006 se realiza um evento-teste de competição de iatismo em outro local⁸⁶. Desta forma, ficou evidenciado que a cidade do Rio possuía espaço alternativo para a realização de competições náuticas fora da Marina da Glória. A chantagem perdeu o seu elemento-chave. Ainda assim, a pressão pelas obras foi até o limite dos prazos estabelecidos na esfera jurídica e novamente envolvendo o principal organizador dos Jogos⁸⁷. A intenção, nesse momento, era a de garantir a execução do projeto/2005 após a realização do Pan/2007 (Agência Estado de 25 de janeiro de 2007).

Em janeiro de 2007, diante da irredutibilidade do Ministério Público Federal em liberar as obras pretendidas, finalmente, ocorre a confissão de que o Pan/2007 foi uma “cortina de fumaça” para a expansão comercial da área.

O Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos 2007 informou ao Ministério Público Federal que desistiu de realizar obras de expansão na Marina da Glória,... os organizadores dos Jogos reconheceram ... que a ampliação da marina ... não é essencial para a disputa das provas. (O DIA online em 29 de janeiro de 2007).

⁸⁵ Jornal O Globo e Jornal do Commercio de 11 de outubro de 2005.

⁸⁶ A Regata Pré Pan-Americana de Vela foi o primeiro evento-teste para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 e se realizou entre os dias 12 e 15 de outubro de 2006, no Iate Clube do Rio de Janeiro (ICRJ),

⁸⁷ Carlos Arthur Nuzman, presidente dos comitês Olímpico Brasileiro (COB) e Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (CO-RIO).

Por conta dessa mudança na postura dos organizadores foram feitas instalações provisórias ao custo de US\$ 645.260,00 (ou R\$ 2.316.741,50 ao câmbio da ocasião), valor significativamente menor que os R\$ 41 milhões previstos inicialmente.

As provas de vela foram realizadas no local sem problemas⁸⁸ provando de vez a desnecessidade do projeto de expansão territorial pretendida pela EBTE para a realização da competição internacional. Porém o alargamento do prazo de concessão para 30 anos foi concedido.

Sobre a pendenga judicial até a data de elaboração deste estudo a concessionária não recebeu nenhuma sentença favorável. Apesar do longo tempo que se poderá destinar para o processo sobre a realização de obras na Marina da Glória ter uma solução definitiva, parece claro que o “legado” do Pan/2007 naquela área não existirá.

⁸⁸ Os problemas encontrados para a realização das provas foram ambientais.

APÊNDICE D – Estádio de Remo da Lagoa

Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas

Local destinado para as competições de remo e canoagem, o Estádio, inaugurado em 1950, tem capacidade para 10.000 espectadores e dista 28 km da Vila Pan-americana. Tal qual a Marina, o Dossiê (2002, p. 92) promete que as áreas de competição e de aquecimento terão características e padrão determinados pela International Rowing Federation (FISA).

A construção do Estádio de Remo é resultado de um longo processo que se confunde com a própria história da cidade do Rio de Janeiro.

É senso comum relacionar o carioca com a praia, o mar, uma das razões para isso é, segundo Mascarenhas (2006, p. 2), a difusão do remo como esporte popular. Sua prática estabeleceu uma nova corporeidade, uma valorização do aspecto físico que marcará para sempre o jeito carioca de ser. Praticado desde meados do século XIX é esse esporte que motiva a fundação dos principais clubes ainda hoje existentes (Flamengo, Botafogo, Vasco da Gama, São Cristóvão, Guanabara etc.). A popularidade das competições de remo é tão significativa que foi capaz de reorientar a valorização imobiliária do Rio de Janeiro. Se até em então os bairros de São Cristóvão e Tijuca eram os locais de moradia disputados pelas elites, agora, são as praias da zona sul que começam a atrair a vida social. Mascarenhas (2006, p. 3) sintetiza esse processo:

A busca de áreas amplas para reunir espectadores em torno de um espetáculo esportivo, fez com que o poder público construísse o Pavilhão de Regatas da praia de Botafogo, em 1904. Mas a disseminação do uso do automóvel no século XX demandou o alargamento do espaço destinado às vias de trânsito. A criação do Parque do Flamengo se insere neste contexto, mas a solução automobilística desalojou quase todos os nossos clubes de remo, que em contrapartida receberam do poder público o direito de se estabelecer na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Neste contexto de transferência dos clubes se ergue o Estádio de Remo da Lagoa em 1954, importante marco para a atividade, mais ou menos cem anos após a criação da primeira

agremiação de regatas. Sua importância ultrapassa a condição de único equipamento desta natureza em todo o Brasil. Trata-se de uma obra de arquitetura moderna. E o modernismo, todos sabemos, expressa um momento particularmente grandioso na vida nacional, momento de utopias desenvolvimentistas, de intensos debates em torno da nacionalidade, de grandes realizações. A arquitetura moderna brasileira é mundialmente reconhecida e premiada. É neste valioso esforço criativo da civilização brasileira, que se insere o Estádio de Remo da Lagoa.

Na divisão dos bens públicos entre estado e município do Rio de Janeiro ocorrida após a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, o Estádio de Remo da Lagoa ficou como propriedade do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1990, devido à preocupação com a preservação da magnífica paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas, a prefeitura carioca determina o tombamento do espelho d'água e cria área de proteção do entorno, inclusive o Estádio de Remo⁸⁹.

Em 1997, ocorre a concessão de uso do estádio para uma empresa privada, a Glen Entertainment, através de um Termo de Permissão de Uso, no qual a Prefeitura assinou como interveniente. Logo em seguida, a Glen apresentou o Projeto Lagoon, que consiste num amplo complexo de esporte e lazer dentro do estádio. O empreendimento prevê, entre outras instalações, lojas, restaurantes e cinemas. Um shopping. Desde então, vários projetos foram anunciados para o Estádio de Remo da Lagoa e acabaram não sendo levados adiante devido às ações judiciais ou problemas ambientais. Em meio ao impasse, a prefeitura decidiu transferir para o governo do Estado a administração da área.

Tal qual o ocorrido na Marina da Glória, os Jogos motivaram a empresa ocupante da área e os governantes a se movimentarem na tentativa de desobstruir licenças ambientais e problemas jurídicos, políticos e sociais. Novo projeto é apresentado, agora na versão multiplex, para se evitar a caracterização como shopping e relacionado aos Jogos com a ampliação da área usada para os atletas de remo treinar. As obras começam no ano seguinte, 2006, a despeito do tombamento do Estádio de Remo

⁸⁹ Decreto Municipal nº 9.396 de 13 de junho de 1990.

promulgado em 2005 pelos vereadores cariocas, mas a iniciativa não impede a obra (Jornal O Globo de 7 de abril de 2006).

A sociedade civil e o Ministério Público se mobilizaram contra a construção de um shopping na beira de um dos mais belos cartões postais do cenário carioca: a Lagoa Rodrigo de Freitas (Jornal O Dia nos dias 6 e 7 de maio de 2006).

Todavia, o processo do Estádio de Remo possui elementos complicadores a começar pela origem do capital da empresa concessionária, Glen, que tem relações com a família Marinho⁹⁰, controladora das Organizações Globo, conglomerado de empresas de mídia e comunicação, com reconhecida influência na vida política, econômica e social da sociedade brasileira. Talvez esteja nesta relação a razão para superação dos entraves jurídicos. Outro fator diferenciador do ocorrido na Marina está no empenho governamental, pois nesta área as obras de adequação aos Jogos e, por conseguinte, de preparação à construção do shopping foram feitas em parte com recursos públicos. *“Orçada em R\$ 30 milhões ... [a obra] será realizada [pelo] Estado e [pela] concessionária que administra o estádio. ... custarão cerca de R\$ 11 milhões aos cofres do Estado”* (Jornal do Commercio de 6 de março de 2007).

Devido às ações judiciais provocadas pela sociedade civil e atrasos na liberação de recursos públicos as obras justificadas em nome do Pan/2007 não foram concluídas antes dos Jogos. Faltando poucos dias para o início da competição o Estádio é reinaugurado, sem o shopping, ao custo de US\$ 1.014.280,00 (ou R\$ 3.641.670,91 ao câmbio da ocasião), significativamente menor que o orçado. As provas de remo e canoagem transcorreram sem problemas. Contudo, mesmo sem esse componente favorecedor a intervenção comercial, as obras continuam até a data de encerramento do presente ensaio.

⁹⁰ O Sr. Alexandre Chiappeta é sócio com 10 % da GLEN e é casado com a Sra. Paula Marinho. Os outros 90% pertencem à empresa PLIWELSOCIEDAD INVERSORA LTDA sediada no Uruguai.

APÊNDICE E – COMITÊ SOCIAL DO PAN

COMITÊ SOCIAL DO PAN

Em abril 2005, duas organizações de cunho popular do Rio de Janeiro⁹¹ se articularam e começaram a debater os impactos da realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro.

Tendo ciência de que o interesse pela política está circunscrito a um círculo bem limitado de pessoas, porém o mesmo não ocorre com os acontecimentos esportivos. O grupo antevê que uma atuação política sobre o Pan/2007 possibilitaria atrair a atenção de um número mais significativo de cidadãos afeitos em discutir os rumos da cidade.

A forma de organização do Comitê foi semelhante às dos fóruns, seus criadores. Segundo Carvalho (1998 p.22):

...fórum é uma prática participativa ... onde têm assento uma multiplicidade de sujeitos, freqüentemente sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, ONGs, entidades profissionais, incluindo muitas vezes universidades, técnicos ou militantes avulsos e tendo como convidados parlamentares e órgãos públicos. São iniciativas da sociedade civil que se caracterizam pela diversidade dos sujeitos envolvidos, por sua estrutura leve, descentralizada e pouco formal. ... não têm interlocução instituída com o Estado mas convidam seus representantes para receber e encaminhar reivindicações sociais, o que lhes dá maior independência, embora por outro lado, esta distância diminua seu poder frente aos governos....

A heterogeneidade e a assimetria de saber e de acesso ao poder são também limites a ser superados. A capacitação técnica e política aparece novamente como desafio a ser enfrentado com vistas a melhorar a capacidade de argumentação, de diálogo, de negociação, de construção de alianças. ... Os Fóruns incorporam movimentos organizados e outros atores da sociedade civil, marcando-se, por um lado, pela independência em relação ao Estado que caracteriza estas organizações e ... desafiando-os e participando da elaboração de

⁹¹ O Fórum Popular do Orçamento e o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, dois movimentos sociais integrados por associações de moradores, sindicatos e ONGs que enfocam o orçamento público e a política urbana, respectivamente.

políticas públicas mais voltadas ao interesse comum, ao mesmo tempo em que provocam mudanças na cultura da sociedade.

Dois aspectos foram imediatamente escolhidos para início dos trabalhos: o urbanístico e o orçamentário. O passo seguinte às pesquisas dos gastos voltados para o Pan/2007 no Orçamento Municipal foi a busca por trabalhos acadêmicos que tivessem como tema o impacto de grandes eventos nas cidades sede. Alguns estudiosos foram encontrados, assim como Movimentos Internacionais criados pela sociedade civil para acompanhar e fiscalizar a implementação destes eventos pelo Poder Público.

Diante deste cenário, foi criado o Comitê Social do Pan, reunindo associações de moradores, unidades acadêmicas, organizações não governamentais, grupos de esportistas e movimentos sociais que se agregaram com o objetivo de intervir criticamente na implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007 no município do Rio de Janeiro, abrindo-o ao debate com segmentos da sociedade civil organizada e com a população diretamente afetada. A preocupação primordial que uniu os segmentos supracitados é saber em que cidade se vivia durante os preparativos e, sobretudo qual seria a cidade herdada após a realização do evento. As atenções estiveram voltadas basicamente para as intervenções urbanísticas (e seus impactos sócio-ambientais), os processos orçamentários e os canais de participação da sociedade civil.

Neste período de criação, foi mantido contato com entidades internacionais criadas com o mesmo propósito: intervir criticamente na implementação desses mega-eventos esportivos, fazendo o elo entre a sociedade diretamente afetada e o poder público organizador dos Jogos.

Dentre as experiências estudadas, algumas foram mais bem sucedidas, como no caso do Canadá, em que o movimento *Impact of the Olympics on Community Coalition* elaborou, em 2002, 22 itens a serem cumpridos pelo comitê responsável pela candidatura da cidade de Vancouver aos Jogos Olímpicos de Inverno em 2010.

Uma experiência similar a do Rio de Janeiro ocorreu em Santo Domingo, capital da República Dominicana, sede dos Jogos Pan-americanos de 2003. O padre Rogelio Cruz liderou uma marcha com a tocha da fome, em analogia à Tocha Olímpica. Aquela simbolizava as necessidades vividas pela população em contraste com os

elevados gastos voltados para implementação do evento. No dia de abertura dos Jogos, o bairro de onde sairia a marcha foi cercado pelo Exército para que o resto do mundo não tomasse conhecimento da existência de um outro lado do Pan/2003. Outros movimentos semelhantes também foram criados na Austrália e em Atenas, sedes de Jogos Olímpicos. Em Atenas, a dívida da cidade foi calculada em mais de US\$ 11 bilhões e a maioria dos estádios construídos não são mais utilizados.

Em agosto de 2005 o Comitê Social do Pan promoveu o Seminário “Que Pan nós Queremos” com o intuito de dialogar com movimentos sociais internacionais em torno da temática cidade e mega-eventos esportivos; produzir de uma agenda propositiva de alternativas ao que vinha sendo implementado e projetado, assim como de uma agenda de trabalho do Comitê para os próximos dois anos; promover uma discussão democrática da sociedade civil sobre as intervenções e financiamento do Pan/2007. Este seminário, que contou com a participação de 150 pessoas, principalmente aquelas afetadas diretamente pela implementação dos Jogos se identificou ameaças de diversas ordens:

- privatizações do espaço público;
- Remoção de moradores de comunidades mais pobres existentes em torno de instalações esportivas;
- Indefinição do uso posterior das instalações construídas;
- O caráter elitista da Vila Pan-americana contrariando experiências internacionais de destinação social das Vilas Olímpicas

Desde sua criação o Comitê atuou de diversas formas na tentativa de revelar um outro lado do Pan/2007 em nossa cidade e garantir que houvesse um legado real para a população carioca. Entre as atividades, foram articuladas reuniões entre os grupos diretamente afetados pela implementação dos Jogos com o Poder Público, foram realizadas 12 manifestações de 2006 a abril de 2007, produzidos diversos materiais informativos a serem divulgadas na grande mídia e mídia alternativa, sempre mantendo uma linha crítica, porém, não contrária à realização dos Jogos.

Outro desafio assumido pelo Comitê foi cobrar do Poder Público que os equipamentos públicos, construídos com dinheiro público, ficassem sob domínio público.

Em 2006, quando se intensificaram as obras preparatórias para o Pan/2007, várias manifestações críticas à organização do evento começaram a ser realizadas. Desde então, os Jogos passaram a fazer parte da pauta de discussão de entidades esportivas, de associações de moradores de áreas atingidas pelas intervenções urbanas, assim como de mandatos de vereadores e deputados no Rio de Janeiro.

As obras que facilitavam a privatização de espaços públicos⁹² foram os temas que mais suscitaram manifestações nesse período. Além das manifestações de rua, foram diversas as reuniões com órgãos do governo e entidades de interesse público, buscando apoio jurídico, visto que as intervenções nestes espaços, na maioria das vezes foram à revelia da lei.

Outro ponto de luta do Comitê foi combater as ameaças de remoções dos moradores de comunidades pobres.

São nesses dois aspectos que o Comitê conseguiu duas vitórias de resistência: a primeira foi impedir a remoção dos moradores e a segunda foi a não-construção de várias instalações de utilização comercial na Marina da Glória.

Outra vitória, agora de caráter subjetivo, foi a unificação do discurso de diversos movimentos integrantes do Comitê. Inicialmente cada movimento estava preocupado com a sua situação individual, a partir dos impactos gerados pela implementação do Pan/2007. Após a atuação unificadora do Comitê, a solidariedade entre seus integrantes foi fortalecida e o foco passou a ser todas as dimensões dos Jogos.

⁹² Estádio de Remo da Lagoa e Marina da Glória, dois espaços públicos tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e de localização privilegiada na cidade com alto valor comercial.

ANEXO A – CARTA OLÍMPICA

CARTA OLÍMPICA Os Princípios Fundamentais do Olimpismo

(aprovada na 119^a Sessão do COI, em 7 de Julho de 2007)

1. O Olimpismo é uma filosofia de vida, exaltando e combinando num todo equilibrado as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Reunindo o desporto com a cultura e a educação, o Olimpismo procura criar um modo de vida baseado no prazer do esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito por princípios éticos universais fundamentais.

2. O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço de um desenvolvimento harmonioso do homem, com a perspectiva de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.

3. O Movimento Olímpico é a ação concertada, organizada, universal e permanente, levada a cabo sob a suprema autoridade do COI, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do Olimpismo. Ele cobre os cinco continentes. Ele alcança o seu máximo com a reunião dos atletas mundiais no maior festival desportivo, os Jogos Olímpicos. O seu símbolo é os cinco anéis entrelaçados.

4. A prática do desporto é um direito humano. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de praticar desporto, sem discriminação de qualquer tipo e de acordo com o espírito Olímpico, o que requer o entendimento mútuo com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*. A organização, administração e gestão do desporto devem ser controladas por organizações desportivas independentes.

5. Qualquer forma de discriminação com respeito a um país ou pessoa baseada na raça, religião, política, gênero ou outra é incompatível com a pertença ao Movimento Olímpico.

6. Pertencer ao Movimento Olímpico requer a aceitação da Carta Olímpica e o reconhecimento pelo COI.

ANEXO B – Quadro dos Gastos do Governo Federal nos Jogos Pan-americanos de 2007

DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	VALOR FINAL
Administração de recursos humanos e custeio (Pan e Parapan)	68.766.000,00	40.017.786,32
Produção e criação do site oficial (Pan)	1.709.000,00	1.631.000,00
Cerimônias de abertura e encerramento	35.000.000,00	47.866.456,38
Revezamento de Tocha	4.761.000,00	5.951.275,01
Cerimônias de Premiação - buquês, tapetes (...) e bandeiras	2.693.000,00	4.779.957,18
Acomodações, viagens e congresso médico (Pan e Parapan)	37.177.000,00	38.462.683,92
Coordenadores técnicos	2.288.000,00	2.766.456,00
Per diem dos árbitros e dos médicos (Pan e Parapan)	5.420.000,00	6.402.996,00
Eventos teste GF (Pan e Parapan)	3.311.000,00	7.166.303,74
Controle de dopagem (Pan e Parapan)	1.837.000,00	2.553.279,18
Instalações Provisórias (Pan e Parapan - Deodoro)	55.499.000,00	55.499.641,08
Cessão de terrenos (RFFSA - Estádio João Havelange)	400.000,00	0
Manutenção e custeio instalações (água e energia) (Pan e Parapan)	8.030.000,00	6.298.620,21
Hotelaria Vila Pan-americana (Pan e Parapan)	31.925.000,00	31.886.125,10
Hotelaria Tratadores Deodoro	120.000,00	0
Adaptação de apartamentos adicionais (Parapan - Vila Pan)	1.200.000,00	0
Alimentação (Parapan) e Restaurante da Vila Pan-americana (Pan e Parapan)	40.161.000,00	32.341.587,00
Serviços para o restaurante dos tratadores de cavalos	200.000,00	130.226,39
Serviços de infra-estrutura para alimentação de cavalos	84.000,00	0
Serviços de limpeza (Pan - próprios Federais)	1.306.000,00	0
Relações e operações com imprensa, clipagem eletrônica	138.000,00	198.800,00
Logística (Pan e Parapan)	17.000.000,00	16.215.171,00
Integrador tecnológico/Estatística, resultados e scoreboards (Parapan)	141.373.000,00	141.244.575,00
Telecomunicações/Rede de contribuição (coordenação)	54.524.000,00	46.780.712,52
Áudio e vídeo/Intercom nos locais de competição/Serviço de radio trunking	56.600.000,00	60.838.583,92
Tradução simultânea/Serviços de tradução e interpretação (Parapan)	1.940.000,00	2.627.620,00
Infra-estrutura de tecnologia do CO RIO	2.320.000,00	2.193.676,29
Infra-estrutura para segurança (SENASP)	408.765.000,00	415.309.489,00
Força Nacional (SENASP)	56.500.000,00	56.500.000,00
Prevenção (SENASP)	53.182.000,00	52.881.745,00
Centro de Inteligência, Infoseg, DPF (SENASP)/Inteligência (ABIN)	40.654.000,00	37.378.715,00
Brindes (Parapan)	52.000,00	0
Courier / Postagem (Parapan)	36.000,00	0
		Continua...

Gerenciamento de risco (Pan e Parapan)	2.200.000,00	7.317.572,76
Propriedades de arena (Parapan)	442.000,00	501.436,68
Produção e criação do site (Parapan)	320.000,00	0
Aparição da mascote (Parapan)	63.000,00	0
Produção editorial publicações oficiais (Parapan)	812.000,00	0
Material para as competições (Parapan)	85.000,00	0
Combustível para geradores (Parapan)	914.000,00	0
Serviços de limpeza (Parapan)	819.000,00	0
Publicidade e utilidade pública	18.000.000,00	18.600.000,00
Cultura e educação	3.100.000,00	1.849.809,33
Confederações	917.000,00	0
Importação de equipamentos esportivos	16.498.000,00	16.634.915,22
Formação esportiva	2.225.000,00	27.000,00
Relações institucionais	434.000,00	181.000,00
Oficina de reparos próteses e órteses na Vila Pan-americana	150.000,00	0
Controle de dopagem (aquisição de equipamentos)	5.386.000,00	5.175.000,00
Complexo Esportivo Deodoro	106.153.000,00	133.445.973,11
Reforma do restaurante de Deodoro	160.000,00	0
Parque Aquático	60.000.000,00	60.000.000,00
Velódromo	2.118.000,00	2.117.049,40
Incorporação (Vila Pan-americana)	25.000.000,00	25.000.000,00
Sistema viário e Estação de tratamento de rio (Vila Pan-americana)/Recuperação Canal do Anil (próximo à Vila Pan-americana)	53.000.000,00	52.991.813,35
Ar condicionado, Fechamento lateral e Cadeiras Arquibancadas do Maracanzinho/Placares eletrônicos Maracanã e Maracanzinho/Escada rolante do Museu do Futebol	40.365.000,00	29.999.546,32
Patrocínio: Petrobras	70.000.000,00	0
Patrocínio: Caixa Econômica Federal	70.000.000,00	0
Patrocínio: Correios	3.500.000,00	0
Ministério do Turismo	5.500.000,00	0
Financiamento: Caixa Econômica Federal (Vila Pan-americana)	189.000.000,00	0
Sistemas e equipamentos meteorológicos	970.000,00	529.650,00
TOTAL GOVERNO FEDERAL	1.813.102.000,00	1.470.294.247,41
Obra do Maracanã - Governo do Estado	0	69.936.126,09
Instalações Provisórias do Maracanã (look of the games) - Governo do Estado	0	14.994.494,35
Criação e design da identidade visual (patrocinadores e marketing) - Governo do Estado	0	738.711,62
GASTOS DO GERJ ASSUMIDOS PELO GF APÓS ASSINATURA DA MATRIZ		85.669.332,06
Contrato PNUD - FIA e FGV	0	37.623.663,00
Convênio nº 144/2005 (COB) Assembléia Geral da ODEPA	0	308.823,60
Convênio nº 235/2006 - Observatório de Favelas	0	688.514,16
		Continua...

Convênio nº 37/2007 (COB) treinamento de atletas	0	2.737.712,00
Convênio nº 40/2007 (CUFA) 3º Campeonato de Street basketball	0	220.000,00
Repasses		1.326.630,37
Contrato nº 020/2007- Aquisição de computadores portáteis		218.748,75
Contrato nº 028/2007- Contratação de prestação de serviços de transporte		1.091.250,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO	0	44.215.341,88
Outros repasses		4.422.341,04
Gestão e Administração do Programa Rumo ao Pan		5.187.261,42
TOTAL OUTRAS DESPESAS		9.609.602,46
TOTAL GERAL	1.813.102.000,00	1.609.788.523,81

Fonte: TCU (2008, p. 89).

Para fins desta pesquisa discordou-se de duas classificações do TCU:

- 1)O valor de R\$ 400 mil referente à cessão de terreno público (do espólio da RFFSA para o Estádio João Havelange) foi considerado como custo.
- 2)O financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção da Vila Pan-americana foi considerado por se tratar de dinheiro público - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

ANEXO C – Quadro de Gastos da Prefeitura do Rio de Janeiro nos Jogos Pan-americanos de 2007

DESCRIÇÃO	VALOR FINAL
Estádio Olímpico Municipal João Havelange	318.357.000,00
Arena Olímpica Municipal	127.464.000,00
Parque Aquático Municipal Maria Lenk	84.970.000,00
Velódromo Municipal	14.103.000,00
Projeto de adequação de instal. Esportivas	7.761.000,00
Urbanização de acessos a equip. esportivos	135.607.000,00
Urbanização do entorno do Estádio João Havelange	56.009.000,00
Solo criado - Vila do Pan	100.000.000,00
Transporte e alimentação para os Jogos	34.734.000,00
Telecomunicações (TV geradora)	54.126.000,00
Direitos de TV/ODEPA	32.853.000,00
Eventos preparatórios esportivos	21.645.000,00
Instalações provisórias	21.062.000,00
Custeio do Comitê Organizador (CO-RIO)	57.400.000,00
Planejamento e segurança (consultores internacionais)	13.959.000,00
TOTAL considerado na pesquisa	1.080.050.000,00
Parceria público-privada Riocentro	90.186.000,00
Parceria público-privada Marina da Glória	42.336.000,00
TOTAL GERAL	1.212.572.000,00

Fonte: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 2007 (p. 1).

Observações:

- 1) Para fins desta pesquisa foram desconsideradas os valores da parceria público-privada, sobretudo porque o valor da Marina da Glória não é consignado neste quadro (ver APÊNDICE C).
- 2) O valor de Solo Criado pode ser considerado receita, entretanto ele foi integralmente aplicado na urbanização da Vila Pan-americana (ver APÊNDICE B) e por isto foi classificado como despesa.

ANEXO D – Quadro de Investimentos em Infraestrutura

FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Infraestrutura (Governo Federal)		
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (a)	VALOR FINAL (b)
Cessão de terrenos (RFFSA - Estádio João Havelange)	400.000,00	400.000,00
Adaptação de apartamentos adicionais (Parapan - Vila Pan)	1.200.000,00	
Serviços de infraestrutura para alimentação de cavalos	84.000,00	
Integrador tecnológico/Estatística, resultados e scoreboards (Parapan)	141.373.000,00	141.244.575,00
Telecomunicações/Rede de contribuição (coordenação)	54.524.000,00	46.780.712,52
Áudio e vídeo/Intercom nos locais de competição/Serviço de radio trunking	56.600.000,00	60.838.583,92
Infraestrutura de tecnologia do CO RIO	2.320.000,00	2.193.676,29
Importação de equipamentos esportivos	16.498.000,00	16.634.915,22
Controle de dopagem (aquisição de equipamentos)	5.386.000,00	5.175.000,00
Complexo Esportivo Deodoro	106.153.000,00	133.445.973,11
Reforma do restaurante de Deodoro	160.000,00	-
Parque Aquático	60.000.000,00	60.000.000,00
Velódromo	2.118.000,00	2.117.049,40
Incorporação (Vila Pan-americana)	25.000.000,00	25.000.000,00
Sistema viário e Estação de tratamento de rio (Vila Pan-americana)/Recuperação Canal do Anil (próximo à Vila Pan-americana)	53.000.000,00	52.991.813,35
Ar condicionado, Fechamento lateral e Cadeiras Arquibancadas do Maracanãzinho/Placares eletrônicos Maracanã e Maracanãzinho/Escada rolante do Museu do Futebol	40.365.000,00	29.999.546,32
Financiamento: Caixa Econômica Federal (Vila Pan-americana)	189.000.000,00	189.379.602,00
Sistemas e equipamentos meteorológicos	970.000,00	529.650,00
Obra do Maracanã - Governo do Estado	-	69.936.126,09
SUBTOTAL (federal)	755.151.000,00	836.667.223,22
FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Infraestrutura (Governo Municipal)		
Estádio Olímpico Municipal João Havelange		318.357.000,00
Arena Olímpica Municipal		127.464.000,00
Parque Aquático Municipal Maria Lenk		84.970.000,00
Velódromo Municipal		14.103.000,00
Projeto de adequação de instalações esportivas		7.761.000,00
Urbanização de acessos a equipamentos esportivos		135.607.000,00
Urbanização do entorno do Estádio João Havelange		56.009.000,00
Solo criado - Vila do Pan		100.000.000,00
SUBTOTAL (municipal)		844.271.000,00
TOTAL INFRAESTRUTURA		1.680.938.223,22

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 2007 (p. 1).

ANEXO E – Quadro de Consumo Social

FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Consumo Social (Governo Federal)		
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (a)	VALOR FINAL (b)
Cerimônias de abertura e encerramento	35.000.000,00	47.866.456,38
Revezamento de Tocha	4.761.000,00	5.951.275,01
Cerimônias de Premiação - buquês, tapetes (...) e bandeiras	2.693.000,00	4.779.957,18
Acomodações, viagens e congresso médico (Pan e Parapan)	37.177.000,00	38.462.683,92
Coordenadores técnicos	2.288.000,00	2.766.456,00
Per diem dos árbitros e dos médicos (Pan e Parapan)	5.420.000,00	6.402.996,00
Eventos teste GF (Pan e Parapan)	3.311.000,00	7.166.303,74
Controle de dopagem (Pan e Parapan)	1.837.000,00	2.553.279,18
Instalações Provisórias (Pan e Parapan - Deodoro)	55.499.000,00	55.499.641,08
Manutenção e custeio instalações (água e energia) (Pan e Parapan)	8.030.000,00	6.298.620,21
Hotelaria Vila Pan-americana (Pan e Parapan)	31.925.000,00	31.886.125,10
Hotelaria Tratadores Deodoro	120.000,00	0
Alimentação (Parapan) e Restaurante da Vila Pan-americana (Pan e Parapan)	40.161.000,00	32.341.587,00
Serviços para o restaurante dos tratadores de cavalos	200.000,00	130.226,39
Serviços de limpeza (Pan - próprios Federais)	1.306.000,00	0
Logística (Pan e Parapan)	17.000.000,00	16.215.171,00
Tradução simultânea/Serviços de tradução e interpretação (Parapan)	1.940.000,00	2.627.620,00
Brindes (Parapan)	52.000,00	0
Courier / Postagem (Parapan)	36.000,00	0
Gerenciamento de risco (Pan e Parapan)	2.200.000,00	7.317.572,76
Propriedades de arena (Parapan)	442.000,00	501.436,68
Aparição da mascote (Parapan)	63.000,00	0
Material para as competições (Parapan)	85.000,00	0
Combustível para geradores (Parapan)	914.000,00	0
Serviços de limpeza (Parapan)	819.000,00	0
Cultura e educação	3.100.000,00	1.849.809,33
Confederações	917.000,00	0
Formação esportiva	2.225.000,00	27.000,00
Oficina de reparos próteses e órteses na Vila Pan-americana	150.000,00	0
Instalações Provisórias do Maracanã (look of the games) - Governo do Estado	0	14.994.494,35
Criação e design da identidade visual (patrocinadores e marketing) - Governo do Estado	0	738.711,62
Convênio nº 37/2007 (COB) treinamento de atletas	0	2.737.712,00
Convênio nº 40/2007 (CUFA) 3º Campeonato de Street basketball	0	220.000,00
Repasses		1.326.630,37
Contrato nº 020/2007- Aquisição de computadores portáteis		218.748,75
Contrato nº 028/2007- Contratação de prest de serviços de transporte		1.091.250,00
Outros repasses		4.422.341,04
SUBTOTAL (federal)	259.671.000,00	296.394.105,09
		Continua...
FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Consumo Social (Governo Municipal)		

Transporte e alimentação para os Jogos	Nd	34.734.000,00
Telecomunicações (TV geradora)	Nd	54.126.000,00
Direitos de TV/ODEPA	Nd	32.853.000,00
Eventos preparatórios esportivos	Nd	21.645.000,00
Instalações provisórias	Nd	21.062.000,00
SUBTOTAL (municipal)	Nd	164.420.000,00
TOTAL CONSUMO SOCIAL	Nd	460.814.105,09

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 2007 (p. 1).

ANEXO F – Quadro Administração e Planejamento

FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Administração e Planejamento (Governo Federal)		
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (a)	VALOR FINAL (b)
Administração de recursos humanos e custeio (Pan e Parapan)	68.766.000,00	40.017.786,32
Contrato PNUD - FIA e FGV	0	37.623.663,00
Convênio nº 144/2005 (COB) Assembléia Geral da ODEPA	0	308.823,60
Gestão e Administração do Programa Rumo ao Pan		5.187.261,42
SUBTOTAL (federal)	68.766.000,00	83.137.534,34
FUNÇÃO ACUMULAÇÃO Despesas em Administração e Planejamento (Governo Municipal)		
Custeio do Comitê Organizador (CO-RIO)	Nd	57.400.000,00
SUBTOTAL (municipal)	Nd	57.400.000,00
TOTAL CONSUMO SOCIAL	Nd	140.537.534,34

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 2007 (p. 1).

ANEXO G – Quadro Legitimação

FUNÇÃO LEGITIMAÇÃO (Governo Federal)		
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (a)	VALOR FINAL (b)
Em <u>SEGURANÇA</u>		
Infra-estrutura para segurança (SENASP)	408.765.000,00	415.309.489,00
Força Nacional (SENASP)	56.500.000,00	56.500.000,00
Prevenção (SENASP)	53.182.000,00	22.952.392,40
Centro de Inteligência, Infoseg, DPF (SENASP)/Inteligência (ABIN)	40.654.000,00	37.378.715,00
Subtotal SEGURANÇA (federal)	559.101.000,00	532.140.596,40
Em <u>PUBLICIDADE E PROPAGANDA</u>		
Produção e criação do site oficial (Pan)	1.709.000,00	1.631.000,00
Relações e operações com imprensa, clipagem eletrônica	138.000,00	198.800,00
Produção e criação do site (Parapan)	320.000,00	0
Produção editorial publicações oficiais (Parapan)	812.000,00	0
Publicidade e utilidade pública	18.000.000,00	18.600.000,00
Relações institucionais	434.000,00	181.000,00
Subtotal PUBLICIDADE e PROPAGANDA (federal)	21.413.000,00	20.610.800,00
Em <u>BENEFÍCIO SOCIAL</u>		
Prevenção (SENASP)	0,00	29.929.352,60
Convênio nº 235/2006 - Observatório de Favelas	0	688.514,16
Subtotal BENEFÍCIO SOCIAL (federal)	0,00	30.617.866,76
SUBTOTAL (federal)	580.514.000,00	583.369.263,16
FUNÇÃO LEGITIMAÇÃO (Governo Municipal)		
Em <u>SEGURANÇA</u>		
Planejamento e segurança (consultores internacionais)		13.959.000,00
SUBTOTAL (municipal)		13.959.000,00
SUBTOTAL SEGURANÇA (federal e municipal)		546.099.596,40
TOTAL Despesas Sociais FUNÇÃO LEGITIMAÇÃO		597.328.263,16

Fonte: TCU (2008, p. 89) e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 2007 (p. 1).

ANEXO H – Agenda Social

DECRETO N° 24227 DE 20 DE MAIO DE 2004 Cria a AGENDA SOCIAL-RIO e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a importância das Metas Sociais do milênio pactuadas pela Organização das Nações Unidas e que o Brasil é país signatário; considerando o índice de Desenvolvimento Humano dos bairros da Cidade; considerando a importância de metas sociais objetivas para redução da Pobreza e das Desigualdades Sociais na Cidade do Rio de Janeiro; considerando os Jogos Pan-americanos de 2007;

DECRETA

Art. 1.º Fica criada a AGENDA SOCIAL-RIO na forma do Anexo Único que define as metas sociais e o acompanhamento das mesmas, direcionada aos Jogos Pan-americanos de 2007 e ao fim dos cinco anos seguintes – AS/PAN-07/JO-12.

Art. 2.º AS/PAN-07/JO-12 é integrada pelas Secretarias e Órgãos que fazem parte da Macrofunção Políticas Sociais e terá como Secretaria Executiva a Assessoria Especial criada através do Decreto “P” n.º 2547, de 16 de julho de 2003.

Parágrafo único. A AS/PAN-07/JO-12 deverá interagir com empresas, órgãos, associações e instituições não governamentais de forma a detalhar, ampliar e receber contribuições para a Agenda Social.

Art. 3.º A Agenda Social terá sua implantação de forma prioritária para comunidades com IDH até 0.80.

Art. 4.º O Anexo Único estabelece o documento base de metas sociais da AS/PAN-07/JO-12 ao qual o trabalho da equipe criada no artigo 2.º deste Decreto irá ajustando e complementando dinamicamente publicando periodicamente os relatórios relativos.

Art. 5.º Outras Metas, Programas e Projetos poderão ser agregados na Agenda Social PAN 2007 na forma deste Decreto.

Art. 6.º Ficam revogados os Decretos n.º 23.158, de 21 de julho de 2003 e n.º 23.599 de outubro de 2003.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2003 – 439º ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

ANEXO ÚNICO AGENDA SOCIAL

Referente aos Jogos Pan-americanos de 2007 e ao fim dos cinco anos seguintes.

A Agenda Social será composta por programas e projetos que beneficiem direta ou indiretamente as populações das comunidades cujo IDH-2001 estivesse abaixo de 0,800. Para fazerem parte da Agenda Social os programas e projetos deverão incluir entre seus beneficiários um ou mais dos seguintes grupos populacionais:

1. Crianças e Adolescentes
2. Jovens
3. Idosos
4. Mulheres e Gênero
5. Portadores de Deficiência
6. População em extremo risco social

As metas iniciais para a Agenda Social são as seguintes:

Crianças e Adolescentes

1. Pré-escola – Universalização do atendimento até 2007 (120.000 matrículas);
2. Creches – Ampliar atendimento para 70.000 em 2007 e 100.000 em 2012;
3. Aumentar a proporção de alunos que concluem a oitava série do ensino fundamental de forma a alcançar 60% em 2007 e 80% em 2012;
4. Garantir o acesso a Informática nas Escolas: 50% das Escolas com laboratórios até 2007 e 100% até 2012 (Centros de Informática);

5. Redução da mortalidade infantil de 15,3/1000 em 2002 para 12,0/1000 em 2007 e para 9,9/1000 em 2012;

6. Ampliação das Escolas Promotoras de Saúde de forma as mesmas estejam presentes em 100% das áreas definidas como prioritárias pela Agenda Social.

JOVENS

7. Ampliar ensino fundamental para jovens e adultos de forma a alcançar pelo menos 45.000 beneficiários em 2007 e 70.000 em 2012;

8. Reduzir a incidência de gestação em adolescentes de até 18 anos em 30% até 2007 e em 50% até 2012;

9. Atender jovens em situação de pobreza em componentes de trabalho e renda de forma a beneficiar a pelo menos 10.000 jovens em 2007 e a pelo menos 25.000 em 2012. (Meu Primeiro Emprego);

10. Implantar o projeto Homens Jovens e Saúde em 100% das áreas priorizadas na Agenda Social.

MULHERES E GÊNERO

11. Ampliar o programa de educação de mães, de forma a atender a 40.000 mulheres até 2007 e 100.000 até 2012;

12. Expandir o Sistema de Cozinheiras Comunitárias de forma a alcançar o 50% das comunidades com IDH abaixo de 0.80 em 2007 e 100% em 2012;

13. Garantir atendimento no componente trabalho e renda das mulheres em situação de pobreza, com idade superior a 40 anos e que sejam mães e avós de alunos da rede municipal de ensino. Tais componentes deverão ser desenvolvidos em pelo menos 50% das escolas da rede municipal de ensino até 2007 e em 100% das escolas até 2012(Com Licença Eu Vou à Luta);

14. Garantir a identificação e atendimento a 100% das gestantes nas áreas prioritizadas pela Agenda Social, assim como acesso a exames pré-natais e atendimento ao parto.

IDOSOS

15. Ampliar o Programa Rio Experiente para todas as comunidades com IDH menor que 0.75 em 2007 e para todas com IDH até 0.80 em 2012;

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

16. Implantar serviços de atenção à pessoa portadora de deficiência em 100% das comunidades com IDH abaixo de 0.80 até 2012, incluindo pelo menos 82 comunidades até 2007 e 109 comunidades até 2012.

17. Capacitar 100% dos motoristas e trocadores do sistema de transporte rodoviário, sendo 14.800 até 2007 e 18.000 até 2012 (Projeto Transporte Eficiente);

18. Ampliar para o número de veículos adaptados da frota da Prefeitura, totalizando 20 até 2007 e 30 até 2012;

19. Ampliar para 3% até 2007 e 5% até 2012, o percentual dos ônibus do sistema de transporte rodoviário municipal adaptados para o transporte de portadores de deficiência;

20. Adaptar, para acessibilidade de portadores de deficiência, 100% dos prédios das instituições públicas municipais até 2007.

21. Adaptar, até 2012, para acessibilidade de portadores de deficiência, todos os pontos turísticos e espaços culturais e de lazer no município do Rio de Janeiro.

22. Até 2012, tornar acessíveis a portadores de deficiência todos os bairros da cidade. (Programa Mobilidade dos Bairros);

23. Ampliar os serviços de atenção e cuidados diários de forma a que tenha capacidade de atender a 700 portadores de deficiência até 2007 e a 1.200 até 2012 (Projeto Casa Dia);

POPULAÇÃO EM EXTREMO RISCO SOCIAL

24. Ampliar o atendimento a apenados da Vara de Execução Penal do Rio de Janeiro de forma a poder beneficiar a 100% da demanda da mesma. (Penas Alternativas);

25. Ampliar o atendimento, no componente trabalho e renda do Programa Agentes da Liberdade, de forma que o mesmo possa atender pelo menos 15.000 egressos e egressas do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro em 2007 e 30.000 em 2012;

26. Garantir atendimento a pelo menos 10.000 jovens, até 2007 e 25.000 em 2012, no componente trabalho e renda à população abrigada e albergada;

27. Estruturar a rede de atendimento para população de rua de forma a que se tenha uma cobertura total da demanda até 2007.

PROGRAMAS/PROJETOS TRANSVERSAIS (atendem a vários grupos populacionais)

28. Promover a urbanização, através dos programas Favela-Bairro e Morar Legal, de 50% das comunidades carentes, até 2007 e de 100% até 2012, de forma a integrar tais comunidades aos bairros;

29. Atender coletivamente, a 50% das populações residentes em áreas de risco até 2007 e 100% até 2012 através do programa Morar sem Risco. Tais ações deverão ser complementadas pelas demais secretarias pertinentes, de forma a que tais populações possam ser cobertas pelas políticas sociais básicas.

30. Garantir Mínimos sociais a todas as famílias que tenham filhos nas escolas públicas municipais. Até 2007 tal cobertura deverá se verificar em todas as escolas situadas em comunidades com IDH abaixo de 0,80 e até 2012 em 100% das escolas municipais;

31. Estruturar programas de geração de trabalho e renda em todas as comunidades com IDH menor que 0.75 até 2007 e em todas com IDH até 0.80 em 2012.

32. Consolidar o Cadastro Único dos Programas e Projetos Sociais desenvolvido pela Prefeitura, construindo assim a Porta de Entrada Unificada para tais projetos.

33. Expansão do Programa Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde nas áreas de menor IDH, atingindo 30% da população (cerca de 1.800.000) até 2007;

34. Ampliar os programas de saúde bucal de forma a que sua cobertura passe de 5,0% da população total para 15% em 2007 e 30% em 2012.

35. Implantar as “Ruas da Saúde”, em articulação com as secretarias afins, nas áreas priorizadas pela Agenda Social, visando garantir o acesso à prática de atividades físicas

36. Ampliar o Projeto Células Culturais para todas as comunidades com IDH 0.75 até 2007 e com IDH 0.80 até 2012.

37. Expandir as áreas reflorestadas no Município de forma a implantar, até 2007, 640 ha adicionais, com pelo menos 10 novas frentes de trabalho que deverão gerar pelo menos 130 novos empregos. Até 2012 deverão estar implantados 1440 ha adicionais e 21 novas frentes de trabalho que deverão gerar pelo menos 273 novos empregos diretos. (Mutirão de Reflorestamento);

38. Ampliar o Programa Guardiões dos Rios de forma a beneficiar 86 comunidades e gerar renda para 640 pessoas até 2007, e para 136 comunidades e gerar renda para 960 pessoas até 2012;

39. Garantir a educação ambiental nas unidades de conservação do Município, de forma a alcançar a 50% destas unidades até 2007 e 100% até 2012. (Programa Educação Ambiental em Unidades de Conservação);

40. Expandir a educação ambiental para moradores de áreas de reflorestamento de forma a atingir 80% das áreas reflorestadas do Município até 2007 e 100% até 2012. (Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento);

41. Implantar projetos elaborados pelo Fórum 21, prioritariamente nas comunidades com IDH abaixo de 0,80, sendo 100 projetos até 2007 e 225 até 2012.(Agenda 21)

42. Capacitar 40.000 crianças, adolescentes e jovens até 2007 e 100.000, até 2012, para tornarem-se agentes de prevenção à dependência química.

43. Construir uma rede social preventiva com a implantação de 06 (seis) núcleos regionais de prevenção à dependência química até 2007 e 13 treze núcleos até 2012, garantindo à população carioca o envolvimento em ações de prevenção à dependência química.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)